



**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Biológicas
Departamento de Ecologia e Zoologia
Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica**

Contribuições etnoecológicas para a compreensão sobre territórios tradicionais de três Comunidades Quilombolas de Santa Catarina (Brasil).

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre através do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, no Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina

**Orientadora: Prof. Dra. Natalia Hanazaki.
Aluna: Julia Vieira da Cunha Ávila**

Florianópolis, 2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ávila, Julia Vieira da Cunha

Contribuições etnoecológicas para a compreensão sobre territórios tradicionais de três Comunidades Quilombolas de Santa Catarina (Brasil). / Julia Vieira da Cunha Ávila ; orientadora, Natalia Hanazaki - Florianópolis, SC, 2015. 202 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Ecologia.

Inclui referências

1. Ecologia. 2. Etnoecologia. 3. Etnobotânica. 4. Territórios tradicionais. 5. Quintais. I. Hanazaki, Natalia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ecologia. III. Título.

Às comunidades tradicionais,
aos meus pais
e antepassados.

Agradecimentos

Tenho muita simpatia pela forma como fazemos nossos agradecimentos em língua espanhola, desejando “muchas gracias”, assim, desejo *muchas gracias* em primeiro lugar ao Universo, pelo constante e sábio movimento que é a vida. *Muchas gracias* aos meus pais, irmãos e toda minha família, pelo infinito Amor, apoio incondicional e felicidade compartilhada, por como sempre, cada etapa vencida ser uma conquista Nossa!

Muchas gracias à minha orientadora Natalia Hanazaki, que cada vez mais representa para mim um exemplo como profissional. Pela objetividade, comprometimento e inteligência me ensinarem muito, contribuindo não só na minha formação acadêmica, mas como ser. *Muchas gracias* pelas oportunidades, pela sensibilidade, paciência e apoio nos momentos difíceis.

Muchas gracias aos membros das comunidades Quilombolas Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz, pelos ensinamentos multidisciplinares para vida, por me permitirem realizar esse trabalho com um grupo étnico que tenho profunda admiração. *Gracias* por compartilharem seus conhecimentos e pela confiança que tiveram em mim como pesquisadora.

Muchas gracias aos membros da Banca Tatiana Miranda, Nivaldo Peroni, Ademir Antonio Cazella e Tânia Tarabini, por aceitarem fazer parte dessa, contribuindo nesse trabalho. *Gracias* ao Gaia Village, CEPAGRO, Elisa Serena, Mariana Elis Beretta, Sra. Quidinha e Sr. Hilário e à equipe do Horto de Plantas Medicinais do Hospital Universitário de Santa Catarina pelo apoio logístico em campo ou no retorno de resultados da pesquisa às comunidades.

Muchas gracias aos biólogos Anderson Mello e Mariana Elis Beretta e aos professores César Simionato, Rafael Trevisan e Pedro Fiaschi, por contribuírem na identificação das plantas coletadas. *Muchas gracias* ao Eduardo Giehl pelas conversas e ensinamentos estatísticos, pela enorme paciência e atenção sempre que precisei. *Gracias* também ao Juliano Bogoni pelas dicas e reflexões. Ao Douglas Antunes, Letícia Duarte e Marcelo Varella pelos ensinamentos e reflexões do curso de

Cartografia Social e a Patrícia Muniz, pelas discussões sobre o trabalho no X Simpósio de Etnobiologia.

Muchas gracias à minha irmã Roberta, à amiga e ilustradora Julia Locatelli e ao amigo André Ganzarolli, pelas essenciais ações e reflexões que contribuiriam na produção audiovisual, na confecção de material impresso e produção e obtenção de mudas. Aos editores da revista Caramanchão Anneline, Camila, Gabriela Orofino e Julia Locatelli, pelo convite para publicação, pelas conversas e vivências etnobotânicas compartilhadas, por esse feliz encontro a partir de ideais em comum.

Muchas gracias aos membros do Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica da UFSC e às pessoas que ajudaram em campo ou outras etapas desse trabalho, tornando-as muito mais agradáveis e produtivas: Arnau Rogi, Bárbara Pereira, Camila Claudino, Camila Cárceres, Dannieli Herbst, Gabriela Mirisola, Isabela Zignani, Juana Maragno, Mayana Lacerda, Pedro, Rafaela Ludwinsky e Thiago Gomes. Aos membros do projeto “Etnobotânica em comunidades quilombolas de Santa Catarina”, Kênia Valadares e Sofia Zank.

Muchas gracias em especial aos grandes amigos de Floripa: Julia S. Locatelli, Clarissa C. Chamette e seu filho Davi, Bárbara Pereira e seu filho Joaquim, Camila Ayrosa e Cássio B. Marcon, por preencherem meu dia-a-dia com tudo de melhor que a palavra amizade pode representar.

Muchas gracias à Capes e ao programa de pós-graduação em Ecologia, pela concessão de bolsa de estudos e apoio financeiro.

Muchas Gracias!

“(…) Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios suplicados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, sevicizar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. **Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária.”**

Darcy Ribeiro (Livro “O povo brasileiro”)

Resumo

O conhecimento ecológico tradicional é percebido como uma área de conhecimentos cumulativos que abrange práticas e crenças, está envolvido em processos adaptativos e é transmitido entre gerações, tendo importantes implicações para o manejo e conservação biológica. Investigar fatores que contribuem na manutenção, perpetuação, adaptação e ampliação desses saberes se torna fundamental. Estudos etnobotânicos e etnoecológicos em comunidades quilombolas podem contribuir com informações para compreender a relação entre esses grupos humanos e os recursos que eles conhecem e com os quais interagem, contribuindo também para as discussões relacionadas ao seu território e para as relações entre diversidade biológica e cultural. Esse trabalho visa investigar, em três comunidades Quilombolas de Santa Catarina (Brasil), possíveis influências do conhecimento e uso de recursos vegetais na área de vida das comunidades quilombolas, em relação a seus territórios e a relação entre os conhecimentos e usos locais de recursos vegetais com fatores socioeconômicos e ecológicos, como, a riqueza desses recursos nos quintais. Os métodos aplicados no estudo consistiram em entrevistas semiestruturadas com todos moradores locais, maiores de 18 anos, que aceitaram participar da pesquisa; turnês-guiadas para coleta de espécies vegetais citadas nas entrevistas e sua identificação botânica; levantamento da riqueza de todas as plantas arbóreas e arbustivas presentes em uma amostra dos quintais dos entrevistados, bem como amostragem de espécies herbáceas com exceção das gramíneas; identificação taxonômica das espécies presentes nos quintais e mapeamentos participativos. Ao total foram realizadas 184 entrevistas, sendo 65 na Aldeia, 63 no Morro do Fortunato e 56 na Santa Cruz. As principais atividades econômicas nas comunidades estão relacionadas a empregos urbanos, formais ou informais, sendo pequeno o número de pessoas cujo trabalho possui relação com a agricultura. Os entrevistados na comunidade Aldeia citaram 236 espécies vegetais usadas e conhecidas, 144 na Santa Cruz e 164 espécies no Morro do Fortunato. Para as três comunidades 56% das plantas são cultivadas, principalmente nos quintais. Para cada comunidade, ao comparar mapas elaborados a partir de imagens de

satélite referentes ao local de obtenção e cultivo das plantas, percebe-se que a maioria das plantas citadas é obtida dentro do que os moradores consideram seu território atualmente. A Aldeia, comunidade onde uma maior riqueza de plantas foi citada, possui uma maior diversificação de fontes para a obtenção desses recursos, refletida também em uma área de vida mais contrastante em relação a seu território. Na Aldeia foram observadas 348 espécies botânicas nos quintais (n=26), 161 na Santa Cruz (n=17) e 265 no Fortunato (n=28), onde as médias do tamanho dos quintais foram de 978 m² na Aldeia, 419 m² na Santa Cruz e 350 m² no Fortunato. Para verificar se há relação entre as plantas disponíveis nos quintais de cada família e as plantas citadas como usadas e conhecidas, obtidas em a) todos os ambientes, b) apenas nos quintais próprios e c) nos quintais próprios e de vizinhos, foram realizadas regressões lineares, cujo resultado foi significativo ($p < 0,05$) apenas para Aldeia, exceto para plantas conhecidas obtidas em qualquer ambiente. Posteriormente, foi realizado um Modelo Misto que apontou que dentre os fatores analisados, a idade e a riqueza de plantas disponíveis nos quintais são os principais fatores que influenciam no conhecimento e uso sobre as plantas nas três comunidades do estudo ($p > 0,001$), indicando a relevância das variáveis estudadas na manutenção dos saberes locais. Desta maneira, percebemos a importância da valorização e troca de saberes com os idosos, bem como a importância dos quintais na manutenção de práticas locais envolvendo recursos vegetais. Destaca-se também a importância das comunidades refletirem sobre o acesso e manejo em áreas que estão fora do que a comunidade reconhece como seu território atualmente, considerando ainda o crescimento populacional que essas vêm sofrendo.

Palavra-chave: Etnobotânica, Territórios tradicionais, Quintais.

Abstract

The traditional ecological knowledge is perceived as an area of cumulative knowledge that covers practices and beliefs, that is involved in adaptive processes and is transmitted between generations, with important implications for the management and biological conservation. Investigate factors that contribute to the maintenance, perpetuation, adaptation and expansion of this knowledge is fundamental. Ethnobotanical studies in maroon communities can contribute with information to understand the relations between these human groups and resources they know and with whom they interact. Also can contribute with the discussions related to their territory and for the relation between biological and cultural diversity. This work aims to investigate in three Quilombolas communities of Santa Catarina (Brazil), possible influences of knowledge and use of plant resources in the area of life of maroon communities in their territory and the relations between their knowledge and the uses of plant resources, as well as the socioeconomic and ecological factors in this case as, the richness of species on homegardens. The methods applied in this study were: semi-structured interviews with all local residents, 18 years old, who agreed to participate; guided tours, to collect plant species mentioned in the interviews and their botanical identification; survey of the all tree and shrub plants present in a sample of the backyards of respondents, as well as sampling of herbaceous species except the grass; taxonomic identification of the species present in the yards; and participatory mapping. In total 184 interviews were conducted: 65 in the Aldeia, 63 in Morro Fortunato and 56 in Santa Cruz. The main economic activities in the communities are related to urban, formal or informal jobs, with a small number of people whose work has links with agriculture. Respondents in the Aldeia cited 236 plant species used and known; in the Morro do Fortunato were cited 164 species and 144 in Santa Cruz. 56.35% of the three communities said that the plants are obtained by cultivation, especially in the backyards. For each community, comparing maps produced from satellite images of the places to get and cultivate plants, it can be seen that most plants are obtained within what locals consider their territory today. In the Aldeia, where the abundance of

plants was mentioned, there is a greater diversification of sources to obtain these resources, reflected in a larger area in relation to its territory. In the Aldeia were observed 348 botanical species in backyards (n = 26), 265 in Fortunato (n = 28) and 161 in Santa Cruz (n = 17). The average in yards size was: 978 m² in the Aldeia, 350 m² in Fortunato and 419 m² in Santa Cruz. Linear regressions were performed to analyse if there is a relation between plants available in the backyards of each family and the plants cited, used and known the plants obtained in all environments; the plants obtained only in their own backyards; and the plants obtained in the neighboring homegardens. The result was significative only in Aldeia, except for plants known and obtained in any environment. Later, there was a mixed model which showed that the age, the health and the plants available in the backyards are the main factors that influence the knowledge and the use of plants in the three study communities (p> 0.001), indicating the relevance of the variables studied for the maintenance of knowledge communities. In this way, we realized the importance of valuing the knowledge exchange with the elderly, and the importance in maintaining local practices involving plant resources in gardens. From this study also stands out the population growth of communities and the importance of them reflect on the access , management and maintenance of areas that are outside the community , but which are recognized as their territory.

Keyword: Ethnobotany, traditional territories, Homegardens.

Lista de Figuras

Figura 1. Localização Geográfica das Comunidades Remanescentes de Quilombo Morro do Fortunato, Aldeia e Santa Cruz (Santa Cruz) em relação a capital do estado de Santa Catarina (Florianópolis).....	44
Figura 2. Fotos da Comunidade Aldeia, Garopaba-SC.	49
Figura 3. Fotos da comunidade Santa Cruz (Toca), Paulo Lopes-SC. ...	52
Figura 4. Fotos da Comunidade Morro do Fortunato, Garopaba-SC. ...	54
Figura 5. Mapeamentos participativos realizados nas comunidades do estudo (a direita acima Aldeia, a esquerda acima Santa Cruz e abaixo Morro do Fortunato).....	60
Figura 6. Imagem esquemática referente a coleta de plantas herbáceas nos quintais, menores de 40 cm, com exceção das gramíneas.	61
Figura 7. Ocupação atual e anterior dos quilombolas entrevistados nas comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz.	69
Figura 8. Percentual de citações de plantas identificadas taxonomicamente, em cada categoria de uso, pelos membros das comunidades quilombolas Aldeia (n=1249), Morro do Fortunato (n=797) e Santa Cruz (n=793).....	71
Figura 9. Principais partes das plantas citadas como utilizadas ou conhecidas pelos membros das comunidades quilombolas Aldeia (n=1249), Morro do Fortunato (n=797) e Santa Cruz (n=793), que foram identificadas taxonomicamente.	78
Figura 10. Horta orgânica produzida na Comunidade Morro do Fortunato com fins comerciais.	80
Figura 11. Forma de obtenção das plantas citadas em listagem livre e identificadas taxonomicamente nas comunidades Aldeia (n= 1249), Morro do Fortunato (n=797) e Santa Cruz (n=793). Onde, na presente legenda, Fortunato representam as plantas obtidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	82
Figura 12. Locais de obtenção das plantas conhecidas e utilizadas pelos membros das comunidades quilombolas Aldeia (n=1249), Morro do	

Fortunato (n=797) e Santa Cruz (n=793) identificadas taxonomicamente.	86
Figura 13. Gráfico Histórico realizado na Comunidade Aldeia.	89
Figura 14. Gráfico Histórico realizado na comunidade Santa Cruz.	91
Figura 15. Gráfico Histórico realizado na comunidade Morro do Fortunato.	92
Figura 16. Mapa esquemático da Comunidade Aldeia indicando os locais de coleta de recursos vegetais em relação aos territórios antigo e atual.	102
Figura 17. Mapa esquemático da Comunidade Santa Cruz indicando os locais de coleta de recursos vegetais em relação aos territórios antigo e atual.	103
Figura 18. Mapa esquemático da Comunidade Morro do Fortunato indicando os locais de coleta de recursos vegetais em relação aos territórios antigo e atual.	104
Figura 19: Média de plantas disponíveis nos quintais das comunidades estudadas.	110
Figura 20. Média do tamanho dos quintais das comunidades estudadas.	112
Figura 21. Roças de aipim presentes nos quintais da comunidade Aldeia.	119
Figura 22. Roças de mandioca realizadas em terrenos arrendados na comunidade quilombola Aldeia.	120
Figura 23. Fotos do engenho da comunidade quilombola Aldeia (Ano: 2014/2015).	121
Figura 24. Roças de <i>Mahinot esculenta</i> Crantz no quintal da comunidade Santa Cruz (A. vista geral da área de cultivo em um dos quintais; B. aipim; C. mandioca; D. aipim).	122
Figura 25. Regressões Lineares entre riqueza vegetal e o uso e/ou o conhecimento de plantas nas Comunidades Quilombolas Aldeia, Morro	

do Fortunato e Santa Cruz, para plantas usadas (a, c, e) e plantas conhecidas (b, d, f).....	126
Figura 26. Fotos das atividades de retorno de resultados da presente pesquisa nas comunidades estudadas.....	133

Lista de Tabelas

Tabela 1. Características socioeconômicas dos entrevistados nas comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz.	64
Tabela 2. Plantas mais citadas pelos entrevistados nas comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz e porcentagem de citações. .	74
Tabela 3. Percepções dos entrevistados das comunidades quilombolas em estudo com relação ao que o território quilombola representa, excluindo a resposta "não sabe".	97
Tabela 4. Percepções dos entrevistados das Comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz quanto a mudanças nos respectivos territórios quilombolas, excluindo às percepções de que não houve mudança ao longo do tempo.	98
Tabela 5. Proporção de plantas coletadas e cultivadas em relação ao que os membros das comunidades quilombolas consideram como seu território antigo e com relação ao que consideram seu território atual. Dados em porcentagem.	105
Tabela 6. Ambientes de coleta e cultivo dentro e fora do território atual, em cada uma das comunidades, e em que proporção eles são acessados.	107
Tabela 7. Informações sobre o tamanho dos quintais e suas espécies botânicas identificadas em cada comunidade quilombola estudada....	109
Tabela 8. Principais espécies de plantas presentes nos quintais das comunidades quilombolas em estudo. Dados em porcentagem	113
Tabela 9. Estimativa da frequência relativa da abundância de principais espécies cultivadas e/ou arbóreas nos quintais das comunidades estudadas.	115
Tabela 10. Modelo Misto aplicado para a identificação das principais variáveis que influenciam positivamente o conhecimento etnobotânico.	128

Lista de Siglas

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CDB – Convenção da Diversidade Biológica

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MNU - Movimento Negro Unificado

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	11
Palavra-chave: Etnobotânica, Territórios tradicionais, Quintais.....	12
Abstract.....	13
Lista de Figuras.....	15
Lista de Tabelas.....	19
1. Introdução Geral.....	25
1.1. Saberes de comunidades tradicionais e conservação biológica.....	25
1.2 Breve histórico dos processos da escravidão em Santa Catarina.....	28
1.3 Definições e aspectos legais relacionados às comunidades quilombolas.....	30
1.4 Direitos territoriais quilombolas.....	32
1.5 Perspectivas ecológicas e sociais sobre o território.....	34
1.6 Saberes sobre plantas e a importância dos recursos vegetais presentes em quintais.....	38
2. Objetivos.....	42
Objetivo Geral.....	42
Objetivos específicos.....	42
3. Metodologia.....	43
3.1 Área de Estudo.....	43
3.2 Coleta de dados.....	56
3.3 Organização e análise dos dados.....	62
4. Resultados e Discussão.....	63
4.1 Etnobotânica e território quilombola.....	63
4.1.1 Conhecendo os quilombolas das comunidades estudadas: Informações Socioeconômicas.....	63
4.1.2 Saberes populares dos quilombolas sobre as plantas.....	70
4.1.3 Mudanças Históricas nas Comunidades.....	88

4.1.4	Relações das Comunidades Quilombolas com o território ..	95
4.1.5	Áreas de obtenção das plantas e o território	99
4.1.6.	A área de vida dos quilombolas influencia no conhecimento e uso dos recursos vegetais?	105
4.2.	Quintais quilombolas: investigando relações entre o conhecimento ecológico local, fatores socioeconômicos e a riqueza biológica disponível	108
4.2.1	A relação dos quilombolas com os quintais.....	108
4.2.2	Caracterização botânica dos quintais avaliados.....	109
4.2.3	A riqueza de plantas nos quintais influencia na riqueza de plantas usadas e conhecidas sobre as plantas?.....	124
4.2.4	Quais fatores mais influenciam o conhecimento sobre as plantas?.....	127
5.	Considerações Finais	130
6.	Devolutivas às comunidades estudadas	132
7.	Referências bibliográficas.....	134
	Apêndices.....	152
	Anexos	152
	Anexo 1. Autorização IPHAN	152
	Anexo 2. Termo de consentimento livre esclarecido.	153
	Anexo 3. Roteiro de entrevista da pesquisa.	155
	Anexo 4. Lista de plantas citadas como usadas e conhecidas pelas comunidades quilombolas Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz.	157
	Anexo 5. Espécies presentes nos quintais das comunidades quilombolas Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz.....	182
	Anexo 6- Mapas georreferenciados das comunidades estudadas ...	197
	Anexo 7. Reportagem publicada na revista Camaramanhão.	201

1. Introdução Geral

*“...Abolição se fez bem antes
E ainda há por se fazer agora (...)
Viva a cultura desse povo
A liberdade verdadeira
Que já corria nos quilombos...”*
(Ladainha de capoeira “Dona Isabel”,
Composição: Mestre Toni Vargas)

1.1. Saberes de comunidades tradicionais e conservação biológica

O conhecimento ecológico tradicional é composto por conhecimentos cumulativos, abrangendo práticas e crenças, envolvido por processos adaptativos e transmitido às gerações por transmissão cultural, sobre a relação dos seres vivos (incluindo os humanos) uns com os outros e entre esses o meio ambiente (BERKES *et al.* 2000).

Nesse contexto, a etnoecologia é uma ciência que integra várias áreas de estudo, principalmente a antropologia e biologia (TOLEDO, 1992). De maneira geral a etnoecologia procura compreender as maneiras que grupos de pessoas percebem e interagem com os ecossistemas e o meio ambiente onde vivem. Esse conhecimento leva em consideração aspectos ecológicos da visão das populações locais, que inclui aspectos bióticos e abióticos, em diferentes escalas temporais e espaciais (TOLEDO & BARRELA-BASSOLS, 2010).

Assim, segundo Marques (2001), a etnoecologia é o campo de pesquisa transdisciplinar, que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que mediam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes.

Consequentemente, a despeito do conhecimento tradicional ser costumeiro, recente, ou consistente a apenas uma cultura (BEGOSSI & HENS, 2001), comunidades locais podem possuir saberes importantes, com implicações para a conservação e para o manejo (POSEY, 1983).

Ainda com relação a práticas tradicionais, destaca-se que o mundo está em um constante fluxo e mudando condições, devido a isso, essas práticas também são reinventadas e revividas, mostrando que a memória social disponível para construir uma prática é tanto emergente quanto uma persistente fonte de resiliência (WENGER, 1998; FOLKE *et al.*, 2003).

Devido às suas ações, saberes, cresças e práticas, comunidades tradicionais, como os quilombolas, não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão de obra escrava, eles tem marcado decisivamente a nossa formação social e cultural, e as diversas configurações socioculturais afro-brasileiras tem sido preservadas e recriadas (ANJOS, 2000). Além de sua forte relação com o território, estudos realizados em comunidades quilombolas de diversas regiões do Brasil, evidenciam a relação desses grupos com as plantas silvestres e cultivadas, manejadas para alimentação, medicina, ornamentação, artesanato, fins madeiros, ritualísticos entre outros (LIMA & SILVA, 2002; VASCONCELLOS, 2004; PERUCCHI, 2009; PEREIRA & ALMEIDA, 2010; BARBOZA DA SILVA *et al.*, 2012).

O termo etnobotânica corresponde ao estudo das inter-relações diretas entre humanos e plantas em sistemas dinâmicos (ALCORN, 1995; ALBUQUERQUE, 2002; HANAZAKI, 2004). Desta maneira seu foco é acessar e compreender as diferentes dimensões da relação de grupos humanos com as plantas (AMOROZO, 2004), o que inclui tanto aspectos mais objetivos e mensuráveis, como o manejo do ambiente e a utilização e domesticação de plantas, até aspectos mais subjetivos, que para serem compreendidos precisam que se conheça um pouco mais sobre os significados dados pelas pessoas às coisas e a sua vida, sua forma de pensar e perceber o ambiente, além dos referenciais que usam para tomar decisões (LACERDA, 2008).

Assim, quando abordamos o tema biodiversidade, é importante que o relacionemos à variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, que compreende os ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos e os complexos ecológicos que deles fazem parte, incluindo a diversidade intraespecífica e interespecífica de ecossistemas (CDB, 1992); mas também é importante considerá-lo como produto de uma construção cultural e social, indo desde a domesticação de plantas e

animais, até seus usos rituais e místicos (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

O Decreto 4339/2002, que institui a Política Nacional da Biodiversidade, no inciso XII, aponta:

“A manutenção da diversidade cultural nacional é importante para pluralidade de valores na sociedade em relação à biodiversidade, sendo que os povos indígenas, os quilombolas e as outras comunidades locais desempenham um papel importante na conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira”¹.

Desta maneira, o conhecimento ecológico local, de populações que utilizam os recursos da natureza, tem sido alvo de diversos estudos (BROOK & MCLACHLAN, 2008, LIMA & SILVA, 2002, VASCONCELLOS, 2004; PERUCCHI, 2009; PEREIRA & ALMEIDA, 2010; BARBOZA DA SILVA *et al.*; 2012), pois a diversidade cultural pode estar fortemente relacionada com a diversidade biológica, principalmente quando pensamos em plantas cultivadas e manipuladas pelas sociedades tradicionais (HANAZAKI *et al.*, 2008). Gadgil *et al.* (1993), também ressaltam que o conhecimento tradicional contém informações valiosas sobre o papel que as espécies desempenham em sistemas ecológicos sustentáveis e Berkes *et al.* (2003) apontam que a diversidade social e cultural, sob a forma de diversidade de conhecimentos, aumenta a capacidade da sociedade para sua renovação e reorganização.

No cenário atual, a Mata Atlântica se mostra um bioma com os maiores índices de diversidade biológica do planeta e encontra-se atualmente bastante reduzido, fragmentado e seriamente ameaçado (SCHÄFFER & PROCHNOW, 2002), ressaltando-se a importância de estudos etnobotânicos nesse bioma. Além disso, registros do conhecimento tradicional das comunidades negras no Brasil também se mostram escassos, apesar de muitas dessas comunidades ainda

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm (Data de acesso: 28/11/2014).

manterem tradições como práticas agrícolas, cuidado da saúde física e espiritual, práticas religiosas bem como técnicas de mineração, arquitetura e construção, além do artesanato, da culinária, de relações comunitárias de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural (ANJOS, 2000).

1.2 Breve histórico dos processos da escravidão em Santa Catarina

Em abril de 1500 os europeus chegaram oficialmente às terras que viriam a ser o Brasil e, a partir de meados da década de 1570, foi incentivada a importação de escravos africanos. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos (FAUSTO, 1995). Africanos e seus descendentes chegaram ao litoral de Santa Catarina no século XVII (PEREIRA, 2003), junto com os colonizadores portugueses (LEITE, 1994). Nessa região, a mão de obra escrava foi utilizada na abertura de estradas, nos serviços domésticos, na construção das fortificações, ações militares, armações baleeiras, indústria derivada da pesca, agricultura, pecuária, nos serviços portuários e de navegação, entre outros (LEITE, 1994).

Diferentemente de locais do Brasil como São Paulo, Bahia e Minas Gerais, na região havia uma reduzida concentração de escravos trabalhando para grandes proprietários, resultando em um cenário em que esses possuíam um ou dois escravos e muitas vezes as situações econômicas obrigavam os proprietários a trabalhar na lavoura junto a esses (PEDRO *et al.*, 1996). Na segunda metade do século XIX, a estrutura econômica do Brasil sofreu modificações como a expansão da agricultura, onde o fazendeiro tornou-se um empresário e a fazenda um empreendimento capitalista. Assim, o mercado incentivou a mão de obra livre, pois, com o capitalismo se constituindo, não era mais vantajoso comprar escravos e, neste cenário, surgiu o trabalhador livre e assalariado, um consumidor efetivo e potencial (IANNI, 1972).

Em 1850, o Governo Brasileiro criou a Lei de Terras, incentivando a vinda de “colonos livres”, para trabalharem em estabelecimentos agrícolas, ou na formação de colônias. Assim, o processo de oficialização da ocupação de terras através da venda de lotes excluiu os escravos, tanto pela falta de condições para adquiri-las como por esta legislação os impedir de pleiteá-las, pois diversos ex-

escravos que receberam terras de seus antigos senhores não conseguiram exercer a efetiva regularização dessas, tanto pela falta de capitais para investimentos, como pela voracidade das ocupações feitas por outros grupos, com mais poder de enfrentamento, coação e legitimidade (LEITE, 1995).

Desta forma, a manutenção da fronteira étnica entre os grupos foi um relevante fator de reorganização, também para os que já se encontravam anteriormente na terra – indígenas, africanos, portugueses, açorianos e miscigenados. Às diversidades étnico culturais somaram-se as desigualdades sociais, influenciando ambas na ocupação do espaço, na distribuição geográfica e na territorialização dos grupos (LEITE, 1994).

A ocupação territorial europeia visou atender aos interesses das elites intelectuais e políticas de implantar um povoamento com populações provenientes de áreas “desenvolvidas” e, sobretudo, de tornar o país “racialmente mais branco”, propiciando condições favoráveis aos imigrantes europeus (em geral italianos, alemães e poloneses), não compatibilizando as diversidades culturais e as desigualdades sociais existentes (LEITE, 1994).

Negros libertos se depararam com uma sociedade racista, tendo que disputar com imigrantes europeus até mesmo as mais modestas ocupações de trabalho livre como carregadores de saca de café, jornaleiro, engraxate entre outras (LEITE, 2000). Sobretudo na área rural, o contraste com a cultura dos imigrantes e seus descendentes, a desinformação e a necessidade de terras, ampliaram os níveis de segregação e conflito, aumentando o êxodo e a desagregação dos grupos familiares negros (LEITE, 1995).

“As linhas demarcatórias dos grupos, para além das diferenças culturais, tornaram-se formas matriciais de continuidade da hierarquização, de produção de novas desigualdades (...). Ao longo do processo de ocupação da terra, índios e negros foram tornando-se “outros” - os primeiros, dizimados, os segundos postos à margem, invisibilizados, após o processo de Abolição do trabalho escravo.” (LEITE, 1994).

Para Carvalho (1996) territórios de africanos e afrodescendentes seguiram existindo ao longo dos séculos, em parte, devido a essa invisibilidade simbólico social. Assim, esses grupos seguiram em pequenas extensões de terras devolutas ou periféricas de difícil acesso e exploração, na maioria das vezes trabalhando para açorianos, alemães e italianos (LEITE, 1994). Segundo o Núcleo de Estudos Negros (2011), descendentes afro-brasileiros de Santa Catarina ainda vivem essa invisibilidade, mesmo que informações oficiais apresentadas pelo IBGE apontem a presença de 12% desses na população do estado, o que corresponde a 600 mil catarinenses negros, sendo que destes 67,99% residem na área urbana e 32,01% residem no meio rural.

1.3 Definições e aspectos legais relacionados às comunidades quilombolas

Registros da historiografia brasileira referentes ao conceito da palavra “quilombo” indicam que esse é próprio dos africanos bantos, e quer dizer acampamento guerreiro na floresta (acampamento em quimbundo) e vem sendo modificado através dos séculos (BAIOCCHI, 1999). Em 1994, reuniu-se o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia para elaborar um conceito de “remanescentes de quilombo”, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras a esse grupo étnico, procurando desfazer os equívocos referentes à suposta condição remanescente, tratando-se de desfazer a ideia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente de processos insurrecionais (LEITE, 2000).

A Comissão Pró-Índio de São Paulo² ressalta que as comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamentos de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no

²Disponível em: http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_oque.html (Data de acesso: 02/05/2013)

interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição. Seus laços sociais foram produzidos coletivamente no dia a dia e muitas vezes reproduzidos através de casamentos intra e intergrupos que compartilhavam categorias definidoras de pertencimento, valores e práticas culturais específicas, indo além da consanguinidade (LEITE, 1994).

Os quilombolas são considerados comunidades tradicionais, que segundo o Decreto Federal nº6.040/2007 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Povos e Comunidades Tradicionais são, “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Essa definição de grupo culturalmente diferenciado não representa ou visa contribuir com qualquer tipo de segregação social, muito pelo contrário, como Santos (2003) aponta, temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.

O mesmo decreto aponta ainda que “Territórios Tradicionais são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas” (BRASIL, 2007). Mais especificamente à comunidade tradicionais quilombolas, o Decreto nº 4887 Art. 2º de 20 de novembro de 2003 aponta:

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (BRASIL, 2003).

A partir dessa definição, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) expõe que as comunidades tradicionais quilombolas são definidas como “grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se intitulam a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”³. Com isso, o conceito de “remanescente de quilombo”, expresso na manutenção da cultura afro-brasileira, não vislumbra apenas sua legitimidade, mas também considera outro aspecto relevante para a compreensão dos territórios – o conceito de ancestralidade que valoriza os saberes e as práticas mantidos ao longo do tempo (O’DWYER, 1995).

Nesse sentido, Campos (2011) ressalta que as terras são imprescindíveis para os grupos quilombolas, à medida que traçam acessos, garantem continuidade e meios de subsistência. Leite (1996) aponta ainda que o território negro aparece como um elemento de visibilidade a ser resgatado, sendo que, através dele, negros isolados pelo preconceito racial procuram reconstituir uma tradição centrada no parentesco, na religião, na terra e nos valores morais cultivados ao longo de sua descendência.

1.4 Direitos territoriais quilombolas

O Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 previu a legalização das terras remanescentes de quilombos no Brasil, ao apontar que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. Nessa época, como apresentado anteriormente, o termo remanescente de quilombos ainda não correspondia à diversidade e complexidade dos grupos encontrados no país (LEITE, 2000).

O decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003 concedeu ao INCRA, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a competência comum e concorrente com o poder federal pela

³Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas> (Data de acesso: 20/05/2013)

delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas, para promover e executar procedimentos de regularização fundiária. O marco legal para fins de regularização de território quilombola tem como base a Instrução Normativa 57, do INCRA, de 20 de outubro de 2009, cabendo às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do INCRA do seu Estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização fundiária de seus territórios⁴, através da titulação das terras de forma coletiva.

Conforme os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal as terras dos remanescentes de quilombos são consideradas patrimônio histórico e cultural⁵ e a Portaria nº 98 de 03/04/2013 institui um Grupo de Trabalho Interministerial-GTI para elaborar proposta de regularização ambiental em territórios quilombolas estabelecida na Lei nº 12.651 de 25/05/2012, no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural-CAR e para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial Ambiental para esses territórios⁶.

Atualmente, para que o INCRA inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares, criada em 1988 junto ao Ministério da Cultura, onde uma de suas funções é formalizar “a existência das comunidades remanescentes de quilombolas e assessorá-las juridicamente, como também desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania” (BRASIL, 2011). O reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares também possibilita o acesso à políticas públicas tais como habitação ("Minha Casa Minha Vida"), Programas "Luz para Todos", "Bolsa Família" entre outros programas sociais, tendo em vista que estas comunidades vivem em condições de dificuldades de infraestrutura, trabalho e renda, sendo que

⁴Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas> (Data de acesso: 13/05/2013).

⁵Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm (Data de acesso: 20/05/14).

⁶Disponível em: <http://etnico.wordpress.com/2013/09/24/marcos-juridicos-das-unidades-de-conservacao-e-dos-territorios-etnicos-por-maria-luiza-grabner/> (Data de acesso: 20/08/2014).

esta ação pode ser realizada independente das áreas de quilombos, estarem ou não regularizadas junto ao INCRA⁷.

A primeira parte dos trabalhos do INCRA³ consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola, o que inclui a regularização fundiária, com desintração de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pródigo e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

No país existem 2431 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e 217 já tiveram a demarcação física do território concluída pelo INCRA⁸. No Estado de Santa Catarina 13 comunidades já foram reconhecidas como quilombolas⁹ e atualmente apenas a Comunidade Invernada dos Negros, localizada em Campos Novos, começou a ter titulação de suas terras.

1.5 Perspectivas ecológicas e sociais sobre o território

Segundo Begon *et al.* (2006), do ponto de vista ecológico, os territórios são áreas defendidas contra invasores por um padrão reconhecível de comportamento. Quanto a essa mesma teoria ecológica, Alcock (2011) aponta que esses são áreas físicas que são defendidas, nas quais os animais se reproduzem. Esse comportamento em defesa do espaço é disseminado em diferentes grupos de animais, ocorrendo por exemplo entre afídeos, esquilos terrestres até abelhas melíferas e borboletas monarca.

⁷Disponível em <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq> (Data de acesso: 20/08/2014).

⁸Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-27-11-2014.pdf> (Data de acesso: 27/11/2014).

⁹Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-27-11-2014.pdf> (Data de acesso: 27/11/2014).

Para diversos grupos de animais existem contrastes entre o território e a área de vida, pois essa última se refere a área que os animais ocupam independentemente da área defendida, podendo ir além dessa (ALCOCK, 1997). Assim, ao representar o espaço onde os indivíduos de um grupo exercem suas atividades ao longo do tempo (OATES, 1987), a área de vida e seu tamanho estão relacionados tanto à características do ambiente, quanto a fatores sociais e da própria espécie (GUIDORIZZI, 2008). A localização e o padrão de distribuição temporal e espacial dos recursos utilizados, como alimentos, água, locais de descanso ou de proteção contra predadores, afetam o tamanho da área de vida (HAMILTON, 1982; TERBORGH, 1983; BARTON *et al.*, 1992; COWLISHAW, 1997).

Alguns estudos consideram estes conceitos ao discutir conservação e no manejo do ambiente (GUIDORIZZI, 2008). Fernandez (2004), por exemplo, aponta que uma forma mais sutil e lenta de matar uma onça-pintada (*Panthera onca*) é destruir seu habitat de maneira a preservar apenas um remanescente de floresta que uma população de onças precisa para sobreviver, ressaltando a importância de fragmentar menos as áreas nativas e conectá-las através de corredores em ambientes já fragmentados.

Newmark (1987) aponta que conforme a área da floresta é reduzida em relação à área original espera-se que o número de espécies presentes caia até se ajustar ao número correspondente à nova área, indicando que a teoria da biogeografia de ilhas poderiam se aplicar também a ilhas de mata no ambiente terrestre. Porém, estudos ecológicos em ambientes terrestres, relacionados a territórios de populações humanas, ainda não discutiram contribuições das teorias ecológicas de área de vida e território à demarcações de territórios de comunidades tradicionais.

De acordo com Godelier (1984), um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território, o qual pode ser definido como uma parte da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade reivindica direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais ali existentes que ela deseje ou é capaz de utilizar.

Quando nos referimos a populações humanas, ao dizer que uma forma específica de ocupação espacial traduz-se em território, aborda-se práticas sociais que regulam o uso do espaço. Assim, mesmo assumindo que nenhuma sociedade humana existe sem imprimir ao espaço que ocupa uma lógica territorial, isso não significa tratar o território como uma "categoria inata do pensamento". Isto é, a territorialidade humana é vivida sobre algum tipo de suporte, onde são estabelecidas relações próprias, criação de limites e canais de comunicação, proximidades e distâncias, interdições e fronteiras seletivamente permeáveis, conforme a lógica territorial do grupo que “territorializa” uma dada porção de espaço (BINDA, 1999).

Nesse sentido, a Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais da OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabelece, em seu Art. 14 que:

“Os Governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva de seus direitos de propriedade e posse, entendendo que a utilização de terras deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma forma” (BRASIL, 2004).

A mesma Convenção determina ainda em seu Art.13 que:

“os governos deverão respeitar a importância especial que, para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira, e particularmente os aspectos coletivos dessa relação” (BRASIL, 2004).

Como apontado, desde 2003, as comunidades quilombolas começaram a ter o reconhecimento de suas terras pelo INCRA. Assim, passaram a possuir espaços reconhecidos em relação a cultura hegemônica, baseados na ocupação histórica do grupo em uma dada região (LITTLE, 2002), onde, para a demarcação de seus territórios, diversos fatores são levados em consideração, dentre eles a dependência das comunidades ao recursos vegetais de uma dada área¹⁰.

¹⁰Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/243-instrucao-normativa-n-57-20102009> (Data de acesso: 15/12/2014).

Segundo Campos (2011), entre grupos rurais negros domina a apropriação da terra em comum, fundamentado na ideia de que “a terra é de ninguém”, está assim “disponível a quem nela queira trabalhar”, numa clara conotação de que “a terra é de todos”, assim, as comunidades remanescentes de quilombos reivindicam suas terras de uso comum, apoiadas na ancianidade e na legitimidade pelos anos de inserção no território efetivamente ocupado, peça fundamental de seu direito, constituindo-se no tempo, na permanência de sua identificação histórica.

A normativa 57 art. 4º do INCRA expõe que consideram-se terras ocupadas por remanescentes de quilombos toda a terra utilizada para garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, porém, tais processos são lentos e burocráticos. Campos (2011) ressalta ainda que pelo fato de as terras de negros muitas vezes não serem reconhecidas nos diferentes segmentos (popular, jurídico, político), junto à valorização mercantil da terra, foi e é favorecida a apropriação individual, que se dá através de uma série de interesses políticos e econômicos: comerciantes, empresas, órgãos públicos e, desta maneira, vão sendo destruídos gradativamente os laços estabelecidos de igualitarismo e de direito costumeiro através dos tempos.

Em Santa Catarina, principalmente na área rural, a diferença dos africanos e afrodescendentes com a cultura dos colonos imigrantes e descendentes, a desinformação e a necessidade de terras, aumentaram a segregação e o conflito, contribuindo para o êxodo e a desagregação de grupos familiares (LEITE, 1994). Além disso, mesmo tendo seus modos de vida modificados com o passar do tempo, muito desses grupos não perderam suas particularidades (LITTLE, 2002).

Portanto, a partir da perspectiva ecológica, é possível identificar contrastes entre a área de vida e o território, contribuindo para as reflexões sobre perspectivas sociais de território. Uma integração dessas diferentes perspectivas pode auxiliar em contemplar a complexidade das ações e valores culturais dos povos tradicionais.

1.6 Saberes sobre plantas e a importância dos recursos vegetais presentes em quintais

Diversos estudos buscam conhecer quais fatores influenciam mais no conhecimento e uso dos recursos vegetais por populações humanas tradicionais. Alguns autores apontam o gênero, a idade e trabalhos relacionados com a agricultura, como tópicos relevantes nessa pergunta (AYANTUNDE *et al.*, 2008; LADIO & LOZADA, 2004; REYES-GARCIA *et al.* 2005; ARIAS-TOLEDO *et al.*, 2007; NASCIMENTO *et al.*, 2012). Outros estudos indicam a influência de fatores ecológicos, como a riqueza, disponibilidade, acessibilidade, abundância e importância ecológica dos recursos naturais (ARIAS-TOLEDO *et al.*, 2009, GHORBANI *et al.*, 2012; GUÉZE *et al.*, 2014).

Atualmente, existem relatos contrastantes sobre as características socioeconômicas que influenciam o conhecimento e uso de plantas em países megadiversos como o Brasil, existindo ainda uma lacuna quanto a essa questão, apesar dos avanços significativos em estudos etnobotânicos (CAMPOS *et al.*, 2015). Poucos estudos testam essa pergunta, sendo que dois ocorreram no Bioma da Caatinga (NASCIMENTO *et al.*, 2012; CRUZ *et al.*, 2013) e um no Cerrado (CAMPOS *et al.*, 2015). Campos *et al.* (2015) destacam ainda que avaliar aspectos socioeconômicos combinados com aspectos ecológicos pode ampliar nossa compreensão sobre os fatores que afetam o conhecimento para identificar estratégias que favorecem a sustentabilidade regional da utilização dos recursos.

Investigações com populações de diferentes matizes culturais e sociais, que utilizam recursos vegetais de diferentes unidades de paisagem como os quintais, matas de galeria e as roças (PASA *et al.*, 2008; CARNIELLO *et al.*, 2010; PASA & ÁVILA, 2010; NOVAIS *et al.*, 2011; PASA, 2011), ressaltam a importância dos quintais na obtenção de plantas para populações locais (BRITO, 1996; EICHEMBERG, 2003; GARROTE, 2002; LACERDA, 2008; PEREIRA & ALMEIDA, 2010). Os quintais são o sistema de uso da terra mais difundido em todo o mundo (HOWARD *et al.*, 2006; KUMAR & NAIR, 2006), muitas vezes se localizando dentro dos terrenos de casas individuais, sendo manejados por mão de obra familiar (FERNANDES & NAIR, 1986; VOGL *et al.*, 2004) e podendo atender

demandas locais específicas (KUMAR & NAIR, 2004; KUMAR & NAIR, 2006).

Segundo Saragoussi *et al.* (1988) o termo quintal refere-se ao espaço do terreno situado ao redor da casa e, na maioria das vezes, é definido como a porção de terra perto da casa, de fácil acesso e cômodo, na qual se mantêm ou se cultivam diversas espécies que fornecem parte dos alimentos, plantas medicinais, lenha, entre outros.

Ao contrário de cultivos monoespecíficos, quintais geralmente mantêm alta diversidade inter e intraespecífica, resultantes de experimentação e seleção local, assim como de trocas e circulação de espécies levadas de um ambiente para outro (WILLIAMS, 1997), podendo reduzir a vulnerabilidade de populações humanas a impactos biológicos ou mudanças climáticas (KUMAR & NAIR, 2004; TOMPKINS & ADGER, 2004).

Uma das principais finalidades do quintal é a produção alimentar (FERNANDES & NAIR, 1986). O resultado dessa maior agrobiodiversidade, possível de ser encontrada nos quintais, aumenta a diversidade da dieta da família, onde muitas vezes diversos nutrientes essenciais e micronutrientes são fornecidos próximo à casa (FABER, 2003; JOHNS & STHAPIT, 2004).

Além disso, essas áreas são consideradas sistemas sustentáveis de manejo em uma perspectiva ecológica (FERNANDES & NAIR, 1986; ALCORN, 1990), podendo abrigar espécies de plantas ameaçadas, contribuindo com a conservação de espécies nativas (BLANCKAERT *et al.*, 2004; KUMAR & NAIR, 2004) e servindo como áreas de experimentação e observação de espécies recentemente adquiridas (AGUILAR-STØEN *et al.*, 2009; KUMAR & NAIR, 2004; NIÑEZ, 1987). Vasconcellos (2004) também aponta que os quintais podem funcionar como locais de retenção da erosão genética, uma vez que se realiza neles a conservação de variedades deslocadas nas lavouras pelas variedades comerciais híbridas e transgênicos, sendo também um local de experimentação e reprodução de técnicas como propagação vegetativa, produção de adubo orgânico, poda e enxertia.

O quintal é comum tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas brasileiras (CASTRO, 1995). No caso de áreas urbanas, os quintais

fazem parte de um mosaico de paisagem e podem desempenhar um papel significativo na polinização (KEARNS *et al.*, 1998; BIESMEIJER *et al.*, 2006), bem como para outros serviços do ecossistema que abrangem o resto da paisagem, como a dispersão de sementes e regulação de pragas (ANDERSSON *et al.*, 2007), sendo importante na manutenção e na formação do microclima (CASTRO, 1995).

Quando falamos de estudos relacionados a memória social ecológica em relação ao manejo de ecossistemas, percebe-se que quintais podem ser descritos como representando “legados” de práticas tradicionais de cultivo, onde o conhecimento sobre esses vem sendo repassado e acumulado socialmente por um longo tempo e muitas vezes por várias gerações (NOLIN, 2003).

Nesse sentido, verificamos que tanto a cultura quanto a paisagem não são estáticas, assim, as condições para produção de conhecimento etnobotânico também são dinâmicas. Em casos de áreas em transformação, a pesquisa etnoecológica pode levantar questões importantes para a conservação de áreas naturais em meio à malha urbana, contribuindo com a inserção de valores relacionados à importância cultural de tais áreas para a população residente. Assim, pode contribuir tanto para a manutenção da qualidade de vida quanto para a identificação dos grupos culturais que persistem no local, possibilitando a continuidade da dinâmica de elaboração e reelaboração do conhecimento, por exemplo, etnobotânico (GANDOLFO & HANAZAKI, 2011).

Destaca-se ainda que as relações existentes entre sociodiversidade e biodiversidade, conforme Hanazaki *et al.* (2010), incluem:

“as possibilidades de proteger a biodiversidade *in situ*, de incorporar o saber local ao conhecimento acadêmico, de preservar o patrimônio cultural de populações tradicionais, de aliar conhecimento tradicional do ambiente a estratégias de manejo, e de garantir direitos das populações tradicionais” (HANAZAKI *et al.*, 2010).

No cenário atual, verifica-se a importância de avaliar o papel dos quintais na conservação *in situ* das comunidades, onde, segundo a Convenção da Diversidade Biológica (1992), essa representa:

“a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações

viáveis de espécies em seu meio natural e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, no meio em que desenvolveram suas propriedades distintas”(Convenção da Diversidade Biológica,1992).

Reconhecendo a importância dos quilombolas na cultura popular brasileira, dos trabalhos etnobotânico e etnoecológicos em comunidades tradicionais, percebendo lacunas entre conceitos ecológicos aplicados à questão social envolvendo o território de comunidades tradicionais quilombolas, bem como lacunas sob como fatores socioeconômicos e ecológicos influenciam no conhecimento etnobotânico e etnoecológico, esse trabalho justifica-se por buscar contribuições do conhecimento etnoecológico sobre plantas para a compreensão sobre o território de três Comunidades Quilombolas de Santa Catarina-Brasil e os fatores que mais influenciam no conhecimento etnobotânico local.

O presente trabalho está inserido no projeto “*O conhecimento e o uso das plantas por Comunidades Quilombolas de Santa Catarina*” cujo objetivo é registrar o conhecimento e utilização das plantas em três comunidades quilombolas de Santa Catarina: Aldeia, Santa Cruz e Morro do Fortunato, com o intuito de contribuir para a valorização e manutenção das práticas locais e dos modos de vida dessas comunidades, com ênfase para os seus vínculos com os recursos vegetais. Como parte desse projeto outra dissertação de mestrado e uma tese de doutorado estão sendo elaborados por K.M.O.Valadares e S. Zank, respectivamente.

As hipóteses gerais que norteiam esse trabalho são: a área de vida das comunidades influencia no conhecimento e uso de recursos vegetais das comunidades estudadas; e quanto mais a área de vida extrapola o que a comunidade identifica como seu território, mais recursos vegetais são conhecidos e usados. Além disso, acredita-se que há uma maior riqueza de plantas disponíveis nos quintais em áreas menos urbanizadas e que a riqueza de plantas nos quintais é o fator que mais contribui para uma maior a riqueza de plantas usadas e conhecidas pelas comunidades

estudadas, dentre fatores socioeconômicos e ecológicos avaliados nesse trabalho.

2. Objetivos

Objetivo Geral

Os objetivos gerais deste trabalho são identificar possíveis contrastes entre a área de vida e o que é considerado o território em três comunidades quilombolas de Santa Catarina (Brasil), verificando se há influências da área de vida no conhecimento e uso de plantas. Bem como avaliar os principais fatores socioeconômicos e ecológicos sobre recursos vegetais, a fim de discutir suas possíveis implicações no uso e conhecimento de recursos vegetais.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- Investigar a etnobotânica quilombola no que se refere às plantas conhecidas e utilizadas para todas as categorias de uso;
- Verificar a dependência dos quilombolas por recursos vegetais conhecidos e usados tanto nativos quanto exóticos;
- Compreender o significado do termo “território” para os quilombolas;
- Mapear o território atual e passado, bem como áreas de uso e obtenção de recursos vegetais.
- Compreender se a riqueza de plantas nos quintais é um fator que influencia o conhecimento e uso de recursos vegetais;
- Analisar a influência de fatores socioeconômicos no conhecimento e uso sobre as plantas.

3. Metodologia

3.1 Área de Estudo

O presente trabalho foi realizado em três comunidades quilombolas do litoral do estado de Santa Catarina (Figura 1): Aldeia, Santa Cruz (também chamada de Toca) e Morro do Fortunato. Os critérios utilizados para a seleção das áreas do estudo foram o interesse da comunidade por pesquisas no âmbito etnobotânico e haver demandas de valorização social e de seus saberes.

A identificação dessas demandas aconteceu inicialmente no decorrer do curso de “Condutor Ambiental” do Instituto Federal de Santa Catarina, ocorrida na comunidade Morro do Fortunato, por professores e membros dessa comunidade, principalmente devido ao interesse desses membros em ampliar sua capacitação na condução de trilhas locais. Além disso, em reunião com coordenadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), foi relatado que as citadas demandas também se aplicavam às comunidades quilombolas Aldeia e Santa Cruz.

A comunidade Morro do Fortunato e parte da comunidade Aldeia estão localizadas no Município de Garopaba, localizado a aproximadamente 79 quilômetros ao sul de Florianópolis, possuindo aproximadamente 115 Km² (BRUSIUS, 2010). A outra parte da comunidade Aldeia também se encontra no município de Imbituba, que faz divisa ao Sul do município de Garopaba, mas é com Garopaba que a comunidade mantém seus vínculos políticos e administrativos (INCRA, 2011). Já a comunidade Santa Cruz está localizada no Município de Paulo Lopes, que também possui colonização açoriana¹¹ e se localiza a aproximadamente 50 quilômetros ao sul de Florianópolis, possuindo 447 km².

¹¹Disponível em <http://www.paulolopes.sc.gov.br/home/index.php?> (Data de acesso: 12.06.2013)

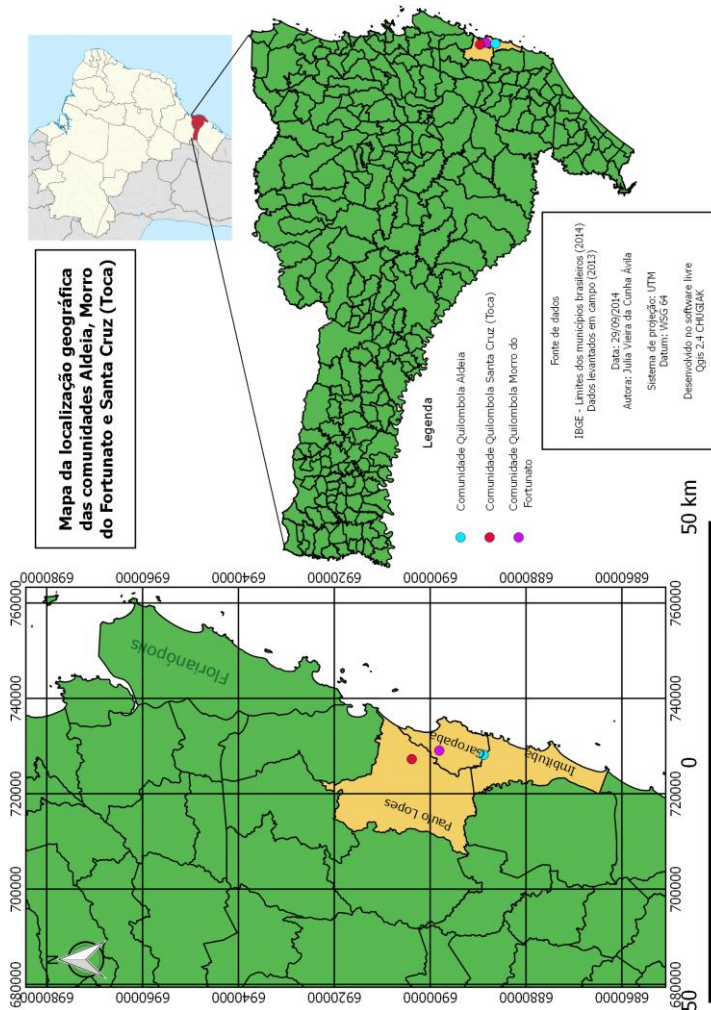


Figura 1. Localização Geográfica das Comunidades Remanescentes de Quilombo Morro do Fortunato, Aldeia e Santa Cruz (Santa Cruz) em relação a capital do estado de Santa Catarina (Florianópolis).

Acredita-se que os primeiros colonizadores portugueses de origem açoriana chegaram em Garopaba na década de 1660¹², enviados pelo Império Português (BESEN, 1996). No século XIX, a presença escrava constituía quase 20% da população total do município, sem contar os inúmeros africanos e afrodescendentes libertos (CARVALHO, 2011). Assim, em 1856, a freguesia apresentava uma população distribuída em 2.254 homens livres e 398 escravos, indicando que a presença de africanos e afrodescendentes na província era considerável (LÉONCE AUBÉ, 1861). Conforme o IBGE (2010), atualmente Garopaba tem 18.144 habitantes, onde o total da população urbana é de 15.326 pessoas, sendo que a população rural soma 2.818 pessoas. Deste total da população 92,7% são brancos, 3,7% são negros e 3,4 são pardos.

No município a pesca era a principal fonte de renda até as décadas de 1970 e 1980, sendo apontado que há aproximadamente 40 anos o local era uma simples vila de pescadores, possuindo pouca ou quase nenhuma infraestrutura e, em decorrência do crescente fluxo turístico, vem atualmente demonstrando grande crescimento (ALBUQUERQUE, 2014). Atualmente, o turismo é a fonte de renda de grande parcela dos habitantes da região (BRUSIUS, 2010), mas mesmo que com menor proporção, outras atividades movimentam a economia do município, como a agricultura, pecuária e a pesca artesanal (BOTTEGA, 2006). Entretanto, o local se encontra marcado pela modernização e urbanização, fatores que mudaram radicalmente a vida e a cultura dos habitantes locais (ALBUQUERQUE, 2014).

Em Garopaba diversas casas e ranchos de pesca foram substituídas por comércio, pousadas ou pequenas "vendas", que hoje são supermercados. Essas mudanças são decorrentes principalmente do turismo, onde, aos poucos, os nativos do local se transformaram em mão de obra barata. Ainda existem os que resistem ao progresso e insistem em viver da pesca e da agricultura, mas está cada vez mais difícil de se manter com essas atividades, já que as terras são escassas e o mar e a

¹²Disponível em: <http://www.garopaba.sc.gov.br/conteudo/?item=24436&fa=3740> (Data de acesso: 10/01/2015)

As coberturas vegetais de Garopaba e Paulo Lopes apresentam espécies pertencentes à Floresta Ombrófila Densa e outras formações associadas ao Domínio Mata Atlântica, tais como a vegetação de restinga, presente no litoral catarinense, onde predominam as formações pioneiras herbáceas e arbustivas (FERREIRA, 2006). Ferreira (2006) aponta que salvo Garopaba e Paulo Lopes, todos os municípios costeiros sul catarinenses apresentam atividades de extração de lenha e madeira para fins comerciais. Entretanto, as formações vegetais originais, devido à atividade agropecuária destinada ao comércio, foram intensamente devastadas desde o século XVII (ALBUQUERQUE, 2014), que somada a crescente urbanização, contribuiu para o cenário de apenas poucas manchas da vegetação original serem presentes atualmente (FERREIRA, 2006).

Em relação a Garopaba, Paulo Lopes possui um menor adensamento provocado pelo aumento do índice de urbanização, devido à posição pouco estratégica de Paulo Lopes em relação aos portos no início da colonização por imigrantes europeus. Assim, devido à menor densidade demográfica no município, a vegetação de restinga de Paulo Lopes se encontra em bom estado de conservação, com estágios sucessionais avançados. Já a restinga de Garopaba, onde a ação antrópica é maior, a vegetação se encontra fragmentada e, alguns locais, é praticamente inexistente (FERREIRA, 2006).

Assim, Ferreira (2006) aponta ainda que, apesar do litoral sul catarinense apresentar vegetação na maior parte de sua extensão, extensas áreas dos ecossistemas costeiros naturais estão sendo destruídas e fragmentadas para construção de infraestruturas viárias, residências, comércios e indústrias, onde o impacto antrópico sobre tais ecossistemas é elevado, principalmente devido ao turismo e adensamento urbano da região. A ocupação do solo impede o processo de sucessão e o desenvolvimento de vegetação intermediária, mantendo reduzida a biodiversidade nessas áreas litorâneas do sul do estado, onde também foram e continuam sendo destruídas vastas áreas de vegetação de manguezal e restinga, dando lugar a uma paisagem urbanizada (FERREIRA, 2006).

Bottega (2006) relata que a maioria dos processos de requerimento das terras dos remanescentes de quilombos da região litorânea sul, vivencia um momento delicado, pois algumas terras estão em faixas na rota da construção da Ferrovia Litorânea Sul – EF 140, trecho Imbituba/SC à Araquari/SC, com extensão de 235,6 km, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), sendo esse o caso da comunidade quilombola da Aldeia, bem como da comunidade Santa Cruz, onde tal situação tem dificultado as etapas de reconhecimento, caracterização e identificação dos sujeitos remanescentes de quilombos que vivem ao longo desta rota.

As comunidades do estudo são próximas geograficamente. Pelas estradas existentes atualmente a comunidade Aldeia dista aproximadamente 19,4 Km da comunidade Morro do Fortunato, a comunidade Santa Cruz dista aproximadamente 18,5 Km da comunidade Morro do Fortunato e a comunidade Aldeia dista aproximadamente 22,1 Km da comunidade Santa Cruz, havendo relatos de que antigamente moradores das comunidades Aldeia e Morro do Fortunato iam a pé aos bailes e eventos uns dos outros, cortando caminho pelas matas.

Considerando ainda a distância entre as três comunidades aos ambientes urbanos que se desenvolveram na região ao longo do tempo, é possível considerar que a comunidade Morro do Fortunato é a comunidade mais distante de centro urbanos, possuindo uma grande área de mata ao redor, sendo também a mais rural. Aldeia é a mais urbanizada, estando inserida na malha urbana da cidade de Garopaba, e a comunidade Santa Cruz possui um grau de urbanização intermediário, sendo rural mas tendo ao seu redor, além de matas, ambientes mais antropizados como pastos e chácaras.

As três comunidades abordadas no presente estudo têm a pretensão de ter seus territórios demarcados pelo INCRA, e possuem atualmente apenas a certificação de Quilombolas pela Fundação Cultural Palmares¹⁷.

¹⁷Disponível em: <http://www.cisp.org.br/terras/asp/etapa.aspx> (Data de acesso: 10/07/2013)

Comunidade Aldeia

A Comunidade Aldeia (Figura 2) localiza-se às margens da rodovia de acesso à cidade de Imbituba, SC-434, aproximadamente a 3 km desde o acesso pela BR-101, no bairro conhecido como Campo D'Una (BOTTEGA, 2006). Nessa, começaram a ser realizados trabalhos de levantamento de informações sobre sua genealogia, através da memória dos mais velhos, indicando que existe uma grande possibilidade de que os primeiros habitantes da comunidade tenham vindo há mais de 200 anos da região onde hoje se situa o país de Angola (FARIAS *et al.*, 2012).



Figura 2. Fotos da Comunidade Aldeia, Garopaba-SC.

Quanto à origem da comunidade Aldeia Albuquerque (2014) relata que essa se originou dos negros libertos que foram morar naquelas terras, alguns por casamentos e outros por laços consanguíneos, sendo que toda a região do bairro Campo D'Una até Araçatuba era considerada como terras devolutas. Nesse cenário, a Aldeia seria o lugar ideal para construir um povoado por se localizar próximo a lagoa Encantada,

facilitando o acesso à pesca. Além disso, as terras eram produtivas e o terreno era forte e seco, sendo próprio para a lavoura e, outro ponto importante é que nas proximidades tinha uma fonte de água boa para beber e lavar roupas.

Em 2011, a comunidade possuía uma população composta por 45 famílias, somando um total de 217 pessoas, dentre as quais parte vive na própria localidade e outras nas proximidades, porém fora do território geográfico quilombola (INCRA, 2011). Farias *et al.* (2012) relatam que todas as casas possuem instalações sanitárias e dispõe de água encanada e eletricidade. Quanto a estrutura da comunidade, a mesma conta com a Associação de Moradores Amigos da Aldeia, um espaço de reuniões, onde também acontecem os bailes, festas religiosas e outras celebrações coletivas.

Algumas casas possuem em seus terrenos hortas, galinheiros, bem como estrebalaria para o gado e pastos, onde os produtos cultivados na comunidade destinam-se ao autoconsumo da comunidade. Porém, ao contrário do que acontecia tempos atrás, as terras da comunidade não são suficientes para produzir inteiramente o sustento daqueles que ali vivem. O preparo da terra, plantio e colheita são manuais, sendo apontado pelos moradores da comunidade que a modernização da agricultura, a baixa fertilidade e qualidade da terra são os principais fatores para que a agricultura fosse perdendo espaço para outras atividades ligadas ao turismo (ALBUQUERQUE, 2014).

O processo de auto identificação da comunidade como quilombola teve início em 2006, amparado no currículo do programa “Saberes da Terra”, que aconteceu em 2005. Essa foi uma parceria entre os Ministérios de Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Agrário (Convênio nº 069/2005/MEC/SECAD), com o objetivo desenvolver uma política de Educação do Campo que possibilitasse a jovens e adultos da agricultura familiar, excluídos do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), integrando o Ensino Fundamental e Qualificação Social e Profissional, onde um dos seus eixos norteadores eram as relações étnico-raciais (FARIAS *et al.*, 2012).

A certificação como comunidade quilombola foi emitida pela Fundação Palmares em 2010, contribuindo para reorganização política e

cultural da comunidade (FARIAS *et al.*, 2012). Segundo moradores da comunidade, o reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares oportunizou maior empoderamento por parte de seus integrantes, pois fortaleceu a organização política deste grupo estreitando relações com instituições governamentais como o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Secretaria de Desenvolvimento Social/SC (ALBUQUERQUE, 2014).

Para os moradores da Aldeia, a posse da terra constitui um aspecto fortemente ligado aos laços familiares e às relações responsáveis pela permanência dos familiares na localidade (FARIAS *et al.*, 2012). Quanto à venda de algumas terras ao longo do tempo, é nítido o ressentimento da comunidade, pois as pessoas se sentiram iludidas ao venderem suas posses (ALBUQUERQUE, 2014). A área total reivindicada pela Comunidade Quilombola Aldeia junto ao INCRA/SC como território remanescente de quilombo para a regularização fundiária é de aproximadamente cinco hectares (INCRA, 2011).

Através de um convênio com o Governo Federal pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHNIS) moradores da comunidade Aldeia e Morro do Fortunato recorreram aos recursos de fundos perdidos para a construção de trinta casas populares de 42 metros quadrados cada, o que foi concedido. A comunidade Aldeia também foi contemplada com nove contratos para construir casas populares, através do Programa de Subsídio para Habitação (PSH) da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) (ALBUQUERQUE, 2014).

Comunidade Santa Cruz (Toca)

A comunidade Santa Cruz (Figura 3) é um território reconhecido localmente como um lugar onde moram os negros, construído culturalmente e socialmente na história do município de

Paulo Lopes (BOTTEGA, 2006). O reconhecimento da comunidade como quilombola aconteceu no ano de 2007¹⁸.

Como nas outras comunidades apresentadas, a consanguinidade é comum, porém as informações sobre as histórias das famílias negras foram perdidas e invisibilizadas, onde nem mesmo os atuais membros da comunidade compreendem o silenciamento de seus antepassados a respeito. As casas mais antigas eram de pau-a-pique e folhas de palmeiro, sendo registrados os cultivos de mandioca, o milho, o feijão e o arroz, usados principalmente para alimentação e venda de excedentes, onde as roças eram localizadas na própria comunidade (BOTTEGA, 2006).



Figura 3. Fotos da comunidade Santa Cruz (Toca), Paulo Lopes-SC.

Segundo Bottega (2006), entre os anos de 1975 e 1980, a comunidade de Santa Cruz começou a ser habitada por algumas famílias brancas que vieram de outros municípios em busca de terras para plantar ou trabalharem na agricultura. A escolha pelo local ocorreu, sobretudo por três motivos: a terra ser apropriada para agricultura, barata e pelo incentivo de alguns parentes que já moravam no município. Além de

¹⁸Disponível em: http://www.palmars.gov.br/?page_id=88&estado=SC (Data de acesso: 20/04/2013)

trabalharem como agricultores, os brancos também trabalharam por muito tempo como lavadeiras na própria comunidade, como forma de garantir uma renda fixa, situação que o trabalho na roça não possibilitava. Quanto à relação entre os que vinham de fora e os negros da comunidade, a autora salienta que havia dificuldades de interação.

A autora apresenta ainda que diversas famílias negras buscaram outras possibilidades de trabalho, mas a agricultura era uma forma de garantir e ajudar no sustento das famílias, onde todas as avós negras entrevistadas em sua pesquisa apontaram a agricultura como uma atividade que fazia parte da comunidade, exercida pelos seus familiares. A partir do ano de 1945 começou a existir um constante crescimento econômico, o que possibilitou mais oportunidades aos negros e aos mulatos (BOTTEGA, 2006).

Há registros também que o acesso à água encanada ocorreu através de um processo demorado e que o caminho que dá acesso à comunidade foi ampliado pela prefeitura, pois antes não havia estrada, devido a isso os alunos iam a pé para escola, sendo poucas as crianças que a frequentavam (BOTTEGA, 2006).

Bottega (2006) destaca também que a pobreza enfrentada pelos moradores da comunidade Santa Cruz atualmente é ampliada por esses não terem terras para plantar e morar em casas simples, onde muitos são empregados de famílias ricas de Paulo Lopes. Isso demonstra que as famílias negras circulavam pelo município em busca de melhores condições de vida e trabalho. Nesse sentido, a autora destaca que ter a terra para plantar corresponde a ser dono do seu próprio trabalho, o que os coloca num lugar de maior status social.

Atualmente, todas as residências possuem energia elétrica e água encanada, porém nem todas possuem saneamento básico.

Comunidade Morro do Fortunato

A Comunidade Quilombola do Morro do Fortunato (Figura 4) está localizada no bairro Macacú, próximo à Lagoa que possui esse mesmo nome, numa altitude compreendida entre 100 e 200 metros. A área onde se localiza o Morro do Fortunato é constituída por dois

núcleos residenciais distintos, denominados Morro e Vale. No Morro residem os habitantes de origem africana e no Vale os habitantes de origem europeia (HARTUNG, 1992). A comunidade foi reconhecida como quilombola no ano de 2006¹⁹.



Figura 4. Fotos da Comunidade Morro do Fortunato, Garopaba-SC.

Hartung (1992) relata que o nome Fortunato significa nascido na fortuna e traz à memória do grupo a imagem de um dos seus ancestrais e fundador: Fortunato Justino Machado, que junto de sua mãe, a escrava Joana Maria de Jesus, desenvolveu a comunidade nas terras que pertenceram ao senhor Marcos Vieira, pai de Fortunato. Assim, um único núcleo familiar iniciou o povoamento do local, diferentemente da Aldeia, cujas famílias foram passando a morar próximas umas das outras através de casamentos, por compadrio ou afinidade (ALBUQUERQUE, 2014).

O Senhor Fortunato era um homem rico, supõe-se que devido ao trabalho do grupo, que coletivamente produzia sua própria economia, baseado principalmente na plantação de café, mas também na criação de

¹⁹Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=SC (Data de acesso: 20/04/2013)

gado e cultivo de cana, sendo o café transportado para o centro do município, negociado com o comércio local e embarcado para Florianópolis através de lancha (HARTUNG, 1992).

O grupo ainda se mantém praticamente no mesmo espaço geográfico desde a chegada da escreva Joana, em uma faixa de terra com cerca de 700 metros de comprimento a 200 metros de altura, onde vivem cerca de 34 famílias, totalizando aproximadamente 180 quilombolas, cuja linhagem familiar é marcada por casamentos consanguíneos, bem como pelo matrimônio de homens da comunidade com mulheres oriundas do município de Imbituba (ALBUQUERQUE, 2014). A consanguinidade contribuiu para os laços de solidariedade interna do grupo, mantendo sua coesão e unidade (HARTUNG, 1992).

Hartung (1992) registrou que parte das terras pertencentes à comunidade também foram adquiridas por uso capião. Além disso, na década de 1990, ocorria também o regime de "meia" ou "terça", que consistia em entregar ao proprietário da terra metade ou um terço daquilo que era produzido. Assim os quilombolas diziam usar as terras de outras pessoas enquanto suas terras “descansavam”, embora na maior parte do tempo trabalhassem simultaneamente em ambas.

As terras eram utilizadas por todas as famílias para roças e para extração de madeira. Na década de 1990, os principais cultivos eram de feijão, mandioca, milho, banana e cana-de-açúcar, ocupando uma área média de um hectare, sendo que a área de cultivo da banana era superior. Tanto essa cultura, como o feijão, eram produzidos para venda. Roças de alho, amendoim e café eram realizadas por poucas famílias para consumo pessoal. Além disso, também foi registrado o cultivo de abóbora, repolho, cebolinha, entre outros nos quintais (HARTUNG, 1992).

Hartung (1992) aponta que o plantio e colheita eram atividades essencialmente manuais, que contam com a participação de homens, mulheres e crianças, onde, sem a família, as terras não têm sentido, pela própria forma como os membros do grupo identificam suas terras - "o nosso Morro" - e são identificadas pelos moradores do Vale - "O Morro da família do Fortunato", percebendo-se a família como um valor e a terra como expressão desse valor.

Todas as casas possuem energia elétrica, água encanada e saneamento básico. Na comunidade, atualmente, existe o espaço da Associação Comunitária, também utilizada como posto de saúde, igreja e salão de festas. Cursos de capacitação, como o de Conductor Ambiental, realizado pelo Instituto Federal de Santa Catarina também ocorrem no local.

3.2 Coleta de dados

Para a coleta de dados inicialmente o projeto “O conhecimento e o uso das plantas por Comunidades Quilombolas de Santa Catarina”, que engloba o presente trabalho, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina sob número 18847013.0.0000.0121 e aprovado em 14/08/2013. Posteriormente, este foi encaminhado e aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) recebendo autorização de Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado Autorização 03/2014, referente ao Processo nº: 01450.012607/2013-20 (Anexo 1).

Concomitantemente a esses procedimentos foram realizadas reuniões entre os pesquisadores participantes do projeto e as lideranças locais de cada uma das comunidades quilombolas, onde os projetos foram apresentados oralmente e por escrito. Após as lideranças lerem os projetos e conversarem com os membros das comunidades, foram realizadas reuniões comunitárias nas três comunidades, a fim de esclarecer a seus membros os objetivos de pesquisa bem como possíveis dúvidas e solicitar autorização para execução das pesquisas. Além disso, ao longo do trabalho de campo, todos os participantes da pesquisa tiveram acesso aos objetivos da pesquisa explicitados individualmente, sendo solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2).

Entrevistas-piloto realizadas nas próprias comunidades quilombolas possibilitaram a adequação do formulário de entrevistas. Posteriormente, refletiu-se sobre a efetividade da metodologia desenvolvida e se as perguntas estavam claras aos entrevistados. Devido às entrevistas sofrerem apenas pequenas modificações, após essa fase inicial, as entrevistas-piloto foram incluídas na pesquisa.

Durante as entrevistas foram anotados aspectos histórico-culturais das comunidades e “contos e causos” relatados pelos entrevistados, tanto nas entrevistas como nos momentos informais, a fim de registrar aspectos únicos da cultura dos mesmos. Outros acontecimentos, observações e percepções também foram registrados em um diário de campo, como sugerido por Albuquerque *et al.* (2008), visando analisar de forma mais clara aspectos qualitativos de fenômenos observados em campo.

Para a obtenção dos dados aplicou-se três questionários semi-estruturados, concomitantemente (Anexo 3): um questionário sócio-econômico para obter dados como idade, escolaridade, número de moradores na casa, fontes de renda (anteriores e atual); um questionário relacionado a aspectos do território da comunidade, a fim de identificar o que os entrevistados consideram como o território da comunidade atualmente e o que este representa e, por fim, um questionário etnobotânico, através do qual os entrevistados citaram as plantas conhecidas e usadas, bem como informações mais específicas sobre as plantas, como categoria de uso, modo e local de obtenção e se há uso atual.

As entrevistas foram aplicadas com todos os moradores maiores de 18 anos que se denominam quilombolas ou são casados com pessoas que se denominam quilombolas e aceitaram participar da pesquisa. Sempre que possível, as plantas citadas nas entrevistas foram coletadas através do método *turnê-guiada*, para posterior identificação botânica. Segundo Albuquerque *et al.* (2008) a *turnê guiada* consiste em coletar as plantas apontadas pelos informantes em seus quintais ou matas da região para identificação botânica das plantas citadas.

As plantas coletadas nas *turnês-guiadas* foram herborizadas conforme metodologia convencional aplicada em taxonomia vegetal e foram identificadas com o auxílio dos biólogos Anderson Mello e Mariana Beretta e dos professores Rafael Trevisan e Pedro Fiaschi (Departamento de Botânica, UFSC), César Paulo Simionato (Centro de Ciências da Saúde, UFSC) e através de comparação com exsicatas da coleção de referência do Laboratório de Ecologia Humana e

Etnobotânica (UFSC), sendo conferidas posteriormente por esses especialistas.

As coletas botânicas foram depositadas no Herbário FLOR (UFSC) e no Herbário EAFM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus) sob os números 01 à 863.

Os nomes científicos das plantas e suas respectivas famílias botânicas foram confirmadas na base de dados TROPICOS (Missouri Botanical Garden²⁰) e REFLORA (Resgate histórico e herbário virtual para o conhecimento e conservação da Flora Brasileira)²¹. Plantas identificadas até o nível de espécies foram analisadas quanto a origem a partir de informações disponíveis pelo REFLORA e segundo Reis *et al.* (2011).

Foram realizadas oficinas participativas, nas quais todos os membros das respectivas comunidades foram convidados a se reunir e discutir uma temática proposta pela equipe de pesquisa, nesse caso, relacionado ao histórico da comunidade e o território tradicional. Segundo De Boef & Thijssen (2007) métodos participativos podem ser usados para incorporar as ideais das pessoas nas atividades de pesquisa, bem como contribuir no empoderando das pessoas ao auxiliá-las a adquirir habilidades, conhecimento e experiência para assumir maior responsabilidade no seu desenvolvimento.

As metodologias participativas usadas foram o gráfico histórico e o mapeamento participativo, descritos por De Boef & Thijssen (2007). Segundo esses autores o gráfico histórico pode contribuir na percepção de aspectos específicos em um contexto histórico e conecta diferentes assuntos no tempo, auxilia participantes a identificar relações lógicas entre assuntos relacionadas a organização social, recursos naturais, entre outros, enquanto o mapeamento participativo varia conforme o foco dado ao mapeamento e auxilia durante as avaliações a conectar famílias, biodiversidade, recursos naturais, entre outros.

As oficinas participativas foram realizadas separadamente por comunidade. Na primeira delas foi realizado o gráfico histórico para resgatar o histórico das comunidades sobre aspectos territoriais e

²⁰Disponível em <http://www.tropicos.org/> (Data de acesso: 17.09.2014).

²¹Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. (Data de acesso: 17.09.2014).

botânicos (n° de participantes: Aldeia= 20, Santa Cruz=14, Morro do Fortunato=7). O trabalho consistiu em perguntar, em cada uma das comunidades, como eram áreas de cultivo, áreas nativas e a disponibilidade de plantas, em três momentos temporais: antigamente, a partir de quando começaram a ocorrer mudanças mais profundas nas comunidades e quando tiveram certificação como Comunidades Remanescentes de Quilombo pela Fundação Palmares.

Em geral, conforme alguns membros das comunidades respondiam outros membros concordavam ou discordavam, após momentos de reflexões do grupo entre si era solicitada uma resposta consensual às perguntas e, no caso do consenso não ser obtido, as diversas respostas eram registradas.

Outras duas oficinas foram realizadas para o mapeamento participativo. Estas oficinas iniciaram com a apresentação dos resultados parciais da pesquisa, a fim de informar a comunidade sobre como os dados estavam sendo trabalhados, para confirmá-los, bem como para solicitar autorização para sua divulgação.

Na primeira reunião envolvendo mapeamento participativo (n° de presentes: Aldeia = 9, Santa Cruz = 14, Morro do Fortunato = 11), foram coletados dados específicos aos territórios físicos e a obtenção dos recursos vegetais nas matas. Nesse caso, cada comunidade informou, em imagens impressas de satélite obtidas no GoogleEarth® (2014), três itens: o que consideram seu território atualmente, que áreas esse território ocupava anteriormente e onde estão localizadas espacialmente as áreas atuais de coletas dos recursos vegetais nas matas. Os dados foram registrados nos mapas pelos próprios quilombolas (Figura 5).

Na segunda reunião de mapeamento participativo (n° de presentes: Aldeia = 10, Santa Cruz = 22, Morro do Fortunato = 12), foram localizadas espacialmente as áreas atuais de coletas e cultivo dos recursos vegetais além das matas, sendo eles pastos, roças, hortas, terrenos baldios, restinga e banhados. Nesse caso foram utilizadas imagens de satélite do GoogleEarth® (2014) projetadas em data show e, através do programa Paint, os locais utilizados eram destacados com diferentes cores.



Figura 5. Mapeamentos participativos realizados nas comunidades do estudo (a direita acima Aldeia, a esquerda acima Santa Cruz e abaixo Morro do Fortunato).

Para a análise dos quintais dos moradores que aceitaram participar dessa etapa da pesquisa, em cada quintal realizou-se o levantamento da riqueza vegetal presente a mensuração do tamanho dos quintais, usando trenas de 30 m ou 50 m. As plantas cultivadas nos quintais, incluindo plantas arbóreas e herbáceas maiores que 40 cm, tiveram suas abundâncias registradas, onde rametes foram contados como indivíduos. Essas plantas foram coletadas ou fotografadas para posterior identificação.

As plantas herbáceas espontâneas menores de 40 cm, com exceção das gramíneas (por sugestão do pesquisador especialista Rafael Trevisan) tiveram a riqueza amostrada. Em cada quintal foram lançados cinco quadrados de PVC de 1m². Quatro quadrados eram colocados em

cada lateral da casa e uma das laterais era acrescida de mais um quadrado. Todos os quadrados tinham pelo menos 3 metros de distância entre si. No caso da casa possuir menos de 4 laterais com quintal, mais quadrados eram jogados nas laterais com quintal existente, respeitando a condição citada anteriormente (Figura 6).

Tal método foi desenvolvido por representar uma boa estimativa dos quintais, independentemente da variação de tamanho que foi encontrada entre eles. Às plantas levantadas nessa etapa foram aplicados os mesmos procedimentos de herborização e identificação descritos para as plantas coletadas através de turnê-guiadas.

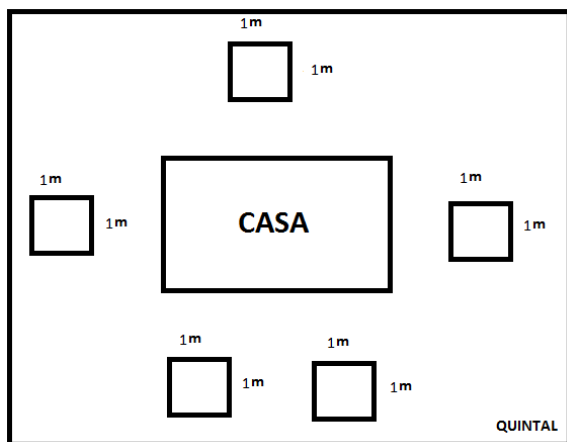


Figura 6. Imagem esquemática referente a coleta de plantas herbáceas nos quintais, menores de 40 cm, com exceção das gramíneas.

Informações sobre a presença ou ausência de gramíneas foram anotadas para todos os quadrados. Além disso, no caso do quadrado ser colocado em um local onde não havia indivíduos, essa informação também era registrada.

A coleta dos dados somou 70 dias de campo não contínuos.

3.3 Organização e análise dos dados

A organização dos dados foi feita em uma planilha de dados através do programa Excel, programa também utilizado para analisar as entrevistas e listagens livre através de estatística descritiva. Informações obtidas através de entrevistas foram separadas em categorias, para posterior análise. Por exemplo, as plantas citadas foram classificadas em nove categorias de uso: alimentícia, medicinal, artesanal, ornamental, madeireira, alimentação animal (forrageiras), ritualística, outros e não tem/não sabe. Essas categorias foram construídas com base nas respostas dos entrevistados.

Quanto à origem das plantas, a principal base de dados utilizada (REFLORA) classifica como nativas as espécies que possuem origem no Brasil, sendo esse o critério utilizado na presente pesquisa. Ziller (2000) aponta que plantas exóticas são aquelas que ocorrem em áreas consideradas como fora do seu limite historicamente conhecido, podendo resultar de dispersão acidental ou por influência antrópica e, plantas naturalizadas, são as espécies exóticas que, após introdução em determinado ecossistema, conseguem se adaptar, sobreviver e deixar descendentes férteis. Por ambas serem de origem exótica, espécies classificadas no material de consulta como naturalizadas foram analisadas conjuntamente às espécies exóticas.

Para confecção dos mapas e para análises qualitativas, relacionadas à delimitação dos territórios e à localização geográfica dos locais de obtenção das plantas, buscou-se relacionar dados obtidos nos mapeamentos participativos com dados fornecidos pelas entrevistas. A partir desses dados, foram elaborados mapas ilustrativos com auxílio dos softwares Photoshop (ver. 5.5; Adobe Systems Inc.) e Qgis CHUGIAK ver. 2.4.0-Chugiak (QGIS Development Team 2014) e mapas georreferenciados através do software livre Qgis CHUGIAK ver. 2.4.0-Chugiak (QGIS Development Team 2014).

Para identificar se houve diferença entre a média de plantas citadas entre as comunidades foi realizado um teste de Kruskal-Wallis através do programa R através (R Development Core Team, 2011). O mesmo procedimento foi usado para identificar se o número de plantas disponíveis nos quintais, bem como o tamanho dos quintais, difere entre as comunidades.

Para identificar possíveis relações entre a riqueza dos recursos vegetais nos quintais e seu conhecimento e uso foram aplicadas regressões lineares simples, através do programa R (R Development Core Team, 2011). Tais regressões foram realizadas separadamente por comunidade, diferenciando-se plantas usadas de plantas conhecidas. Assim, testou-se as relações entre as plantas disponíveis nos quintais com três grupos de plantas usadas ou conhecidas: a) obtidas nos quintais próprios; b) obtidas nos quintais próprios e quintais de vizinhos; e c) obtidas em qualquer ambiente de coleta.

Para verificar quais as variáveis dentre idade, sexo, trabalho atual ou anterior relacionado à agricultura, tamanho dos quintais e riqueza de plantas nos quintais, influenciam mais o conhecimento e uso dos recursos vegetais, foi aplicada a análise de Modelo Misto (HENDERSON, 1984) através do programa R (R Development Core Team, 2011). Este teste apresenta tanto fatores de efeitos fixos como aleatórios. Sua análise de variância apresenta algumas peculiaridades, como a composição das esperanças matemáticas dos quadrados médios, cujo conhecimento permite o estabelecimento correto dos testes de hipóteses (HICKS, 1973).

Os valores apresentados no modelo misto de Df (Graus de Liberdade), AIC (Critérios de Informação de Akaike), BIC (Critérios de Informação Bayesiano), Chisq (Chi-quadrado), Chi Df (Graus de Liberdade do Chi-quadrado) e Pr (> Chisq) foram utilizados no teste para a comparação de modelos, a fim desse indicar qual é a melhor combinação de efeitos fixos (variáveis preditoras) que devem ser mantidas no modelo. Segundo Wolfinger (1993), um dos procedimentos para a seleção da estrutura de covariâncias é utilizar o critério AIC, segundo o qual menores valores sugerem a melhor estrutura.

4. Resultados e Discussão

4.1 Etnobotânica e território quilombola

4.1.1 Conhecendo os quilombolas das comunidades estudadas:

Informações Socioeconômicas

Foram realizadas 184 entrevistas nas comunidades quilombolas em estudo (Tabela 1). Na comunidade Aldeia ("A") 87% do total das pessoas que se caracterizavam dentro do grupo de interesse dessa pesquisa foram entrevistadas, resultando em 65 entrevistas, Na comunidade Santa Cruz ("S") 67% dessas pessoas foram entrevistadas, resultando em 56 entrevistas e na comunidade Morro do Fortunato ("M") 90% das pessoas foram entrevistadas, resultando em 63 entrevistas.

Tabela 1. Características socioeconômicas dos entrevistados nas comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz.

	Comunidades	Aldeia (n=65)	Santa Cruz (n= 56)	Fortunato (n=63)
	Número total de entrevistas	65	56	63
Sexo	Homens	28	23	29
	Mulheres	37	33	34
Idade	18 - 41 anos	43%	63%	38%
	42 – 65 anos	37%	29%	46%
	66 -89 anos	20%	9%	16%
Escolaridade	Analfabetos	3%	9%	14%
	Ensino Fundamental completo ou incompleto	52%	79%	70%
	Ensino Médio completo ou incompleto	31%	9%	14%
	Ensino Superior completo ou incompleto	14%	4%	2%
Estado Civil	Solteiro	22%	27%	29%
	Casado	68%	59%	60%
	Separado/Divorciado	6%	9%	5%
	Viúvo	6%	5%	8%

	Comunidades	Aldeia (n=65)	Santa Cruz (n= 56)	Fortunato (n=63)
Número de Filhos	Sem filhos	15%	27%	22%
	1 a 2 filhos	35%	20%	37%
	3 a 4 filhos	35%	30%	21%
	5 filhos ou mais	11%	23%	24%
	sem resposta	3%	0%	0%
Ocupação atual	Agricultura/Pecuária/Pesca	6%	2%	16%
	Empregos urbanos formais e informais	66%	52%	48%
	Bolsas, aposentadorias, pensões, INSS e auxílios do governo	26%	21%	25%
	Sem renda	3%	25%	16%
Religião	Católica	71%	70%	63%
	Evangélica	25%	14%	13%
	Umbandista	0	11%	0
	Sem religião	1%		17%
	Outras	3%	7%	6%
Local onde morou	Morou a vida toda na comunidade	25%	23%	54%
	Já morou fora	75%	77%	46%
Salário atual	Nenhuma	2%	20%	11%
	1 salário mínimo (até R\$ 675)	28%	27%	29%
	2 salários mínimos (R\$ 676 até R\$ 1350)	32%	30%	33%

	Comunidades	Aldeia (n=65)	Santa Cruz (n= 56)	Fortunato (n=63)
	2 a 4 salários mínimos (R\$ 1351 até R\$ 2700)	25%	9%	13%
	Mais de 4 salários mínimos (+ de R\$ 2700)	5%	0%	5%
	Não informado	8%	11%	10%

Em todas as comunidades a maioria dos entrevistados é mulher (A= 60%, S=59%, M= 54%). A idade média dos entrevistados foi de 46,83 anos na Aldeia (d.p.= 17,66), 39,56 anos na Santa Cruz (d.p.= 17,34) e 45,66 anos no Morro do Fortunato (d.p. = 16,16). Quanto ao estado civil, a maioria dos entrevistados nas três comunidades é casada (A=68%, S=59%, M=60%,) e possui ao menos um filho (A= 84%, S=73%, M=82%).

A média de moradores por casa na Aldeia é de 3,7 pessoas (d.p. = 1,64), na Santa Cruz 5,05 (d.p. = 2,46) e no Morro do Fortunato 3,65 pessoas (d.p. = 1,39). Em todas as comunidades, a maior parte dos entrevistados estudou até o Ensino Fundamental (A=52%, S=79%, M=70%), completando-o ou realizando uma parte deste, sendo baixo o número de pessoas que iniciaram ou finalizaram estudos em escola de Ensino Superior. Na Aldeia, comunidade mais próxima da área urbana, é maior o número de pessoas que possuem ensino Médio ou Superior completo ou incompleto (45%).

Quanto a essa questão, como apontado por Vasconcellos (2004) para uma comunidade quilombola do Vale do Ribeira (SP), muitas vezes pelo excesso de trabalho os jovens e crianças contribuíam no trabalho na roça e nem chegavam a começar os estudos, não sendo pequenos os desafios do que se propunham a iniciá-lo. Leite (1996) salienta que na tentativa de perpetuar uma posição social superior, a "camada branca", além dos bens materiais, marcava lugares sociais a partir do preconceito racial, envolvendo, por exemplo, histórias que revelam um percurso tortuoso vivenciado pela camada afrodescendente ao inserir-se na escolarização formal.

Carvalho & Steindel (2011) apontam que na escola próxima à Aldeia era refletido o contexto mais amplo das relações entre negros e

brancos, onde o racismo e a segregação marcaram esse espaço social, sendo comuns chacotas, piadas e aversão ao contato mais próximo, em que atributos físicos dos alunos afrodescendentes eram utilizados para humilhá-los, ofender-lhes e inferiorizá-los, tanto por alunos como por professores. O mesmo foi registrado para a comunidade Morro do Fortunato (HARTUNG, 1992) e para a comunidade Santa Cruz (BOTTEGA, 2006), onde, nessa última, funcionários e alunos que nunca foram na comunidade, tinham naturalizado e cristalizado esse tipo de posicionamento perante essa e seus membros. Além dessas questões, no caso da comunidade Morro do Fortunato, comunidade mais distante do centro urbano, Hartung (1992) relata como era difícil o acesso à comunidade, cuja estrada ficava intransitável em períodos prolongados de chuva.

Entretanto, atualmente esse cenário está se transformando. As comunidades têm maior facilidade de acesso por melhorias nas estradas, há transporte público e há cursos de formação como o “Saberes da Terra”, curso de condutor ambiental do Instituto Federal de Santa Catarina e trabalhos internos as escolas, como o de Bottega (2006), que explicita os esforços seu e das crianças moradoras da comunidade Santa Cruz em mostrar aos alunos "brancos" os lados positivos da comunidade, para além da visão preconceituosa que seus colegas demonstravam ter.

Assim, mesmo que alguns autores sugeriram que em certas situações o conhecimento etnobotânico diminui com o aumento da educação formal (BENZ *et al.* 2000, MARTÍNEZ-BALLESTÉ *et al.* 2006, SAYNES-VÁSQUEZ *et al.* 2013, ZENT *et al.* 2001) ou que o nível de escolaridade não esteja estatisticamente significativo associado ao conhecimento etnobotânico (BELTRÁN-RODRÍGUEZ *et al.* 2014), ações como as realizadas pelo "Saberes da Terra" podem contribuir para que os maiores níveis de escolaridade influenciem positivamente no reconhecimento da importância do conhecimento local, especialmente no contexto de autovalorização de características tradicionais e sua própria identidade, onde a trajetória de certificação da comunidade Aldeia como quilombola também explicita isso.

Nas três comunidades, a religião católica é a mais comum, havendo, entretanto, na comunidade Santa Cruz, pessoas que dizem seguir religiões afro-brasileiras, como a umbanda. Porém, em todas as comunidades, é comum as pessoas frequentarem benzedadeiras moradoras das próprias comunidades, benzedadeiras umbandistas ou realizarem alguma prática relacionada a essas religiões, indicando suas influências, atuais ou passadas, nas práticas, valores e saberes locais.

Com exceção da comunidade Morro do Fortunato, a maioria dos entrevistados já residiu em algum momento da sua vida em outros municípios ou estados (A=75%, S=77%, M=46%) e possui renda média de 2 salários-mínimos (A=32%, S=30%, M=33%). Quando questionados sobre a ocupação para obtenção de renda (Figura 7), no presente momento e anteriormente (se referindo a qualquer momento da vida), percebe-se que era maior o número de pessoas que trabalhavam na agricultura, pesca ou pecuária, anteriormente (A=20%, S=11%, M=29%) em relação ao presente. Atualmente há um maior número de pessoas ocupando empregos urbanos formais ou informais, como garçonetes, cozinheiros, diaristas, vendedores, entre outros, e que recebem auxílio do Governo, como aposentadoria, e a porcentagem de pessoas que realizam práticas como a agricultura, pesca ou pecuária é pequena (A=6%, S=2%, M=16%).

Como observado ao longo das entrevistas desta pesquisa, Farias *et al.* (2012) apontaram que a reprodução social das famílias na comunidade Aldeia depende do trabalho assalariado, sobretudo, na alta temporada dos meses de verão, levando um grande número de jovens e adultos da comunidade a trabalharem como prestadores de serviços, além das atividades de pesca, agricultura e as aposentadorias. Isso também foi relato por Hartung (1992), para comunidade Morro do Fortunato. Os autores destacam ainda que muitos dos moradores trabalham na temporada de verão e que passando esse período ficam desempregados.

Para a comunidades Santa Cruz, Bottega (2006) aponta que esta dificuldade está relacionada à baixa escolarização desses grupos quilombolas e ressalta ainda que as atuais tendências tecnológicas, de mercado, a redução do tamanho da propriedade familiar e a não qualificação profissional, dificulta que os povos do campo mantenham suas famílias apenas com a renda provinda das atividades agropecuárias,

assim, buscando assim renda complementar em atividades não agrícolas concomitantes às atividades agropecuárias, de forma a manterem-se residindo no campo.

Além dessas questões, Farias *et al.* (2012) destaca que para Aldeia os sujeitos quilombolas também buscam, por meio do trabalho, autonomia financeira e que esta lhe proporcione uma melhor qualidade de vida, tanto na agricultura familiar como fora dela. Tal questão também pode ser refletida no fato de muitas pessoas das três comunidades já terem morado fora dessas em algum momento da suas vidas.

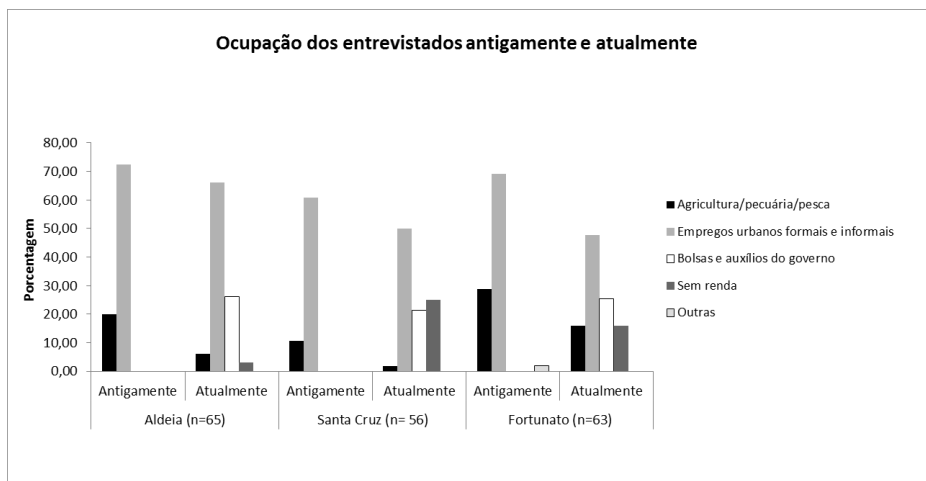


Figura 7. Ocupação atual e anterior dos quilombolas entrevistados nas comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz.

Destaca-se que a inserção dos membros dessas comunidades no mercado de trabalho pode ser recente também pelo fato de que antigamente o preconceito era muito acentuado. Como já apontado por Albuquerque (2014), na comunidade Aldeia e Morro do Fortunato houve relatos ao longo da pesquisa que explicitam que os negros das regiões de Garopaba e Paulo Lopes há aproximadamente 50 anos tinham

espaços separados em bailes ou não podiam frequentar o baile dos brancos: “tinha briga né, sempre dava briga, porque sempre tinha negros que queriam dançar com brancos e vice-versa” (I114MF♂, 70 anos). Hartung (1992) também que até a década de 1990 ambos os grupos continuavam dançando separados, cada qual no seu canto do salão, no mesmo lado ocupado quando havia a cerca.

Carvalho & Steindel (2011) argumentaram que esse tipo de segregação evitava casamentos interétnicos entre sujeitos das duas comunidades, pois tal fato feriria normas previamente instituídas, o que poderia ameaçar a superioridade da posição social dos brancos. Mesmo que não relatado pelos moradores da comunidade quilombola Santa Cruz, conversas informais com moradores brancos da região apontaram que os negros não podiam entrar em certos estabelecimentos comerciais.

Assim, mesmo que almejassem conciliar práticas tradicionais com práticas “modernas” os negros encontravam barreiras para tal e, segundo relatam, após muita persistência e diversos conflitos, esse cenário vem mudando: “hoje os brancos com negros tá tudo misturado, tem até casamento e tudo!”(I114MF♂, 70 anos).

4.1.2 Saberes populares dos quilombolas sobre as plantas

Quando questionados sobre as plantas que conhecem e utilizam através da listagem-livre foram obtidas 1290, 837 e 813 citações de plantas nas comunidades Aldeia (n=65), Santa Cruz (n=56) e Morro do Fortunato (n=63) respectivamente. A maioria dessas se referiu a plantas usadas atualmente (A=90%, S=91%, M=84%).

Analisando as comunidades conjuntamente, a maioria das citações se referiu a plantas que são utilizadas com fins alimentícios, seguidas das medicinais e outros usos, como ornamentais, para alimentação animal (forrageamento), madeireira (lenha, móveis, cerca, etc), ritualística, artesanais, outros (mantém em memória de algum parente ou usa para fazer sabão) e “não sei” (Figura 8).

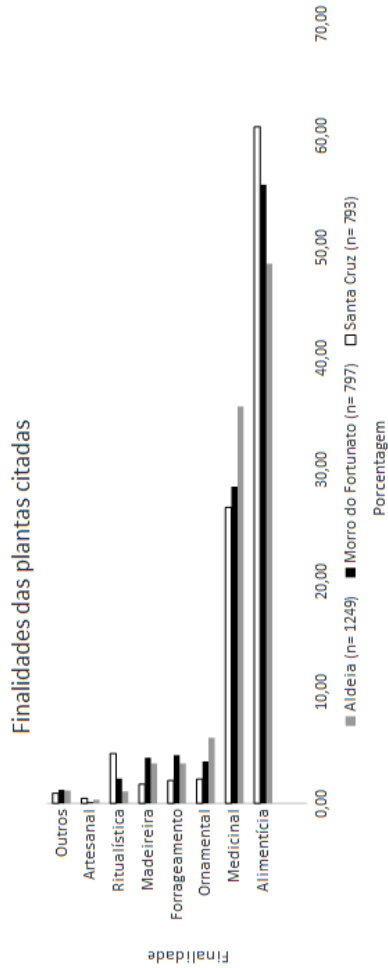


Figura 8. Percentual de citações de plantas identificadas taxonomicamente, em cada categoria de uso, pelos membros das comunidades quilombolas Aldeia (n=1249),

Quanto as maiores citações englobando as três comunidades, a maior parte dessas se referiram a laranja (*Citrus* sp. 1), banana (*Musa* sp.), alface (*Lactuca sativa* L.), milho (*Zea mays* L.), goiaba (*Psidium guajava* (L.) Kuntze), limão (*Citrus limon* (L.) Burm), erva-cidreira (*Cymbopogon citratus* Stapf.), hortelã (*Mentha* sp.), mandioca e aipim (*Manihot esculenta* Crantz), cenoura (*Daucus carota* L.), beterraba (*Beta vulgaris* L.) e tomate (*Solanum lycopersicon* L.).

A partir das citações foram identificadas taxonomicamente 236, 144 e 164 espécies para as comunidades Aldeia, Santa Cruz e Morro do Fortunato respectivamente (Apêndice 4). As médias de citações foram estatisticamente diferentes ($p < 0.05$) entre a Aldeia e o Morro do Fortunato (Kruskall-Wallis $H = 11.09$, $p = 0.0039$), cuja proximidade de centros urbanos é mais contrastante, enquanto que nenhuma dessas comunidades diferiu significativamente da comunidade Santa Cruz, cuja proximidade de centros urbanos é intermediária a essas²². Assim, verificamos que a comunidade mais urbanizada possui uma média de citação maior em relação a comunidade mais rural.

Analisando todas as comunidades em conjunto, a maioria das plantas identificadas é usada como medicinal, seguidas das plantas alimentícias. Quando analisadas separadamente, apenas no caso das comunidades Morro do Fortunato e Santa Cruz, a maioria das plantas é para fins alimentícios, seguidas das medicinais. Outros trabalhos realizados em comunidades quilombolas de Santa Catarina destacam a categoria medicinal como a categoria mais citada, seguida da alimentícia (PERUCCHI, 2009; CRUZ & HANAZAKI, 2008), bem como estudos em comunidades quilombolas de diferentes locais do Brasil (LOPES, 2010; FRANÇA, 2001; CREPALDI, 2007) e entre populações não quilombolas residentes em área de Mata Atlântica (SILVA & ANDRADE, 2005; HANAZAKI, 1996; MIRANDA & HANAZAKI, 2008; HANAZAKI *et al.*, 2000; LIMA *et al.* 2000). Assim, percebemos que, atualmente, o uso das plantas como alimentícias e medicinais é comum, mesmo com o acesso mais

²²O presente resultado difere do apresentado por Avila et al. (in press) intitulado "The traditional knowledge of Quilombola about plants: does urbanization matter?" a ser publicado na revista *Ethnobotany Research & Applications*, pois aqui as comparações consideraram o nome científico das plantas citadas.

facilitado a hospitais, remédios e a alimentos industrializados em relação a antigamente.

Em seu estudo no sul da África, Mosina (2014) aponta que há diferentes utilizações de plantas entre famílias próximas de centros urbanos e aquelas que estão em áreas mais remotas, onde plantas alimentícias e medicinais têm um importante papel em áreas remotas e plantas ornamentais têm um importante papel em áreas urbanas, porém tal fato não foi encontrado na presente pesquisa.

Na comunidade Aldeia (Tabela 2), que se encontra em ambiente mais urbanizado, foi onde se registrou um maior número de espécies em comparação às outras duas comunidades estudadas. Além do maior grau de escolaridade, foi relatada nessa comunidade a importância de alguns idosos na valorização do conhecimento sobre plantas e foi observada uma alta proporção desses na mesma, quando comparada com as outras duas comunidades. Uma delas é uma benzedeira, a atual matriarca da comunidade, amplamente reconhecida por seu conhecimento sobre plantas medicinais inclusive por membros das outras comunidades em estudo, o que pode ter contribuído também para um maior número de plantas medicinais citadas em relação às alimentícias. Albuquerque (2014) aponta que a cultura do parentesco e da continuidade familiar estabelece relações hierarquizadas e ritualizadas, sob a autoridade dos mais velhos e que tal comportamento permite buscar a continuidade dos costumes e das tradições dos seus ancestrais.

A maioria das espécies citadas na Aldeia pertencem as famílias Asteraceae, Lamiaceae, Rutaceae, Myrtaceae e Poaceae. No caso da comunidade Santa Cruz pertencem as famílias Rutaceae, Lamiaceae, Asteraceae, Myrtaceae e Apiaceae. Já na comunidade Morro do Fortunato foram a Poaceae, Lamiaceae, Ruataceae, Asteraceae e Myrtaceae. Perucchi (2009) aponta que as famílias botânicas mais representativas na comunidade quilombola São Roque também foram Asteraceae, Lamiaceae e Myrtaceae. Hanazaki *et al.* (2000), Crepaldi (2007) e Melo *et al.* (2008), também encontraram a família Asteraceae como mais representativa em seus estudos na Mata Atlântica. Além disso, outros estudos em comunidades residentes nesse bioma também mencionaram as famílias Lamiaceae, Myrtaceae e Rutaceae como

aquelas com maior número de espécies citadas (NEGRELLE, 2007; CREPALDI, 2007).

Segundo Gottlieb (1996) pode existir relação entre as famílias de plantas que incluem espécies em certas categorias de uso. Assim, o presente o resultado pode estar relacionado ao alto número de plantas medicinais citadas e o destaque das famílias Asteracea e Lamiaceae como possuidoras de várias espécies com princípios ativos, sendo comumente as famílias mais citadas em trabalhos referentes a levantamentos etnobotânicos de plantas medicinais em áreas de Mata Atlântica (GIRALDI, 2009; PINTO *et al.*, 2006).

Para a comunidade Aldeia as espécies mais citadas foram a mandioca ou aipim, a couve (*Brassica oleracea* L.), o hortelã, o alface e a banana. No caso da comunidade Santa Cruz, as espécies mais citadas foram a mandioca ou aipim, a banana, a couve, o alface e a laranja. Para a comunidade Morro do Fortunato as espécies mais citadas foram a mandioca ou aipim, a banana, o milho, a laranja e o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.). No Sertão do Valongo (Porto Belo-SC) espécies como a banana e o milho também obtiveram alto número de citações (CRUZ & HANAZAKI, 2008) e na comunidade São Roque (Praia Grande-SC) o aipim, o milho, a banana e o hortelã também tiveram destaque como as plantas mais citadas (PERUCCHI, 2009).

Assim, pode ser identificada uma similaridade entre as espécies mais citadas entre as comunidades e esse resultado pode corroborar com o que Hanazaki (1996) aponta em seu estudo na Mata Atlântica, ao explicitar que, em geral, as plantas mais citadas são aquelas sujeitas a algum tipo de manejo. Isto é, predominam as espécies cultivadas nas roças ou nos quintais, atual ou antigamente.

Tabela 2. Plantas mais citadas pelos entrevistados nas comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz e porcentagem de citações.

Aldeia (n=65)	Santa Cruz (n=56)	Morro do Fortunato (n=63)
<i>Manihot esculenta</i> Crantz (83%)	<i>Manihot esculenta</i> Crantz (50%)	<i>Manihot esculenta</i> Crantz (57%)
<i>Brassica oleracea</i> L. (56%)	<i>Musa</i> sp. (50%)	<i>Musa</i> sp. (48%)
<i>Mentha</i> spp. (56%)	<i>Brassica oleracea</i> L. (46%)	<i>Zea mays</i> L. (44%)
		<i>Citrus</i> spp. 1 (37%)

Aldeia (n=65)	Santa Cruz (n=56)	Morro do Fortunato (n=63)
<i>Lactuca sativa</i> L. (51%)	<i>Lactuca sativa</i> L. (46%)	<i>Phaseolus vulgaris</i> L. (37%)
<i>Musa</i> sp. (49%)	<i>Citrus</i> spp. 1 (Laranja) (41%)	<i>Andropogon citratus</i> DC. (35%)
<i>Citrus</i> spp. 1 (Laranja) (44%)	<i>Daucus carota</i> L. (41%)	<i>Saccharum</i> sp. (33%)
<i>Psidium guajava</i> (L.) Kuntze (44%)	<i>Citrus</i> spp. 4 (Bergamota) (39%)	<i>Melissa officinalis</i> L. (32%)
<i>Zea mays</i> L (43%)	<i>Beta vulgaris</i> L. (38%)	<i>Psidium guajava</i> (L.) Kuntze (32%)
<i>Citrus</i> spp. 3 (Limão) (41%)	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck (34%)	<i>Brassica oleracea</i> L. (30%)
<i>Allium fistulosum</i> L. (33%)	<i>Melissa officinalis</i> L. (34%)	<i>Lactuca sativa</i> L. (25%)
<i>Andropogon citratus</i> DC. (33%)	<i>Psidium guajava</i> (L.) Kuntze (34%)	

A mandioca, espécie mais citada em todas as comunidades, destaca-se por exigir um grau de manejo diferenciado, possuindo diferentes finalidades conforme o grau de toxicidade que apresenta. McKey *et al.* (2010) explicam que existem algumas variedades contêm alta concentração de glicosídeo cianogênico ($\text{HCN} > 100 \text{ mgKg}^{-1}$), que lhe confere tal toxicidade, enquanto que as variedades com baixa toxicidade contêm pouca concentração da substância ($\text{HCN} < 100 \text{ mgKg}^{-1}$). Essas, por sua vez, são consideradas mais seguras para o consumo, necessitando de um simples processo de desintoxicação (cozimento), ao contrário das variedades mais tóxicas, que exigem processamento complexo, como raspagem, prensamento e torrefação, para torná-las comestíveis na forma de farinha.

A maioria das citações com relação a *Manihot esculenta* Crantz no caso das comunidades Aldeia e Santa Cruz, se referem a variedades de aipim (A=30, S=15, M=16), usada cozida ou frita, em comparação à mandioca (A=22, S=13, M=21), utilizada apenas na produção de farinha e alimentação animal. Na comunidade Morro do Fortunato as citações para mandioca foram maiores.

A importância dessa planta também foi destacada por Farias *et al.* (2012), cujos relatos de moradores da comunidade Aldeia explicitam que eram criados em volta do engenho de farinha de mandioca, o que para eles é motivo de muito orgulho, sendo apontado que a comunidade almeja que esse seja ponto de visitação histórico e que se possam fazer referências aos seus ancestrais que o construíram e utilizaram. Há registros que, há pelo menos 9 anos, a produção de mandioca na comunidade é utilizada apenas para a alimentação do gado (BOTTEGA, 2006). Foi apontado ainda que o engenho que funcionou como espaço de sociabilidade e escolarização atualmente encontra-se atualmente pelo tempo (ALBUQUERQUE, 2014).

No caso da comunidade Morro do Fortunato, algumas plantas possuem importância como fonte de renda, tanto historicamente (no caso da cana e mandioca, por exemplo), como atualmente (como a banana, a alface e a couve), o que não é observado nas outras comunidades estudadas. As plantas mais citadas no Fortunato (Tabela 2) foram relatadas como fonte de renda, mesmo que isso não tenha gerado diferença no número médio de plantas citadas em cada comunidade. Essa maior dependência dos recursos vegetais como fonte de renda no Fortunato também pode influenciar a área de vida da comunidade, através da dependência por mais espaços para cultivo.

Na comunidade Morro do Fortunato foi feito um relato sobre os principais cultivos na comunidade antigamente: “há uns 38 anos atrás tinha feijão, banana, cana-de-açúcar e batata-doce para vender [...] descia pelo arame que hoje serve para puxar ração do gado (o capim e a cana).” (I114MF♂, 70 anos). Alves *et al.* (2011) apontam que a base alimentar dos quilombolas do Vale do Ribeira também consistia nos cultivos de mandioca, feijão, batata-doce, milho, amendoim e cará, chamando a atenção a presença desses cultivos também nas comunidades do estudo, tanto atualmente e como historicamente.

Na comunidade Aldeia, as plantas mais citadas como apenas conhecidas foram a espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata* Prain), o cipó-mil-homens (*Aristolochia triangularis* Cham.), a macela-galega (*Cotula australis* (Sieber ex Spreng.) Hook. f.), o eucalipto-lima (*Eucalyptus* spp.) e a camomila (*Matricaria recutita* L.), todas usadas tradicionalmente com fins terapêuticos, medicinais ou ritualísticos.

Na comunidade Santa Cruz destacaram-se a hortelã, a cana-de-açúcar (*Saccharum* sp.), o capim-limão (*Andropogon citratus* DC.), o bambu (Bambusoideae, várias espécies) e o limão (*Citrus* sp.3), sendo que três dessas plantas (o hortelã, a cana-de-açúcar e o limão) são obtidas principalmente através da compra.

Na comunidade Morro do Fortunato as espécies mais citadas como apenas conhecida foram a cana-de-açúcar, a nogueira (*Aleurites fordii* Hemsl.), as figueiras (*Ficus* spp.), a arruda (*Ruta graveolens* L.) e a bergamota (*Citrus* sp. 4). Nesse caso, destacaram-se plantas que tinham uma importância maior antigamente, como a cana-de-açúcar que era manufaturada na própria comunidade, a nogueira que era usada para fazer sabão, as figueiras usadas como madeiras e a arruda usada como ritualística, podendo refletir mudanças históricas que aconteceram localmente.

As partes das plantas mais citadas para as diversas finalidades (Figura 9) foram as folhas para as comunidades Aldeia e Morro do Fortunato (A=37%, S=34%, M=33%) e frutos (A=25%, S=36%, M=29%) para a comunidade Santa Cruz, seguidas de caules (A=10%, S=36%, M=12%), raízes (A=10%, S=11%, M=10%), sementes (A=5%, S=4%, M=8%), a planta inteira (A=9%, S=5%, M=7%), flores (A=3%, S=2%, M=2%) e outros (A=1%, S=1%, M=7%), podendo ser destacada a relação desses resultados com o uso medicinal (PERUCCHI, 2009) e alimentício apontado nas listagens-livre (Figura 9).

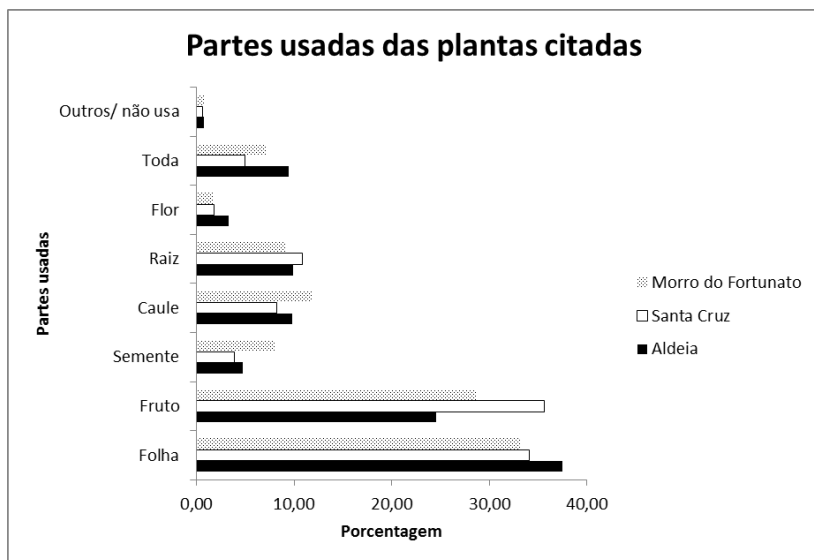


Figura 9. Principais partes das plantas citadas como utilizadas ou conhecidas pelos membros das comunidades quilombolas Aldeia (n=1249), Morro do Fortunato (n=797) e Santa Cruz (n=793), que foram identificadas

Outros estudos etnobotânicos em comunidades quilombolas também tiveram destaque na citação de folhas (LOPES, 2010, CREPALDI, 2007, SANTOS, 2008), seguidos de caules, raízes, flores e sementes e frutos no caso de Lopes (2010), e caule, fruto, raízes, flores e sementes no caso de Crepaldi (2007) e a planta toda, raízes, flores, sementes, cascas, frutos e outros no caso de Santos (2008).

Para todas as comunidades as trocas de folhas, frutas, mudas e saberes são comuns e, segundo os entrevistados, acontecem principalmente entre os membros de uma mesma comunidade, mas também entre comunidades, onde a proximidade entre as comunidades estudadas contribui nessa questão. Hartung (1992) já relatava a importância das relações de reciprocidade entre os membros da Comunidade Morro do Fortunato, inclusive na troca de alimentos. As propriedades eram utilizadas coletivamente, o que lhes proporcionava

certa autonomia em relação aos seus vizinhos, ao mesmo tempo que lhes dava algumas garantias para fazer frente ao racismo.

Além dessa questão, membros das três comunidades costumam frequentar as mesmas festas e eventos tradicionais, tendo oportunidade de trocar saberes e plantas, o que também ocorria no passado. No ano de 2013 as ligações entre as comunidades foram mantidas, em parte, pois a comunidade Fortunato abastecia parcialmente outras comunidades com legumes, verduras e geleias orgânicas (Figura 10). Esta oferta esteve associada a um programa do governo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)²³, política que tinha influência na produção de alimentos, embora o governo não garanta a sua continuidade (já no ano de 2014 isso não ocorreu).

²³O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. (fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico> Data de acesso: 03/05/2015)



Figura 10. Horta orgânica produzida na Comunidade Morro do Fortunato com fins comerciais.

Também, relacionada à questão da troca de conhecimento e plantas, especialistas locais, benzedeiros e pessoas com maior cultivo de plantas no quintal parecem ganhar destaque, ensinando àqueles que os procuram, tendo as plantas disponíveis em seus quintais ou muitas vezes sabendo onde encontrá-las. Desta forma, parte do conhecimento local pode estar restrito a pessoas específicas que conhecem os recursos vegetais, seus usos, sabem onde encontrá-las e possuem disposição para coletá-las, fato que pode refletir na área de vida da comunidade em um sentido de reduzi-la, pois o acesso às algumas áreas para obtenção de plantas ocorre apenas por um pequeno número de pessoas em momentos pontuais de necessidade própria ou de alguém que esteja precisando.

Na comunidade Aldeia 38% das espécies de plantas citadas na listagem-livre foram citadas apenas uma vez, sendo 32% das plantas alimentícias idiossincráticas e 36% das medicinais também. No caso da comunidade Santa Cruz e Morro do Fortunato as plantas citadas na listagem-livre apenas por uma pessoa tiveram porcentagens relativamente similares à Aldeia (S=35%, M=33%), onde 27% das

plantas alimentícias na Santa Cruz e 36% no Morro do Fortunato são idiossincráticas e 46% das medicinais da Santa Cruz são também idiossincráticas e 48% do Morro do Fortunato. Uma comunidade não quilombola estudada por Zank (2011) teve 43% das citações de plantas feitas apenas uma vez, alertando que tal resultado demonstra que existe uma porcentagem expressiva do conhecimento que não é partilhada entre os especialistas locais. Isso pode representar uma fragilidade desse campo do conhecimento, onde caso algumas pessoas venham a falecer sem repassar este conhecimento pode haver uma perda/erosão de conhecimentos (ZANK, 2011).

Analisando como cada espécie citada foi obtida (Figura 11) pode-se verificar que em todas as comunidades, independentemente do grau de urbanização, a maioria das plantas é cultivada (A=58%, S=47%, M=64%), não necessariamente pelo próprio informante, seguidas das plantas compradas em mercados (A=30%, S=42%, M=25%) e extraídas ou coletadas (A=9%, S=8%, M=17%).

Assim, a comunidade mais rural (Morro do Fortunato), que possui mais matas acessíveis para coleta de recursos, apresenta uma porcentagem maior de plantas coletadas em relação as outras comunidades. Outros estudos destacam um maior uso de espécie coletadas era realizado em tempos de dificuldade financeira (CAMPOS *et al.* 2015), REYES-GARCIA *et al.*, 2005, LADIO *et al.* 2007, NASCIMENTO *et al.*, 2013; CRUZ *et al.* 2013). Uma melhor situação financeira dos grupos estudados pode estar afetando tal fato. Apesar da dependência dos ambientes de coleta nas comunidades não ser tão alta atualmente, esses podem conter plantas importantes de serem acessadas constante ou pontualmente para diferentes finalidades.

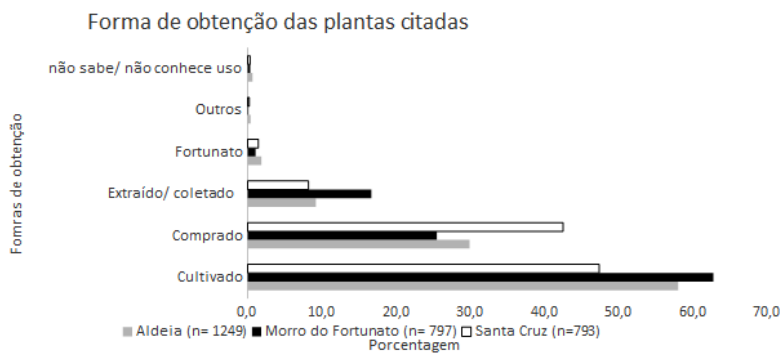


Figura 11. Forma de obtenção das plantas citadas em listagem livre e identificadas taxonomicamente nas comunidades Aldeia (n= 1249), Morro do Fortunato (n=797) e Santa Cruz (n=793). Onde, na presente legenda, Fortunato representam as plantas obtidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Foi possível verificar que para todas as comunidades a maioria das plantas citadas são exóticas (A=78%, S=85%, M=79%). No estudo de Cruz & Hanazaki (2008) na comunidade quilombola Sertão do Valongo (SC) observou-se que as plantas nativas não eram tão bem conhecidas em comparação com plantas exóticas e esse conhecimento sobre as plantas estava fortemente associada com a identidade rural desta comunidade, fato também foi observado no presente estudo, mesmo no caso da comunidade inserida em um contexto mais urbanizado, onde observamos que essa identidade vem sendo mantida.

Para a comunidade São Roque, 70% do total de espécies citadas são nativas e 30% são exóticas, o que foi relatado como um resultado associado à alta diversidade de plantas nativas e ao estado de preservação em que o local se encontra (PERUCCHI, 2009). Porém para a comunidade Morro do Fortunato, que é mais distante da área urbana, com mais áreas de mata em relação as outras comunidades, essa questão não foi observada, o que pode estar relacionado a menor dependência dos quilombolas a esses ambientes.

Assim, sugere-se que um menor número de plantas obtidas através de coleta e nas áreas de matas, restingas e banhados contribuiu para o resultado em relação às plantas exóticas e nativas. Ao longo das entrevistas, foram relatados informalmente alguns fatores que contribuíram para uma menor relação dos quilombolas com esses ambientes, sendo eles: a diminuição da produção de roças (pois as roças eram feitas abrindo clareiras na mata), a legislação atual (por proibir o corte de madeira, queimadas e caça) e uma maior facilidade de obtenção de plantas nos estabelecimentos comerciais, como mercados e farmácias. Pelo número de plantas exóticas conhecidas e utilizadas ser elevado pode-se esperar que isso, de forma geral, gere uma diminuição na área de vida das comunidades, a medida que, como apontado anteriormente, atualmente muitas dessas plantas são obtidas nos próprios quintais ou mercados.

Estudos em outras regiões do Brasil também destacam a importância de plantas cultivadas para as comunidades. Essas são mais usadas em detrimento das nativas (SILVA & ANDRADE, 2005; VICTOR & ANDRADE, 1991; VOEKS, 1996; FIGUEIREDO *et al.*, 1997). Além disso, o destaque às plantas cultivadas mostra a forte relação desses grupos com o ambiente em que vivem e manejam, o que pode influenciar suas áreas de vida a medida que precisam de maior espaço interno ao território de plantio para realizar tais práticas.

Nas comunidades Aldeia e Morro do Fortunato, existem cultivos que se dão em roças fora dos quintais. Segundo seis moradores da comunidade Aldeia, isso ocorre por falta de locais internos à comunidade para plantar (I133♀, 49 anos; I107♂, 71 anos; I104♀, 66 anos; I118♂, 34 anos; I15♀, 68 anos, I87♂, 36 anos). Assim, alguns membros mantêm roças em terrenos arrendados que se encontram na região do campo D'Una, gerando um efeito de aumentar a sua área de vida.

A necessidade do arrendamento de terras para o plantio na comunidade Aldeia se assemelha com a realidade relatada por Fernandes *et al.* (2006) na comunidade São Roque (SC), onde a maioria dos membros da comunidade não possui terras para plantar e são as relações de reciprocidade desenvolvidas que garantem a permanência

daqueles que não possuem terras próprias. A redução das áreas de cultivo obrigou os moradores a utilizarem outras estratégias para sua sobrevivência, como o arrendamento de terras de terceiros e a procura de trabalho fora da comunidade (FERNANDES *et al.*, 2006).

Essas situações podem representar uma fragilidade à manutenção de práticas tradicionais, principalmente pela urbanização e especulação imobiliária local, sendo destacado, por pelo menos seis membros, a quantidade de terra como algo limitante a práticas de plantio e criação de animais na comunidade Aldeia (I133♀, 49 anos; I107♂, 71 anos; I104♀, 66 anos; I118♂, 34 anos; I15♀, 68 anos, I87♂, 36 anos).

A dependência por plantas compradas, além das cultivadas, se mostrou elevada. O número de citações de plantas provenientes de estabelecimentos comerciais indica a importância dessa forma de obtenção de recurso atual nas comunidades no cenário atual. Em um trabalho do semi-árido, Nascimento *et al.* (2013) apontou que a coleta e o consumo de algumas plantas está sendo abandonada particularmente porque muitas pessoas preferem consumir espécies cultivadas ou alimentos que podem ser compradas, fato que também pode ser observado nas comunidades do estudo.

Em comunidades quilombolas que vivem na mata atlântica de São Paulo, Adams *et al.* (2013) mostraram que os meios de subsistência locais são influenciados pelo ambiente e por políticas sociais, assim a urbanização gera benefícios para saúde, educação e renda, mas pode diminuir a agrobiodiversidade e aumentar a dependência das pessoas aos mercados para obtenção de comida. Os quilombolas têm menos acesso a produtos produzidos localmente, o que historicamente acontecia em seus territórios.

Godoy *et al.* (2005) observaram que os mercados influenciam no conhecimento dos povos indígenas, levando à erosão do conhecimento sobre plantas e animais. Uma exceção a isso são os vegetais e folhas produzidas e distribuídas em 2013 pela comunidade Morro do Fortunato através do programa PAA, além dos quintais, roças e hortas dessas comunidades.

Estabelecimentos comerciais dão acesso a recursos de outros bairros, municípios estados ou países e, de certa forma, criam uma dependência da comunidade a esses recursos de outros locais. Mesmo que esse fato aparentemente resulte em uma grande área de vida para as

comunidades, o que observamos é que as áreas físicas usadas para obtenção de recursos vegetais, muitas vezes, se reduzem ao acesso às feiras de produtos em caminhões que passam em frente de suas casas ou que os moradores percorrem apenas caminhos que levam aos estabelecimentos comerciais.

Quanto ao local de obtenção das plantas citadas (Figura 12) destacam-se os quintais, próprios e de vizinhos (A=57%, S=43%, M=50%), mostrando que muitas plantas de interesse são cultivadas ao redor das casas e destacando relações de reciprocidade entre seus membros. Além dos quintais, mercados, feiras, matas, áreas comuns (roças e hortas), campos, banhado, farmácias, restingas, casas de ervas e de religiões afro-brasileiras são utilizados para obtenção das plantas.

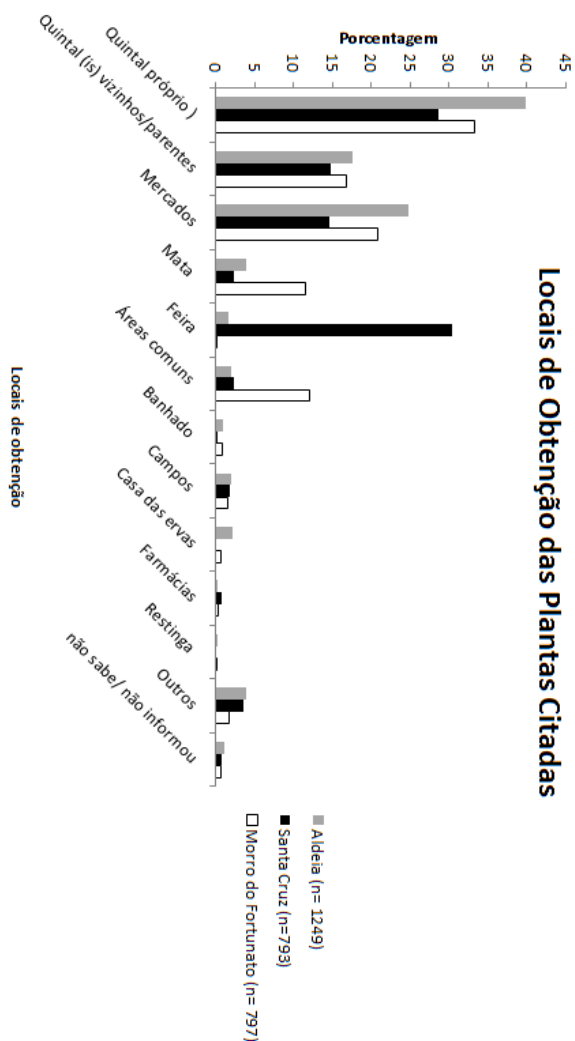


Figura 12. Locais de obtenção das plantas conhecidas e utilizadas pelos membros das comunidades quilombolas Aldeia (n=1249), Morro do Fortunato (n=797) e Santa Cruz (n=793) identificadas taxonomicamente.

Segundo Pereira & Almeida (2010) o quintal, para comunidades quilombolas Kalunga²⁴, é um espaço de produção e de reprodução dos saberes, onde conhecimentos adquiridos historicamente são passados por gerações. Isso também foi apontado por Vasconcellos (2004), que relata que através desse processo, os moradores empreendem a manipulação das espécies vegetais que ficam próximas à casa. Tal fato também foi observado no presente estudo, cujas trocas de saberes e plantas se mostrou frequente.

Buchmann (2009), em Cuba, ressalta que o socialismo proporcionou involuntariamente um isolamento político, econômico e geográfico, como também ocorreu nas comunidades quilombolas, sendo que esses contribuíram na promoção do uso e do conhecimento ecológico tradicional, pois os habitantes precisaram confiar em seus próprios recursos, aumentando a resiliência comunitária com a partilha de saberes e materiais vegetais, além de ampliar a capacitação de indivíduos e comunidades com o aumento da solidariedade. No que se refere ao uso de plantas medicinais com fins ritualísticos ou espirituais, a repressão política às religiões afro-brasileiras, à benzedura e ao conhecimento sobre medicina popular, podem ter afetado a realização de tais práticas e na autoidentificação de seus praticantes. Burke (1998) aponta que por seu caráter sobrenatural, as benzedoras eram, por vezes, vistas como “feiticeiras” ou “bruxas”, levando-as a serem reprimidas pela Inquisição, o que incentivava a população a temer e abster-se de tais tradições (POHLMANN, 2007). Durante o primeiro ano do regime republicano brasileiro, “o espiritismo, a magia e seus sortilégios” estão inscritos entre os “crimes contra a saúde pública” no Código Penal (GIUMBELLI, 2010).

Orgãos como o Promedicato, criado em 1782, detinha o ofício do curandeirismo e regularizava o exercício da profissão médica. Assim,

²⁴As comunidades Kalunga são constituídas por remanescentes e quilombolas associados aos descendentes de escravos presentes no nordeste de Goiás nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Estão inseridos no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, criado em 1991 pela Lei Estadual Complementar 11.409 (PEREIRA & ALMEIDA, 2010).

até 1808, médicos, cirurgiões, boticários e parteiras puderam exercer sua atividade e os curandeiros foram relegados à ilegalidade (WITTER, 2005). Outro ponto foi a Prática Higienista no Brasil, que fortaleceu a responsabilidade dos médicos diplomados na manutenção da saúde da população, ao mesmo tempo que a imprensa semeava prestígio à medicina científica em detrimento de práticas populares como a benzedura (SANTOS, 2005).

Em 1930, o advento do Novo Estado pretendia levar o país à modernização e, conseqüentemente, acabar com tudo que era considerado "arcaico". Isso que ocasionou severa perseguição a práticas mágicas, especificamente às de origem negra. Nessa época, para conseguir a autorização que permitisse o funcionamento de um terreiro, era preciso obter uma licença especial fornecida pela polícia e, então, se fazia necessário ficar submetido a várias arbitrariedades policiais, já que não existia nenhum mecanismo judicial que legalizasse a existência do terreiro (GIUMBELLI, 2010).

Farias *et al.* (2012) apontam em seu estudo na comunidade Aldeia que o catolicismo predomina e que esta não é uma religião que foi aderida pela comunidade recentemente, pois os escravos vindos da África chegaram em um país onde o catolicismo também predominava. Assim, acabaram sendo influenciados por essa religião. Contudo, houve muitos que resistiram e que continuaram com suas crenças independentemente da tentativa de imposição religiosa. Desta forma, os ritos de cura através da benzedura ou mesmo com as “adivinhações”, historicamente e até hoje presentes, pressupõe que a comunidade mantinha ou mesmo mantém outras crenças além do catolicismo, fato a ser levado em consideração para todas as comunidades do estudo.

4.1.3 Mudanças Históricas nas Comunidades

Através de um gráfico histórico, buscou-se conversar coletivamente sobre mudanças temporais em relação aos territórios e recursos vegetais norteados por três momentos temporais: “antigamente” (antes de mudanças significativas terem acontecido na comunidade), “quando houve mudanças significativas nas comunidades” e “quando as comunidades receberam titulação como quilombolas”.

Na Comunidade Aldeia (Figura 13) as mudanças significativas na comunidade foram a construção da rodovia que passa no meio da comunidade (iniciada aproximadamente em 1983) e o aumento do turismo de massa a partir dos anos 1970, década que chegou a luz elétrica. Também na mesma década mais pessoas começaram a se estabelecer na região, o que se intensificou a partir de 2000. O processo de reconhecimento da comunidade como quilombola iniciou no ano de 2006, passando a receber moradias populares em 2010.



Figura 13. Gráfico Histórico realizado na Comunidade Aldeia.

Um ponto importante quanto às mudanças no modo de vida, que até então era mais voltado para trabalhos rurais envolvendo a subsistência, é que a partir de 1960 as pessoas começaram a trabalhar fora, “com a saída do pessoal das roças” (onde os cultivos mais comuns eram de batata-doce, feijão, milho, mandioca), indo buscar empregos até em outras cidades, ocupando cargos como na construção civil, serviços de telefonia, entre outros.

Assim, áreas de cultivos diminuíram ao longo do tempo, bem como áreas nativas, pelo aumento do número de pessoas na região, causado tanto pelo aumento das famílias quilombolas, como pela vinda de pessoas de outros locais. Isso contribuiu para que dependência da comunidade a esses ambientes fossem reduzidas ao longo do tempo,

enquanto sua dependência por trabalhos assalariados e produtos industrializados aumentava.

Nesse sentido, vemos que a área de vida aumentou, a medida que os quilombolas começaram a sair mais de seu território para trabalhar e obter produtos, e, por outro lado, essa menor relação desses com suas terras pode ter contribuído para a venda dessas, o que reduziu seu território. O maior número de pessoas se instalando na região pode ser, então, o ponto chave em mudanças observadas entre o território antigo e atual e no modo de vida local, onde a própria infraestrutura local, passou a contar com energia elétrica e estrada, facilitando o acesso ao local e às tecnologias, havendo segundo os moradores forte especulação imobiliária.

Com relação ao conhecimento sobre as plantas, os quilombolas consideraram que antigamente se conhecia mais de plantas, porque se dependia mais dessas de uma forma geral. Apontou-se que na comunidade havia engenhos de farinha de mandioca (ao menos três), restando ainda um que se encontra desativado²⁵. Fora da comunidade, havia engenhos de cana-de-açúcar que eles também acessavam.

Foram comentadas também informações referentes ao histórico da comunidade, onde João Severino Pereira foi um dos primeiros do quilombo, instalando-se na região desde antes dos anos 1900, com a doação de terras do governo para o estabelecimento dos escravos libertos.

Na comunidade Santa Cruz (Figura 14) relatou-se dois momentos de mudança: primeiro, quando diversos membros antigos começaram a ir embora, há mais de 50 anos e depois quando chegou energia elétrica, há 30 anos. No ano de 2002 começaram movimentações para obtenção do reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, fato que ocorreu em 2007.

²⁵Em setembro de 2014 o teto do engenho de farinha de mandioca desabou, sendo necessários reparos.



Figura 14. Gráfico Histórico realizado na comunidade Santa Cruz.

Ao longo do tempo houve um aumento no número de pessoas que fazem parte da comunidade, e a tendência é que esse aumento ainda mais, “ainda tem mais jovem para casar”. Além disso, atualmente começou a vir mais gente de fora morar na comunidade, indicando que nesse sentido a área de vida da comunidade teve um aumento e tende a crescer ainda mais ao longo do tempo.

Segundo os moradores, há 30/40 anos havia muitas roças, onde os pais trabalhavam e delas vivam, mas isso já não é comum entre os descendentes. Na década de 1970 muitos começam a ter direito de trabalhar em serviços urbanos com carteira assinada, o que aumentou sua área de vida. Apesar disso, como já citado para as outras comunidades, houve a diminuição das formas de cultivo.

Como relatam na região “tinha muito mato, era tudo fechado, só passava carro de boi”, apontando uma diminuição das áreas nativas ao longo do tempo. “Tinha sombra na beira do rio, hoje para pescar tem que ficar no sol.” Citaram que atualmente essa diminuição está reduzida pela questão da legislação e fiscalização. Como as outras comunidades,

como aos recursos vegetais. Isso gerou consequências no ambiente, que hoje possui uma vegetação arbórea considerável e o que pode ter contribuído também para a venda de alguns lotes que atualmente não se encontram ocupados. Esses fatos reduziram a área de vida atual dos moradores dentro do território, porém, provavelmente pela maior dificuldade de acesso e distância de centros urbanos, seu território não foi ocupado por pessoas de fora da comunidade, como aconteceu na Aldeia.

Além disso, apontou-se que depois do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo está ocorrendo a valorização da agricultura, principalmente porque tem como vender os produtos (“Se tem maracujá, laranja, hoje tem como vender, antes apodrecia no pé. As batata-doce vendiam quase de graça. Hoje tem que comprar na cidade [...] É mais fácil comprar.”). A venda desses produtos está tanto relacionada ao PAA como à relações já estabelecidas com compradores fixos, como supermercados e feira em automóveis que transitam em bairros específicos.

Como na Aldeia, membros do Morro do Fortunato consideram que antigamente se conhecia mais de plantas porque se dependia mais dessas, principalmente no que se refere a plantas medicinais e porque as plantações eram mais variadas, havendo café e milho que atualmente não plantam mais, além de amendoim, feijão, entre outros que já não são tão comuns. Além disso, na comunidade havia engenhos, tanto de farinha de mandioca como de cana-de-açúcar.

Os entrevistados relatam que o número de famílias aumentou bastante. Em 1970 havia de 10 à 12 casas e em tempo mais antigos só havia 5 famílias. Hoje em dia há em torno de 34 famílias, sendo que algumas famílias compartilham uma mesma casa. Esse aumento ampliou a área de vida da comunidade, cujos moradores ocuparam novos terrenos. Assim, percebemos, como na Aldeia, que nesse sentido a área de vida pode ser ainda maior.

Foi apontado pelos quilombolas do Morro do Fortunato que o território físico está a igual ao de antigamente, mudando basicamente três áreas que foram vendidas. Apesar disso, conversas ao longo de trilhas e no decorrer das entrevistas apontam outras áreas que foram

perdas ao longo das gerações, como áreas em um morro localizado em frente ao local atual das moradias. Porém, esses terrenos já não fazem parte da comunidade há muito tempo e não fizeram parte da tomada de decisão da geração atual.

Apesar dos diferentes contextos históricos e realidades atuais em que vivem, todas as comunidades do estudo consideram que antigamente se conhecia mais de plantas devido a uma maior dependência a essas e que uma consequência dessa menor dependência aos recursos vegetais ao longo do tempo foi diminuição das áreas cultivadas.

Essa menor dependência dos recursos também pode ter contribuído para que a área de vida das comunidades fosse reduzida, contrastando com o fato de uma maior quantidade de trabalhos urbanos aumentar a área de vida das comunidades. A redução do uso da terra para produção de alimento e outros fins também pode refletir esse processo de vendas de terras do território que aconteceu em todas as comunidades e, em maior proporção e há mais tempo, na Aldeia e Santa Cruz quando em comparado com o Morro do Fortunato, indicando reflexos do modo de vida, dos valores da população e especulação imobiliária no ambiente.

A partir dessas informações acredita-se que, para todas as comunidades, assim como o território de antigamente era maior, bem como o cultivo, conhecimento e a disponibilidade de plantas, a área usada dentro do território também era maior, pois seus membros recorriam mais a diferentes ambientes e locais diferentes para obtenção de plantas que suprissem suas necessidades diárias, e por mudanças históricas no modo de vida, nos municípios e com maior facilidade de acesso à bens de consumo, bens materiais, serviços de saúde, inserção no mercado de trabalho, escolas, entre outros, essa área foi sendo reduzida. Porém, um fato que contrasta com o apresentado, por representar um aumento na área de vida da comunidade, é o aumento populacional dessas, bem como a obtenção das plantas nos mercados e a atividade em empregos urbanos.

4.1.4 Relações das Comunidades Quilombolas com o território

Quando questionados em relação ao que o território representa na comunidade Santa Cruz, um pouco mais da metade dos entrevistados disseram "não saber" (51%), enquanto que na comunidade Aldeia e Morro do Fortunato essas porcentagens se mostraram reduzidas (15% e 16%).

O resultado encontrado na comunidade Santa Cruz, pode estar atrelado à própria forma como a comunidade obteve sua certificação de comunidade Remanescente de Quilombo, pois segundo membros do Movimento Unificado, seu requerimento foi solicitado por uma instância política sem o consentimento e conscientização da comunidade, ficando explícito nesse trabalho que o grupo não passou pelo processo de um resgate de concepção de território como uma unidade cultural, que representa um espaço de resistência que ultrapassa a visão de algo privado.

Os quilombolas da Santa Cruz relatam que seus parentes venderam as terras, por exemplo, para antigos patrões e não reconhecem nesses uma relação de exploração, tanto pelo baixo salário quanto pelo baixo preço que pagaram pelas terras. Assim, essa possível concepção de exploradores ainda não está clara para o grupo. Esse fato pode justificar que a comunidade não tenha solicitado até o momento a demarcação de seu território, a exemplo de outras comunidades reconhecidas como quilombolas do Estado de Santa Catarina. Isso pode indicar, como apontado anteriormente, demandas referentes ao empoderamento, esclarecimentos de direitos e o que representa a demarcação territorial de uma forma geral, contribuindo na tomada de decisões coletivas. Na comunidade quilombola Praia Grande (SP) Vasconcellos (2004) apontou resultado similar à Santa Cruz, salientando ainda que mais do que dominar o conceito sobre quilombos destaca-se a necessidade do fortalecimento da autoestima, valorização de sua origem, a asseguramento de seus direitos e o empoderamento das comunidades quilombolas, o que vai de encontro com observações de campo do presente estudo.

As respostas dadas referentes a essa pergunta, distintas de “não sei”, foram organizadas em categorias, podendo ser classificadas em mais de um grupo de respostas:

- Espaço físico independente de demarcação: o território é visto como um local onde as pessoas vivem e ocupam há muito tempo, sendo também um local que seus antepassados viveram, independe de demarcação territorial legal (“O território é onde (os quilombolas) moram I117A ♂, 52 anos), “ Antigos, avó, que deixaram essa terra” I79MF♀, 41 anos), “Local que (quilombolas) moram” I35S♀, 47 anos).

- Espaço de relações sociais: o território representa um local de interação social, entre parentes, vizinhos e amigos, bem como entre as pessoas e o ambiente, havendo trocas sociais de saberes e plantas (“É um pedaço de mim, não viveria em outro local. A família toda está aqui.” I155A ♂; 29 anos), “[...]um território diferente. Só a gente sabe cuidar do nosso jeito, que a gente sabe levar” (I178MF♂, 20 anos); “Um espaço onde se constrói, se cria laços de companheirismo. Um local de troca, se a gente cuida bem do espaço, vai ter um retorno, pra produzir.” I126S♀, 33 anos).

- Espaço físico demarcado: área a qual será realizada uma demarcação pelo INCRA, onde são recebidos benefícios de programas do governo que essas comunidades têm direito (“Coisa boa, tem plantação e recebe comida.” I139A♀, 23 anos; “É bom porque recebe cesta básica e outros projetos que vem.” I20MF♂, 63 anos, “Ouviu uma vez que se eles entrassem um dia na justiça, eles eram donos de tudo isso aqui.” I80S♂, 49 anos).

Dentre as pessoas que disseram saber o que o território representa (Tabela 3) identificou-se que para a maioria dos entrevistados no Morro do Fortunato e Santa Cruz o território é visto como um como espaço de relações sociais e com o ambiente, sendo um espaço de trocas (A=39%, S=54%, M=54%). Na comunidade de Praia Grande (SP) também foi apontado que na visão de alguns moradores morar numa comunidade remanescente de quilombos significa trabalhar em conjunto, representando um espaço de relações sociais (VASCONCELLOS, 2004). Já no caso da Aldeia a maioria das respostas indica o território como espaço físico com relação histórica que ocupam independe de demarcação e vinda de “brancos” (A=50%, S=39%, M=31%).

Como espaços sociais, nas comunidades estudadas há divergências entre seus membros, em menor ou maior grau, o que também foi apontado por Vasconcellos (2004). Porém, ao longo da pesquisa identificou-se que o ambiente tranquilo e familiar, de ajuda mútua e o forte sentimento de comunidade, é uma busca constante desses grupos, que apesar das muitas dificuldades relatam que não conseguem imaginar viver em outros locais.

Nesse sentido, é destacada a questão da população nessas comunidades quilombolas estar aumentando. Primeiro, porque seus descendentes pretendem permanecer nas comunidades, e segundo devido a moradores que saíram das comunidades estarem regressando a essa, além de pessoas de fora que passam a morar na área.

Tabela 3. Percepções dos entrevistados das comunidades quilombolas em estudo com relação ao que o território quilombola representa, excluindo a resposta "não sabe".

	Espaço físico demarcado	Espaço de relações sociais	Espaço físico independente de demarcação
Aldeia (n=65)	14%	39%	50%
Santa Cruz (n=56)	32%	54%	39%
Morro do Fortunato (n=63)	28%	57%	31%

Os entrevistados foram então questionados quanto à percepções de mudanças no território. No caso das comunidades quilombolas Aldeia e Morro do Fortunato, percebe-se que a maioria dos entrevistados identifica mudanças no território ao longo do tempo (A=68%, M=63%), já na comunidade Santa Cruz a porcentagem de pessoas que identificam essas é menor (S=60%), talvez pelo próprio fato de não saberem o que o território representa ou porque foram menos influenciados por agentes externos.

Posteriormente categorizou-se as respostas sobre as mudanças que foram citadas por aqueles que as reconhecem (Tabela 4), sendo as principais: haver um maior número de casa e/ou pessoas nas

comunidades (A=27%, S=59%, M=43%) e as terras que reconhecem como seu território terem diminuído (A=64%, S=23%, M=21%).

Tabela 4. Percepções dos entrevistados das Comunidades Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz quanto a mudanças nos respectivos territórios quilombolas, excluindo às percepções de que não houve mudança ao longo do tempo.

	Aumentou o nº de casas, pessoas, estruturas	Diminuíram as terras	Não sabe
Aldeia (n= 65)	27%	64%	9%
Santa Cruz (n=56)	59%	23%	23%
Morro do Fortunato (n=63)	43%	21%	6%

Na comunidade Aldeia a diminuição de terras foi o fator mais citado de modificação local ao longo do tempo. Por ser a mais urbanizada, é possível que ocorra uma maior problemática com relação a falta de terras em comparação as outras comunidades do estudo. Foi relatado informalmente por dois entrevistados (I24A♀, 40 anos e I107A♂, 71 anos) que houve uma mudança de valores ao longo do tempo. Antigamente, a terra valia pouco e o gado valia muito, representado maior segurança no caso de necessitarem de dinheiro, porém, agora aconteceu uma inversão, a terra está valendo muito e eles já não as possuem muitas. Ressaltou-se que muitas terras foram vendidas por necessidade, a exemplo, para acessar serviços de saúde, ou mesmo eram trocadas, por sacas de alimentos.

Nas comunidades Morro do Fortunato e Santa Cruz relatou-se que as principais mudanças ocorreram no sentido de haver um aumento de casas e moradores, onde os descendentes, ao continuarem residindo no local, geraram uma maior fragmentação dos espaços individuais e coletivos para construção de moradias. Observou-se ainda, que em ambas as comunidades, em especial na comunidade Santa Cruz, as terras tiveram uma diminuição, pelos mesmos motivos apontados na comunidade Aldeia, cuja venda de terras acontecia em troca de

alimentos e recursos, bem como para acessar serviços que exigiam capital.

4.1.5 Áreas de obtenção das plantas e o território

Através dos mapeamentos participativos foi possível verificar que, em todas as comunidades, áreas que extrapolam o que consideram ser seu território atual e antigo são acessadas para perpetuação de práticas tradicionais relacionadas aos recursos vegetais. Como exposto anteriormente, diversos desses locais foram citados por uma pequena porcentagem dos quilombolas, que em geral possuem um maior conhecimento sobre as plantas ou que são mais próximos a essas pessoas, por laços familiares ou sociais. Porém, mesmo que a intensidade de uso desses ambientes seja reduzida pode ser importante que os mesmos continuem tendo acesso aos locais de coleta, pois mesmo que em baixa representatividade, podem representar traços da cultura quilombola.

Para as comunidades mais urbanizadas, Aldeia e Santa Cruz, houve uma diminuição do território antigo em relação ao território atual, que pode estar relacionado a esse contexto mais urbanizado, havendo uma maior ocupação por pessoas de fora da comunidade na região e a especulação imobiliária. Além desse resultado, informações obtidas no gráfico histórico também nos permitem refletir que as mudanças ocorridas no modo de vida geraram uma redução da área da vida dos membros das comunidades e esse fato pode ter contribuído para diminuição de seu território ao longo do tempo. A partir dos dados levantados, pode-se destacar que com o passar do tempo o inverso também pode estar sendo observado, ou seja, a diminuição território começou a gerar mudanças no modo de vida e na área de vida dessa comunidade.

Na Aldeia (Figura 16 e Anexo 6), como já explicitado, há a produção de roças e criação de animais em terrenos arrendados fora do que a comunidade considera como o território atual, além da produção dentro deste, as áreas de mata utilizadas para obtenção das plantas também são externas, bem como as áreas de banhado e restinga.

Similarmente, a comunidade Santa Cruz (Figura 17 e Anexo 5) tem áreas de coleta fora do que consideram seu território atualmente, pois as matas e banhado são externas a esses, diferenciando-se da Aldeia pelo fato das áreas de cultivo e criação de animais estarem dentro dessa delimitação.

A comunidade Aldeia reconhece atualmente áreas fundamentais à manutenção de práticas tradicionais fora do que consideram seu território, explicitando que a área que a comunidade apontou como sendo esse território dificulta que práticas tradicionais relacionadas aos recursos vegetais sejam mantidas e perpetuadas ao longo do tempo. Nesse sentido, alguns dos seus membros apresentaram clareza sobre a necessidade de acessar tais áreas, como áreas roças, matas e pastagem de animais.

Na Santa Cruz (Figura 18 e Anexo 6) a área ocupada por pessoas de fora da comunidade é em sua maioria delimitada por cerca, usada para criação de gado, plantio ou para chácaras menores, o que dificulta o acesso dos membros da comunidade a ambientes de campos. A coleta de plantas nas matas e banhados é relativamente baixa, porém, fazem parte de seu repertório terapêutico e alimentar, podendo ser importantes de serem acessadas e podem possuir importâncias ecológicas que vão além da coleta de plantas.

No Morro do Fortunato (Figura 18 e Anexo 6) percebe-se que a maior parte dos ambientes de cultivo e coleta dos recursos vegetais estão inseridos no que a comunidade considera seu território atualmente, principalmente pelo fato de que sua área pouco sofreu alterações ao longo do tempo. Porém, há pequenas exceções para essa questão como áreas de coleta de butiá (*Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi) e de plantas que crescem em ambientes úmidos, como banhados, que estão fora dessa delimitação.

Desta forma, a dependência por esses ambientes externos ao território para obtenção de plantas é pequena e o território que a comunidade aponta ser seu lhe confere um ambiente que atualmente permite a execução de práticas tradicionais de uso e cultivo de plantas. Contudo, nessa comunidade foi citado em conversas informais que alguns terrenos localizados dentro do que consideram seu território foram vendidos, porém seus donos não fizeram construções e não moram na região. Assim, os quilombolas não citaram que isso é um

problema atual, o que não garante que não será um problema futuro. Algo similar acontece nas comunidades Aldeia, cujos animais são levados para pastar em terrenos baldios que podem futuramente não estar disponíveis para uso.

O fato do Morro do Fortunato ser mais rural e a venda de terras ter acontecido em menor proporção nos permite pensar que mesmo que o modo de vida dessa tenha sido modificado ao longo do tempo e a dependência por plantas e área de vida tenha sido reduzida, a comunidade teve seu território menos alterado em relação às outras comunidades, fato que pode estar relacionado aos recursos vegetais ainda representarem fonte de renda, sendo essa comunidade mais dependente desses em relação as outras comunidades estudadas. Ladio & Lozada (2004) também apontam que a distância de centros urbano contribui para uma maior atividade relacionada a agricultura.

Assim, a forma como as comunidades gerem e utilizam as áreas do território, dependem dele como fonte de renda e há pressões de uso de áreas vindas de fora da comunidade, podem ser fatores chaves nos processos territoriais observados atualmente pelas comunidades.

Destaca-se ainda que em todas as comunidades as cercas e muros são pouco frequentes. Ao longo da pesquisa foi relatado que essa é uma característica dos grupos: “Aqui não tem muro, cerca. Se quero ir para algum lugar corto caminho, passo no quintal dos parentes e vizinhos, já dou oi. Não vejo essa terra cheia de cerca, para mim não faz sentido, é tudo nosso.” (I24A ♀, 40 anos). Bandeira (1988) aponta que entre as tradicionais comunidades negras rurais, o coletivo domina a relação ao uso da terra, sendo uma coletividade em total plenitude, abrangendo todas as instâncias da vida social e indo além do uso comum da terra, cuja apropriação é feita por negros organizados etnicamente como sujeito social.

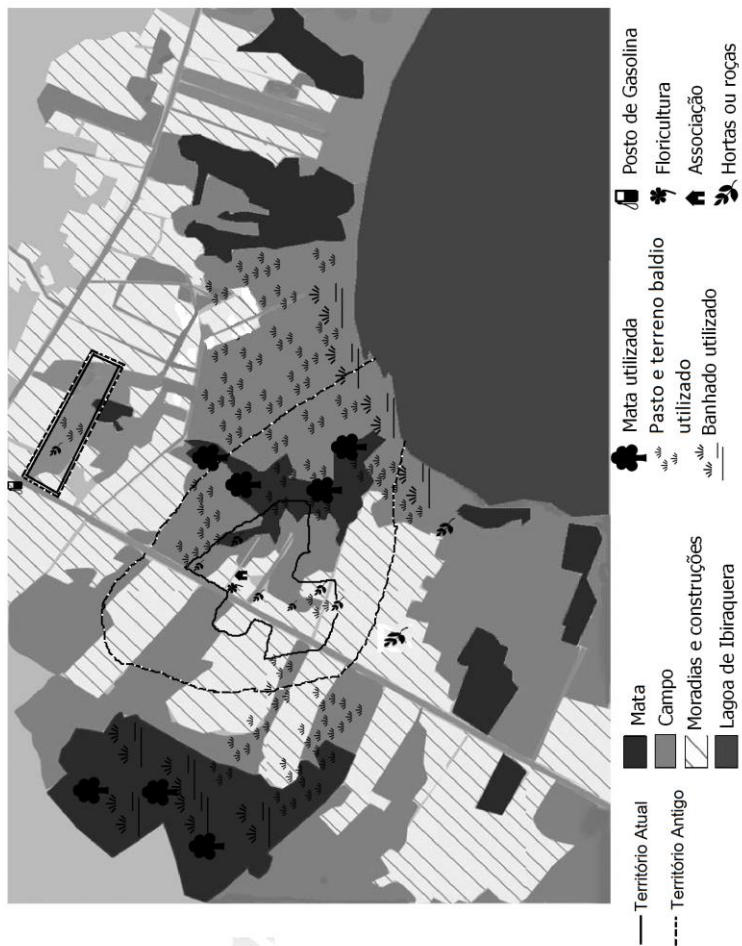


Figura 16. Mapa esquemático da Comunidade Aldeia indicando os locais de coleta de recursos vegetais em relação aos territórios antigo e atual.

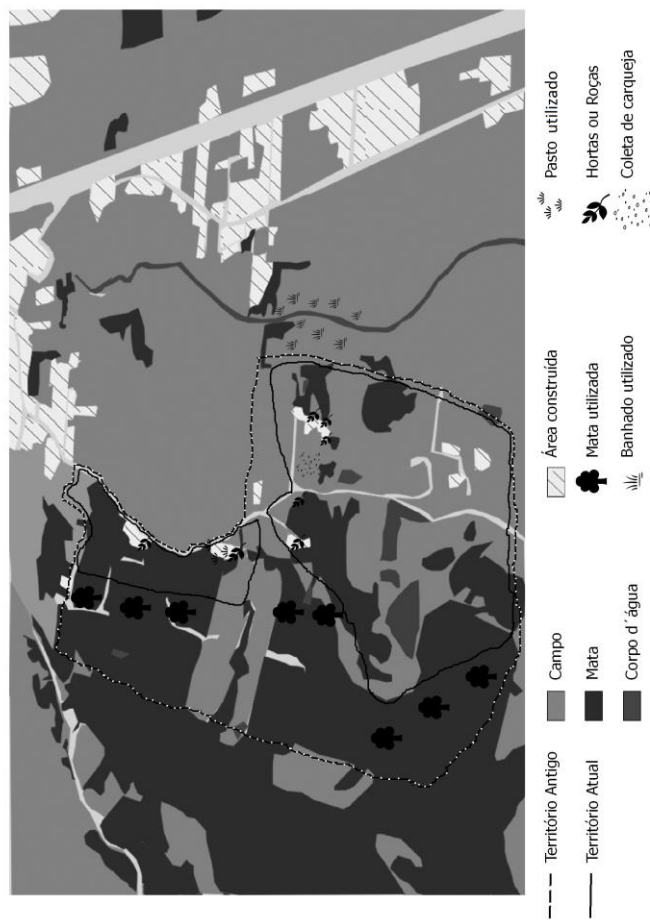


Figura 17. Mapa esquemático da Comunidade Santa Cruz indicando os locais de coleta de recursos vegetais em relação aos territórios antigo e atual.

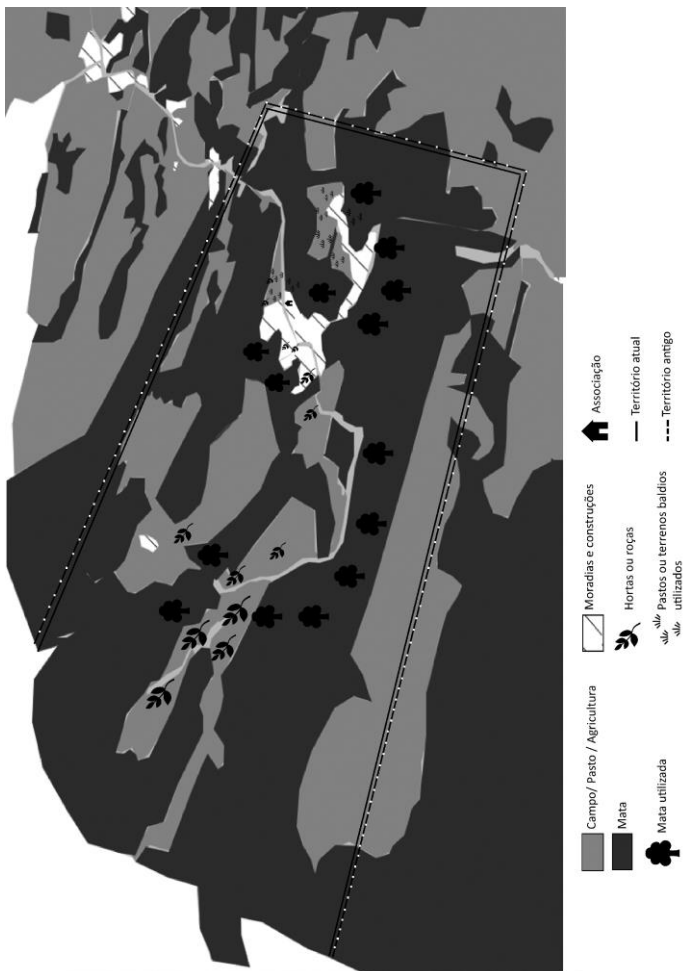


Figura 18. Mapa esquemático da Comunidade Morro do Fortunato indicando os locais de coleta de recursos vegetais em relação aos territórios antigo e atual.

4.1.6. A área de vida dos quilombolas influencia no conhecimento e uso dos recursos vegetais?

Ao relacionar o conjunto de dados obtidos nos mapeamentos participativos com o das listagens-livre realizadas, foi possível identificar o quanto cada comunidade acessa cada um dos locais de obtenção. Foi avaliada a necessidade de ir além de seu território para obter os recursos vegetais conhecidos e utilizados, verificando assim a hipótese de conforme a comunidade conhece e usa mais plantas mais a área de vida extrapola o que a comunidade identifica como seu território.

A partir da Tabela 5 percebe-se que, em todas as comunidades, são acessados proporcionalmente mais ambientes internos ao que consideram seu território, a fim de obter as plantas que conhecem e utilizam, do que ambientes externos a esse, principalmente devido ao representativo papel dos quintais próprios e de vizinhos.

Tabela 5. Proporção de plantas coletadas e cultivadas em relação ao que os membros das comunidades quilombolas consideram como seu território antigo e com relação ao que consideram seu território atual. Dados em porcentagem.

	Território Atual	Território Antigo
Aldeia (n=65)	Dentro (62%) Fora (38%)	Dentro (68%) Fora (32%)
Santa Cruz (n=56)	Dentro (50%) Fora (50%)	Dentro (51%) Fora (49%)
Morro do Fortunato (n=63)	Dentro (76%) Fora (24%)	Dentro (76%) Fora (24%)

A Santa Cruz é a comunidade que apresentou ter a área de vida atual mais relacionada a ambientes externos ao território, sendo esperado que a comunidade Aldeia, que relatou mais plantas usadas e conhecidas, apresentasse esse comportamento. Esse fato pode estar

relacionado a Santa Cruz obter mais recursos vegetais através da compra e pode indicar também que a forma de obtenção das plantas é um fator que explica mais o aumento da área de vida do que o conhecimento e uso desses, além de especificidades do local de ocorrência das plantas.

A comunidade Morro do Fortunato, que citou um número intermediário de espécies, é a mais rural, possui uma maior diversidade de hortas e roças, usa recursos vegetais como fonte de renda, cultiva e coleta mais plantas, compra menos plantas em relação as outras comunidades e é a única comunidade cujas áreas de mata usadas estão dentro do território. Assim, se mostrou a comunidade que menos tem contraste entre o território e a área de vida, sendo essa maior relação e dependência com recursos vegetais um fator que pode contribuir para tal questão.

Buchmann (2009) aponta que o isolamento político e econômico pode levar a uma maior necessidade de auto-suficiência alcançada através da dependência de recursos próprios, incluindo plantas úteis e conhecimentos tradicionais. Nesses locais, redes sociais locais em desenvolvimento, em torno da horta e quintais, formam a espinha dorsal da resiliência da comunidade local. Quando avaliamos a porcentagem de ambientes acessados pelas comunidades para obtenção de recursos vegetais usados e conhecidos, em relação ao que a comunidade considerava seu território antigamente, observou-se que para todas as comunidades a proporção de recursos obtidos fora desse território é bem próxima em relação ao que as comunidades consideram seu território atualmente. Essa situação pode estar relacionada principalmente ao fato dos recursos vegetais citados como obtidos em matas, restingas e banhados serem pouco frequentes.

Os ambientes de coleta e cultivo dentro e fora do território atual, em cada uma das comunidades, e em que proporção eles são acessados, está sumarizada na tabela 6.

Tabela 6. Ambientes de coleta e cultivo dentro e fora do território atual, em cada uma das comunidades, e em que proporção eles são acessados.

	N° de ambientes acessados		Proporção de	
	Dentro	Fora	Dentro	Fora
Aldeia	6	21	0,625	0,375
Morro do Fortunato	13	6	0,756	0,244
Santa Cruz	6	15	0,502	0,498

Percebe-se assim, que a comunidade Aldeia, cujo número de citações de plantas conhecidas e usadas é maior, é a comunidade que acessa um maior número de ambientes externos para obtenção das plantas em comparação as outras duas comunidades, com destaque para além dos quintais próprios e de vizinhos, aos mercados e feiras.

O fato da Aldeia estar em um ambiente com maior facilidade de acesso pode estar contribuindo para obtenção de plantas em diferentes locais, bem como a troca de saberes com pessoas de outros locais. Além disso, na região há uma loja específica na venda de ervas que ensina a finalidade de diversas plantas, contribuindo no conhecimento e uso de plantas que atualmente não são encontradas na região.

A comunidade Santa Cruz, que possui maior equitabilidade entre a proporção de plantas obtidas internamente ou externamente ao território, tem tanto os quintais, próprios e de vizinhos, como mercados e caminhões de feira como locais fortemente relevantes na obtenção dos recursos vegetais, o que também pode ser reflexo da crescente urbanização local. Já a comunidade Morro do Fortunato, que acessa uma maior proporção de ambientes internos para obtenção de plantas usadas e conhecidas, apresentou destaque para os quintais próprios de vizinhos, matas e roças.

4.2. Quintais quilombolas: investigando relações entre o conhecimento ecológico local, fatores socioeconômicos e a riqueza biológica disponível

4.2.1 A relação dos quilombolas com os quintais

Visando compreender melhor a relação dos quilombolas do estudo com os principais locais de obtenção dos recursos vegetais, buscou-se conhecer a relação dos quilombolas com os quintais. Nesse trabalho, considerou-se como quintal a parte do terreno que os moradores das comunidades denominavam como tal. Esse representava em geral todo o terreno ao redor da casa. Assim, para cada unidade familiar (residência) pelo menos uma pessoa indicava a área de seu terreno.

Além dessa forma de classificação do quintal, alguns quintais de diferentes pessoas foram analisados conjuntamente, por solicitação dos próprios moradores, que consideram essa área compartilhada com outras casas, famílias ou mesmo toda a comunidade (A=3, S=1, M=2).

Ressalta-se que na visão desses, delimitar os terrenos e quintais não fazia sentido, pois na sua percepção as terras pertencem à comunidade, havendo uma posse compartilhada devido ao parentesco de seus moradores: “Aqui é tudo uma terra só, é de todo mundo da comunidade, eu não posso dizer que é meu, os antigos viviam aqui e a gente mora agora, mas é tudo terra que eles deixaram para gente, minha irmã planta aqui, nessa parte do meu terreiro, essa parte é dela, porque ela que cuida, mas aqui é meu terreno” (I136A♂, 69 anos), “a terra aqui é de todo mundo” (I114MF♂, 70 anos).

Nesse caso, apesar de em suas concepções o quintal ser toda a área do território quilombola manejado por seus membros, chegou-se ao consenso com esses moradores, que na organização de dados da presente pesquisa, o quintal seria considerado como a área ao redor das casas de um conjunto de unidades familiares, mais próximas fisicamente e cujo acesso é mais frequente. Assim, salienta-se que, apesar dos quintais terem sido “divididos” entre os moradores da comunidade para organização de dados do estudo, essa divisão foi a título de análises próprias desse trabalho e não condiz com o que alguns moradores da comunidade pensam com relação a forma de verem a terra, pois o compartilhamento desta é frequente e na sua visão o território é coletivo.

4.2.2 Caracterização botânica dos quintais avaliados

A descrição botânica a seguir busca trazer um panorama dos quintais no ano de 2014, salientando-se que modificações já ocorrem e foram percebidas já no ano de 2015 em todas as comunidades do estudo. Vasconcellos (2004) ressalta que os quintais são locais que estão em constante transformação, pois seus donos sempre estão pensando em plantar e tirar alguma coisa, modificando e manipulando os recursos vegetais dos terreiros de acordo com seus interesses e preferências.

Ao total foram avaliados quintais de 31 moradores na comunidade Aldeia, 18 na comunidade Santa Cruz e 29 na comunidade Morro do Fortunato. Porém, considerando a vontade de alguns participantes em terem seus quintais analisados conjuntamente, considerou-se que foram avaliados 26 quintais na comunidade Aldeia, 17 na Santa Cruz e 28 no Morro do Fortunato.

Tabela 7. Informações sobre o tamanho dos quintais e suas espécies botânicas identificadas em cada comunidade quilombola estudada.

	Aldeia	Santa Cruz	Morro do Fortunato
Nº de famílias que aceitaram a realização do levantamento florístico	31	18	29
Nº de quintais	26	17	28
Nº de espécies botânicas identificadas	348	161	265
Tamanho médio dos quintais	978 m ²	350 m ²	419 m ²
Desvio Padrão do tamanho dos quintais	533 m ²	119 m ²	155 m ²

Um maior número de espécies botânicas nos quintais (Tabela 7) foi identificado na comunidade Aldeia (n=26) que totalizou 348 plantas (média de 13,38 plantas por quintal). Na comunidade Santa Cruz (n=17) 161 espécies (média de 9,47) e no Morro do Fortunato (n=28) foram identificadas 265 espécies (média de 9,46) (Anexo 5).

Através da ANOVA e teste de Tukey foi possível identificar que a quantidade de plantas disponíveis nos quintais da Aldeia e do Santa Cruz (Toca) diferem entre si ($p < 0,05$), mas o Morro do Fortunato

não de difere de nenhuma dessas (Figura 19). Assim, apesar de possuírem tamanhos de quintais distintos, a riqueza de plantas nos quintais da comunidade mais próxima de centros urbanos e a mais distante desses, não diferem entre si. Já a comunidade com proximidade intermediária de centros urbanos e a mais próxima desses, diferem, o que pode estar relacionado à intensidade de manejo de plantas serem distinta entre essas.

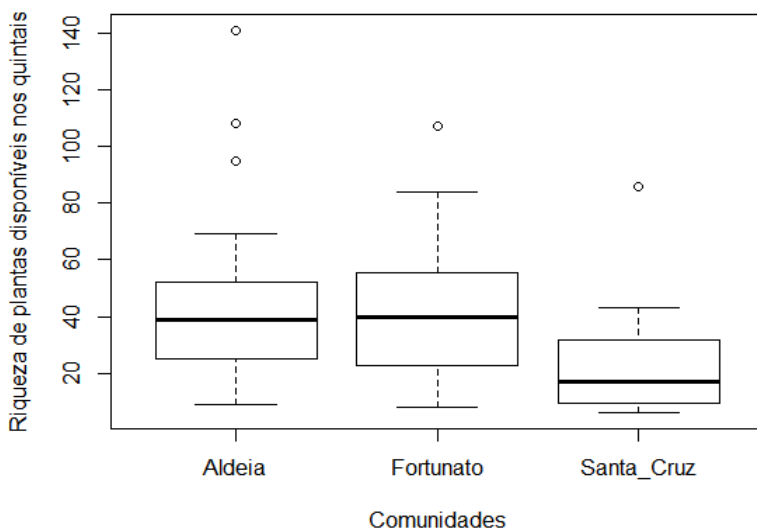


Figura 19: Média de plantas disponíveis nos quintais das comunidades estudadas.

Com relação a estudos etnobotânicos em quintais, Vasconcellos (2004) aponta a média de plantas em quintais de uma área urbana pertencente a comunidade quilombola Praia Grande (SP) foi de 17,69. Eichemberg (2003), numa área urbana de Rio Claro (SP) encontrou uma média de 24,11. Já Brito (1996) levantou uma média de 17,53 em uma área urbana de Aripuanã (MT). Quanto a estudos em ambientes rurais, Garrote (2002) registrou 10,58 plantas nos quintais da Comunidade

Tradicional do Saco do Mamanguá, Paraty (RJ). A partir de tais trabalhos, percebemos que tanto para quintais urbanos como para quintais rurais, a média de plantas nos quintais das comunidades do presente estudo está próxima das médias apresentadas em outros estudos, podendo ser menor em alguns casos, o que pode estar relacionado ao maior acesso aos mercados e feiras apontados anteriormente e a própria ocupação destes.

Além disso, mesmo que para todas as comunidades, plantas conhecidas e usadas sejam obtidas principalmente através do cultivo nos quintais, percebemos que o quintal da comunidade mais urbanizada possui uma média de plantas maior em relação as outras comunidades do estudo. Esse fato também foi observado por Vasconcellos (2004), que destaca fatores como valores sociais, culturais, econômicos e ambientais como possíveis influentes nessa questão e, nesse sentido, acredita-se que quanto mais urbanizada a comunidade, menor a quantidade de ambientes de coleta e cultivo dos recursos vegetais disponíveis. Assim, mais a comunidade maneja e se relaciona com os quintais.

Outro é que além da maior riqueza de plantas nos quintais contribuir para um maior conhecimento e uso das plantas, o maior conhecimento e uso das plantas pode estar contribuindo também para que seus quintais possuam uma média maior de plantas em relação às outras comunidades, gerando um efeito cíclico. Esse resultado também pode ser influenciado pelo fato de na comunidade Morro do Fortunato haver uma maior diversidade de roças e uma grande horta fora dos ambientes dos quintais, não sendo então analisados no presente estudo.

Quanto ao tamanho médio dos quintais (Tabela 7), verificamos que, apesar da comunidade Aldeia ser a mais urbanizada, essa apresenta quintais maiores em média. Porém, por essa média ter um desvio padrão alto, também identificamos que essa comunidade apresenta um maior contraste de tamanho entre seus quintais. Comparando essas médias, também através da ANOVA e do teste de Tukey, foi possível identificar que os quintais da comunidade Aldeia e Morro do Fortunato diferem entre si de maneira estatisticamente significativa (Figura 20). Assim, percebe-se que os quintais da comunidade considerada mais próxima de

áreas urbanizadas são maiores em relação à comunidade que mais dista dessas.

Durante o trabalho alguns moradores de todas as comunidades alegaram não cultivar muitas plantas no quintal atualmente, devido à falta de tempo para o manejo desses espaços, apesar de almejam o fazê-lo, o que também foi observado por Vasconcellos (2004). Nesse sentido, alguns moradores relataram, na medida do possível, conciliar os empregos com o trabalho em seus cultivos.

O uso dado às espécies dos quintais foi analisado a partir das informações levantadas sobre as espécies identificadas em questionários etnobotânicos. A partir dessa análise identificou-se que nos quintais de todas as comunidades há uma maior porcentagem de plantas usadas medicinalmente (A=34%, S=32%, M=31%), seguidas das plantas usadas para alimentação (A=22%, S=20%, M=20%). Destaca-se que na comunidade Aldeia há uma floricultura, porém, mesmo que a proprietária deste estabelecimento cultive uma grande riqueza de plantas ornamentais em seu quintal, tal fato mostrou não influenciar na análise.

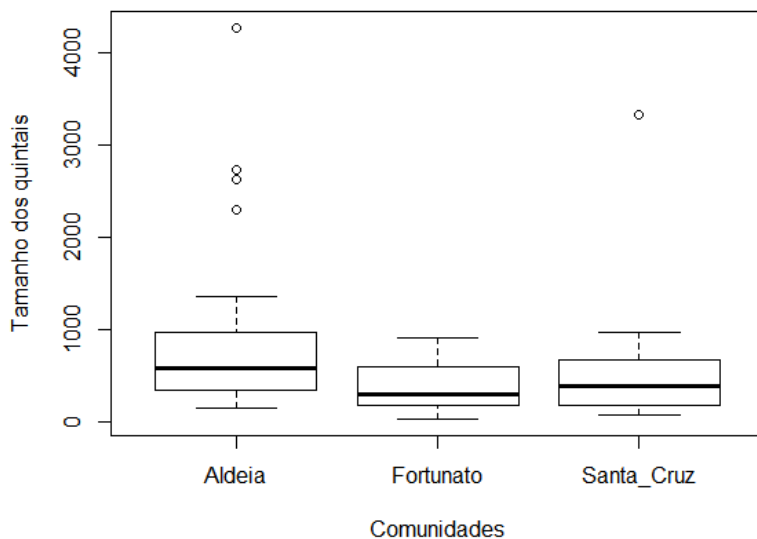


Figura 20. Média do tamanho dos quintais das comunidades estudadas.

Quanto às plantas mais comuns de serem encontradas nos quintais destacaram-se na Aldeia plantas alimentícias, como a goiaba (*Psidium guajava* L.), cebolinha (*Allium fistulosum* L.), a banana (*Musa* sp.), a laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck) e a ameixa (*Eriobotrya japonica* (Thunb.) Lindl.), bem como plantas medicinais como o boldo (*Plectranthus barbatus* Andrews) e a laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck) ou que fornecem sombra, como a aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi) (Tabela 8).

Tabela 8. Principais espécies de plantas presentes nos quintais das comunidades quilombolas em estudo. Dados em porcentagem

Espécies botânicas e táxons com maiores proporções de presença nas Comunidades Quilombolas		
Aldeia (n=26)	Santa Cruz (n=17)	Morro do Fortunato (n=28)
Poaceae (78%)	<i>Sida planicaulis</i> Cav. (53%)	<i>Commelina erecta</i> L. (93%)
<i>Psidium guajava</i> L. (60%)	<i>Bidens</i> spp. (47%)	Poaceae (68%)
<i>Allium fistulosum</i> L. (52%)	<i>Musa</i> sp. (47%)	Orchidaceae (61%)
<i>Musa</i> sp. (48%)	<i>Psidium guajava</i> L. (47%)	<i>Syngonium angustatum</i> Schott (61%)
<i>Richardia</i> sp. (48%)	Poaceae (41%)	Bromeliaceae (57%)
<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck (44%)	<i>Syzygium jambolanum</i> (L.) Skeels (41%)	<i>Citrus</i> spp. 1 (Laranja) (57%)
<i>Citrus</i> spp. 3 (Limão)	<i>Vernonia polyanthes</i> (Spreng.) Less. (41%)	<i>Dieffenbachia amoena</i> Bull. (57%)
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi (44%)	<i>Canna</i> sp. (35%)	<i>Drymaria cordata</i> (L.) Willd. ex Schult (57%)
<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl. (41%)	<i>Dieffenbachia amoena</i> Bull. (35%)	<i>Psidium guajava</i> L. (57%)
<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews (41%)	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl. (35%)	<i>Rosa</i> spp. (57%)
<i>Phyllanthus</i> spp. (37%)	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck (29%)	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi (53%)
<i>Syngonium angustatum</i> Schott (33%)	<i>Eugenia uniflora</i> L. (29,4%)	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl. (50%)

Na comunidade Santa Cruz tiveram destaque plantas alimentícias como a banana (*Musa* sp.), a goiaba (*Psidium guajava* L.), o jabolão (*Syzygium jambolanum* (L.) Skeels), a cana-de-açúcar (*Canna* sp.), a ameixa (*Eriobotrya japonica* (Thunb.) Lindl.), a laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck) e a pitanga (*Eugenia uniflora* L.), e plantas ritualísticas como a comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia amoena* Bull.).

Na comunidade Morro do Fortunato plantas ornamentais como orquídeas (Orchidaceae), o singônio (*Syngonium angustatum* Schott), bromélias (Bromeliaceae) e rosas (*Rosa* spp.) tiveram maior destaque, além de plantas de sombra como a aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi), plantas alimentícias como árvores de plantas cítricas (*Citrus* spp.) e plantas ritualísticas como a comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia amoena* Bull.).

Na comunidade Aldeia as famílias botânicas mais comuns foram Poaceae, Rutaceae, Asteraceae, Lamiaceae e Myrtaceae, na comunidade Santa Cruz as famílias Asteraceae, Malvaceae, Myrtaceae, Poaceae e Asparagaceae, e na comunidade Morro do Fortunato foram as famílias Poaceae, Asteraceae, Araceae, Rosaceae e Myrtaceae. Portanto, verificamos que Asteraceae a família de destaque nas três comunidades, e como citado anteriormente pode estar relacionado ao uso medicinal aplicado a diversas plantas dessa família. Essa família também foi a mais representativa nos terreiros dos quilombolas de Praia Grande (SP), seguidas das famílias Euphorbiaceae, Musaceae e a Poaceae (Vasconcellos, 2004).

A comunidade que apresenta maior destaque na presença de plantas ornamentais nos quintais foi a mais rural, o que pode estar vinculado a maior presença de roças e hortas externas aos quintais. Além disso, a comunidade que apresenta maior destaque de plantas alimentícias e medicinais nos quintais foi a mais urbana, o que pode estar relacionado a diversas roças, hortas e canteiros que são realizadas nesses ambientes e na falta de outros locais para cultivo. Eichemberg (2003), cujo estudo se deu em quintais urbanos, encontrou destaque para plantas ornamentais nos quintais, embora espécies medicinais e alimentares também tenham ocorrido em número representativo. Brito (1996) também encontrou destaque para plantas ornamentais e

alimentícias arbóreas nos quintais. Porém, na comunidade quilombola Praia Grande (SP) a grande maioria das plantas que está presente nos quintais faz parte da categoria de uso medicinal (VASCONCELLOS, 2004), assim como as plantas mais presentes nos quintais da comunidade quilombola Kalunga (PEREIRA & ALMEIDA, 2010). Em ambos os casos, foi relacionado tal fato a influência da atividade feminina nesses ambientes.

No presente estudo os manejadores dos quintais não foram analisados quantitativamente, mas houve relatos em todas as comunidades de que tanto os homens como as mulheres manejam e cultivam nos quintais, sendo essa influência de gênero uma questão a ser investigada em trabalhos futuros.

Em todas as comunidades a proporção de gramíneas (Poaceae) também é representativa, sendo essa um pouco menor na comunidade Santa Cruz, em que diversos quintais possuem chão batido ao redor das casas. Outras herbáceas espontâneas que crescem junto as gramíneas também são bem comuns nos quintais das comunidades, como a *Richardia* sp., *Sida planicaulis* Cav. e *Drymaria cordata* Willd. Ex Roem & Schult., além de espécies alastrantes, como a *Commelina erecta* L..

A amostragem da vegetação herbácea menor que 40cm revelou que na comunidade Aldeia 15% das unidades amostrais (quadrados) não possuía qualquer tipo de vegetação e 1% possuía brita, na Santa Cruz e no Morro do Fortunato 67% e 24%, respectivamente, possuíam apenas terra e no Morro do Fortunato 1% possuía área construída. Desta maneira, é possível perceber que na comunidade Santa Cruz há um menor manejo da vegetação herbácea em relação às outras comunidades, que muitas vezes possuem algum tipo de vegetação ao redor da casa.

Tabela 9. Estimativa da frequência relativa da abundância de principais espécies cultivadas e/ou arbóreas nos quintais das comunidades estudadas.

Aldeia (n=5794)	Santa Cruz (n= 2924)	Morro do Fortunato (n=5088)
<i>Manihot esculenta</i> Crantz (0,15)	<i>Saccharum</i> sp. (0,28) <i>Musa</i> sp. (0,09)	<i>Sansevieria trifasciata</i> Prain (0,17)

Aldeia (n=5794)	Santa Cruz (n= 2924)	Morro do Fortunato (n=5088)
<i>Musa</i> sp. (0,09) <i>Zea mays</i> L. (0,09) <i>Allium fistulosum</i> L. (0,04) <i>Bambusoidae</i> (0,04) <i>Carica papaya</i> L. (0,04) <i>Sansevieria trifasciata</i> Prain (0,03) <i>Saccharum</i> sp. (0,03)	<i>Leonotis nepetaefolia</i> (L.) R. Br. (0,09) <i>Manihot esculenta</i> Crantz (0,05) <i>Dieffenbachia moena</i> Bull. (0,05) <i>Schefflera</i> sp. (0,05) <i>Canna</i> sp. (0,05) <i>Sansevieria trifasciata</i> Prain (0,03)	<i>Musa</i> sp. (0,10) <i>Dieffenbachia amoena</i> Bull. (0,08) <i>Saccharum</i> sp. (0,05) <i>Nephrolepis</i> sp. (0,03) <i>Fragaria</i> sp. (0,03) <i>Zea mays</i> L. (0,02) <i>Petiveria alliacea</i> L. (0,02)

Quanto às plantas cultivadas ou arbóreas presentes em maior abundância nos quintais de cada uma das comunidades, percebe-se que na comunidade Aldeia as plantas mais abundantes são utilizadas pela comunidade principalmente para alimentação humana, como a mandioca/aipim, o milho (*Zea mays* L.), banana (*Musa* sp.), a cebolinha (*Allium fistulosum* L.), o mamão (*Carica papaya* L.), a cana-de-açúcar (*Saccharum* sp.) e o amendoim (*Arachis hypogaea* L.) havendo grande abundância também de uma planta de importância do ponto de vista ritualístico e espiritual, a espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata* Prain), cuja finalidade é contribuir na proteção espiritual da casa (Tabela 9).

Na comunidade Santa Cruz percebe-se a cana-de-açúcar (*Saccharum* sp.), a banana (*Musa* sp.), a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e o Taiá (*Xanthosoma robustum* Schott ou *Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott), como as plantas alimentícias mais abundantes, sendo o cordão-de-São-Francisco (*Leonotis nepetifolia* (L.) R. Br.), a Cheflera (*Schefflera arboricola* (Hayata) Merr.), e a Espada-de-São-Jorge (*Sansevieria trifasciata* Prain) as plantas ornamentais e ritualísticas mais comuns.

Na comunidade Morro do Fortunato algumas plantas mais abundantes como a Espada-de-São-Jorge (*Sansevieria trifasciata* Prain), a Comigo-Ninguém-Pode (*Dieffenbachia amoena* Bull.) e o Guiné (*Petiveria alliacea* L.), também são plantas de importância ritualística, por contribuírem, na visão dos grupos estudados, na proteção física e espiritual da casa. Plantas alimentícias como a banana (*Musa* sp.), a

cana-de-açúcar (*Saccharum sp.*), o morango (*Fragaria sp.*), o milho (*Zea mays L.*), o taiá (*Xanthosoma robustum* Schott ou *Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott) e a cebolinha (*Allium fistulosum* L.) foram as plantas também muito abundantes nos quintais.

Além disso, em todas as comunidades o cultivo de roças nos quintais também pode ser observado, principalmente de banana (A=10, M=10, S=6), mandioca ou aipim (A=5, S=2, M=1), cana-de-açúcar (A=4, S=2, M=4), milho (A=2, S=0, M=2) e taiá (*Xanthosoma robustum* Schott ou *Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott) (A=0, S=0, M=4). Nesse sentido, na comunidade Kalunga foi relatado que no quintal plantas como milho, cana e mandioca são encontradas nos quintais (PEREIRA & ALMEIDA, 2010). Na comunidade Praia Grande (SP) o cultivo de grandes culturas foi observado nos quintais, por exemplo para cultivo do milho, feijão e arroz, pelo fato de ficar mais fácil cuidar da lavoura por esta estar mais próxima da sua residência (VASCONCELLOS, 2004).

No caso das comunidades Aldeia e Morro do Fortunato, roças também são produzidas fora do quintal, em terrenos separados. Na Aldeia três pessoas possuem roças de aipim e mandioca, no caso da comunidade Morro do Fortunato uma pessoa possui roça de banana (*Musa sp.*), uma possui roça de mandioca e aipim, seis possuem roças de cana-de-açúcar (*Saccharum sp.*), uma pessoa que possui plantação de maracujá (*Passiflora spp.*), uma pessoa produz morango (*Fragaria sp.*) e uma pessoa possui plantação de diversas hortaliças como alface (*Lactuca sativa L.*), couve (*Brassica oleracea L.*), rúcula (*Eruca sativa* Mill.), agrião (*Nasturtium officinale L.*), repolho (*Brassica oleracea L.*), cenoura (*Daucus carota L.*), salsinha (*Petroselinum crispum* (Mill.) , cebolinha (*Allium fistulosum L.*) entre outros.

Como citado ao longo do trabalho, as roças e a horta do Morro do Fortunato possuem em sua maioria fins comerciais, com exceção da mandioca e do aipim que são cultivados para consumo próprio e de cana-de-açúcar que se destina à alimentação bovina. Quanto às roças dessa comunidade, Hartung (1992) relata que essas eram de milho, banana, feijão e mandioca, sendo que, as roças de banana possuíam maior área de plantio e as roças de mandioca e de feijão eram as mais

numerosas. Cada família podia possuir mais de uma roça de cada tipo de cultivo, mostrando que temporalmente o cultivo de mandioca, feijão e milho já não ocorre mais na escala em que eram produzidos.

Para a comunidade Kalunga, Alves *et al.* (2011) afirmam ainda que o quintal é diretamente influenciado pelas relações que ocorrem em uma escala geográfica maior, uma vez que as plantas dependem das águas dos rios e fatores climáticos de escala regional, nacional e impactados globalmente, e também de outros tipos de questões, como a facilidade em adquirir alimentos e medicamentos industrializados. Tal fato também foi apontado no presente estudo, principalmente para plantas alimentícias de ciclo curto como hortaliças e o milho, que relatou-se terem os cultivos prejudicados pelo verão pouco chuvoso, e quanto a facilidade na obtenção de medicamentos, que influenciaram na redução do uso de plantas medicinais (I24A♀, 40 anos).

Alves *et al.* (2011) destacam que políticas assistencialistas poderiam desestimular a produção de alimentos em quintais, pois a transferência de renda governamental possibilita os quilombolas de comprarem em mercados da região alimentos consumidos em seu dia-a-dia ou mesmo abandone plantações no quintal, por receber uma cesta básica mensalmente. Contudo, tais fatores não foram explicitados pelos membros das comunidades do estudo, onde a falta de engenho, a dificuldade de conciliar trabalhos urbanos com rurais e a falta de áreas para cultivo foram mais relacionados a essa questão. Além disso, é importante destacar que o programa do governo vinculado a horta da comunidade Morro do Fortunato foi um fator que ampliou a valorização do cultivo local e orgânico.

Quanto a origem das espécies identificadas nos quintais das comunidades, verificou-se que em todas as comunidades a mais da metade delas exótica (A= 67%, S=56%, M= 65%). Tal fato corrobora como o que outros trabalhos apresentam em relação a origem das espécies presentes nesses ambientes. Vasconcellos (2004) aponta que dentre as plantas presentes nos quintais de Praia Grande, 69% são exóticas à Mata Atlântica e 31% são nativas.

Tal fato pode estar relacionado às influências africana e europeia ao longo do tempo, além da modernização agrícola. Assim, uma maior quantidade de plantas exóticas manejadas e visualizadas diariamente pode estar influenciando para que atualmente um maior

número de citações e plantas usadas e conhecidas seja de plantas exóticas. Contudo, destaca-se que a porcentagem de espécies nativas nos quintais das comunidades, principalmente na Santa Cruz, possuem uma porcentagem considerável de plantas nativas. Tal resultado pode indicar a relevância desse elemento da paisagem na conservação *in situ*.

Apesar de nesse trabalho termos trabalhado a nível de espécie, no caso de *Manihot esculenta* Crantz. foi perguntado qual variedade a pessoa possuía no quintal, devido ao manejo diferenciado dado pelas variedades da espécie explicitado anteriormente, onde a mandioca é estritamente utilizada na forma de farinha e o aipim cozido ou frito.



Figura 21. Roças de aipim presentes nos quintais da comunidade Aldeia.

Na Aldeia (Figura 21), em todos os quintais com *Manihot esculenta* (n=6) são cultivadas atualmente a variedade aipim, sendo explicado a diferença entre aipim e mandioca: “a mandioca é muito dura após cozida, não dá para comer, o aipim dá” (I24A♀, 40 anos). A mandioca é plantada em terrenos arrendados, sozinha ou no mesmo espaço que o aipim, sendo apontado que apenas os homens sabem reconhecer a diferença entre esses pela rama, única forma em que é possível distinguir ambas: “tem um canteiro de aipim e um de mandioca, fica separado (...) homens que reconhecem qual é qual pela

rama, eu não ver até hoje (...) eu ajudo a carpinar, a plantar a colher, sei qual é qual porque ajudei a plantar e nessa hora homens falam em qual parte fica cada uma, daí eu lembro”. (I24A♀, 40 anos). Algumas roças se encontram em terrenos com cercas e por isso são usadas também para plantar melancia, cujo roubo atualmente é muito frequente (Figura 22).



Figura 22. Roças de mandioca realizadas em terrenos arrendados na comunidade quilombola Aldeia.

Atualmente toda produção de mandioca é destinada à alimentação do gado, o que pode explicar o fato de tal variedade ser produzida próximo aos pastos, que também estão fora da comunidade. Foi explicado que três anos atrás essa também era usada na produção de farinha, porém há mais de dezessete anos o engenho da comunidade não funciona (Figura 23) e é necessário usar o engenho da prefeitura. Contudo, como parte da produção fica como contrapartida pelo uso do local, água e energia, relatou-se que a produção de farinha não recompensa mais. No caso da alimentação bovina foi explicado que a mandioca é muito importante, “quando o milho não produz é ela que ajuda no inverno, porque no inverno o capim não cresce muito e o gado pode comer a mandioca de maio até agosto” (I24A♀, 40 anos).



Figura 23. Fotos do engenho da comunidade quilombola Aldeia (Ano: 2014/2015).

No caso da comunidade Santa Cruz (Figura 24), quatro pessoas possuem *Manihot esculenta* em seu quintal, sendo que três delas cultivam apenas aipim e apenas uma possui aipim e mandioca. No caso da diferenciação de ambas, foi explicado que a mandioca possui a folha verde e larga e a rama branca, enquanto os aipims possuem uma folha verde e fina com a rama verde ou a folha roxa e a rama roxa. Como no caso das comunidades Aldeia e Morro do Fortunato, relatou-se que a mandioca não cozinha: “A mandioca não cozinha, fica dura, não dá para gente comer” (I83S♀, 55 anos).

Foi explicado que até o ano de 2014 a produção de mandioca era feita em um engenho que faz parte do projeto “Ponto de Cultura Engenheiros de Farinha”²⁶, localizado próximo a comunidade. Porém

²⁶O Ponto de Cultura Engenheiros de Farinha é um projeto idealizado pelo CEPAGRO e patrocinado pelo Ministério da Cultura. Nele foram realizadas ações no sentido de resgatar,

metade da produção fica com o dono do engenho. Devido a esse fato apontou-se que não vale mais a pena produzir a farinha “quem ganha mais é o dono do engenho”(I83S♀, 55 anos). Assim, a mandioca que será colhida em 2015 será usada apenas na alimentação animal, por exemplo de porcos, caseiro e misturado com javali, que a informante possui. No caso do aipim a informante relatou que também plantou menos no ano de 2015, pois no ano de 2014 houve roubos, o que a desanimou.



Figura 24. Roças de *Manihot esculenta* Crantz no quintal da comunidade Santa Cruz (A. vista geral da área de cultivo em um dos quintais; B. aipim; C. mandioca; D. aipim).

No Morro do Fortunato apenas duas pessoas possuem *Manihot esculenta* em seu quintal, sendo que em ambos os casos a variedade existente é o aipim. Segundo o informante pela rama não dá para confundir ambas, pois o aipim tem a rama branca e a mandioca a rama azul, mas que pela raiz não dá para reconhecer a diferença. No Morro do Fortunato, apenas uma pessoa produz roça de mandioca, sendo também relatado por essa que a mandioca não cozinha. “Já aconteceu de confundir e cozinhar mandioca achando que é aipim, mas a mandioca

valorizar e dinamizar o modo de vida relacionado aos engenhos tradicionais de farinha do litoral catarinense.

não cozinha” (I114MF♂, 70 anos). Além disso foi apontado que antigamente o boi comia mandioca, pois essa era plantada em maior abundância na comunidade, porém, atualmente, a mandioca “é pouca” e é toda para produção de farinha. Relativamente próximo a comunidade, existe um engenho de farinha, onde essa é produzida no sistema de “meia”, em que metade da produção fica com o dono do engenho como contrapartida pelo seu uso.

Assim, mesmo que possua um alto valor de citação como conhecida e usada atualmente, principalmente pela dificuldade do acesso aos engenhos de farinha, o cultivo da mandioca em roças vem diminuindo, estando restrito a uma pessoa nas comunidades Morro do Fortunato e Santa Cruz.

Tuan (1983) salienta que o valor de um lugar depende da intimidade da relação humana, assim, na ausência da pessoa certa, as coisas e os lugares rapidamente perdem significado, sendo importante destacar aos grupos estudados a fragilidade da manutenção dessa prática cultural ao longo do tempo. No caso do Morro do Fortunato destaca-se que o morador que cultivava mandioca possui 70 anos, indicando que a prática do manejo e cultivo de tal variedade pode desaparecer em algumas décadas.

No presente trabalho, a seleção por espécies menos tóxicas cultivadas próximo as casas se mostrou condizente para as comunidades Aldeia e Morro do Fortunato, que cultivam apenas o aipim próximo as casas, e a mandioca é cultivada apenas em roças, em conjunto com variedades de aipim, provavelmente pela facilidade de uso. Na comunidade Santa Cruz há uma exceção, pois tanto a variedade mandioca como o aipim são cultivadas próximo à casa de uma moradora, que possui uma roça em seu quintal, e isso pode estar atrelado à própria falta de áreas para cultivo fora dos quintais nessa comunidade.

4.2.3. A riqueza de plantas nos quintais influencia na riqueza de plantas usadas e conhecidas sobre as plantas?

Buscando avaliar se o uso e saber sobre as plantas são influenciados pela riqueza de plantas disponíveis nos quintais foram relacionados os dados referentes ao saber etnobotânico com os dados obtidos no levantamento florístico feito nos quintais através de regressões lineares simples.

A distinção entre plantas usadas e conhecidas se fez presente por ser relatado que esta distinção é importante para a compreensão das questões que interferem no conhecimento local (LADIO & LOZADA, 2004) e auxilia a determinar se o conhecimento e uso das espécies estão correlacionados ou não (REYES-GARCIA *et al.*, 2005).

Para cada uma das comunidades, foi avaliado se relações são estabelecidas: a) entre as plantas citadas como usadas obtidas em qualquer ambiente de coleta e a riqueza de espécies de plantas nos quintais, b) entre as plantas usadas obtidas nos quintais próprios e de vizinhos e a riqueza de espécies de plantas nos quintais; e c) entre as plantas usadas obtidas nos quintais próprios e a riqueza de espécies de plantas nos quintais de todos. Além disso, fez-se os mesmos testes substituindo as plantas usadas por plantas apenas conhecidas, totalizando 6 análises de regressão linear (Figura 25).

Para as plantas usadas (Figura 25a, 25c e 25e), as regressões lineares indicam que na Aldeia, comunidade que citou um maior número de espécies e possui maior riqueza de espécies nos quintais, existe relação entre a riqueza de espécies nos quintais e as plantas usadas obtidas em qualquer ambiente de coleta ($R^2 = 0,443$; $p < 0,001$), bem como entre a riqueza de plantas nos quintais e as plantas usadas em quintais próprios e de vizinhos ($R^2 = 0,411$; $p < 0,001$) e entre a riqueza de espécies vegetais nos quintais e plantas usadas em quintais próprios ($R^2 = 0,551$; $p < 0,001$). Para as plantas conhecidas (Figura 25b, 25d e 25f), as regressões lineares indicam que, para essa mesma comunidade, há relação entre a riqueza de plantas nos quintais e as plantas conhecidas obtidas em quintais próprios e de vizinhos ($R^2 = 0,295$; $p = 0,004$), bem como com as obtidas em quintais próprios ($R^2 = 0,347$; $p = 0,002$). Para as comunidades Santa Cruz e Morro do Fortunato nenhuma das relações testadas obteve resultado significativo.

Alguns estudos explicitam que o conhecimento e uso de recursos aumenta com o número de espécies em um ambiente em particular (LADIO & LOZADA, 2004 *et al.* 2004; GHORBANI *et al.* 2012). Podemos sugerir que uma maior riqueza de plantas nos quintais da comunidade Aldeia pode estar contribuindo para que os membros dessa comunidade tenham citado um maior número de plantas ao longo das listagens-livre. Porém, sabe-se que outras variáveis podem influenciar o presente resultado, como questões socioeconômicas e o próprio tamanho dos quintais.

Assim, o tópico seguinte foi desenvolvido visando identificar a possível influência da riqueza de espécies vegetais no conhecimento e uso desses, em relação a outras variáveis estudadas.

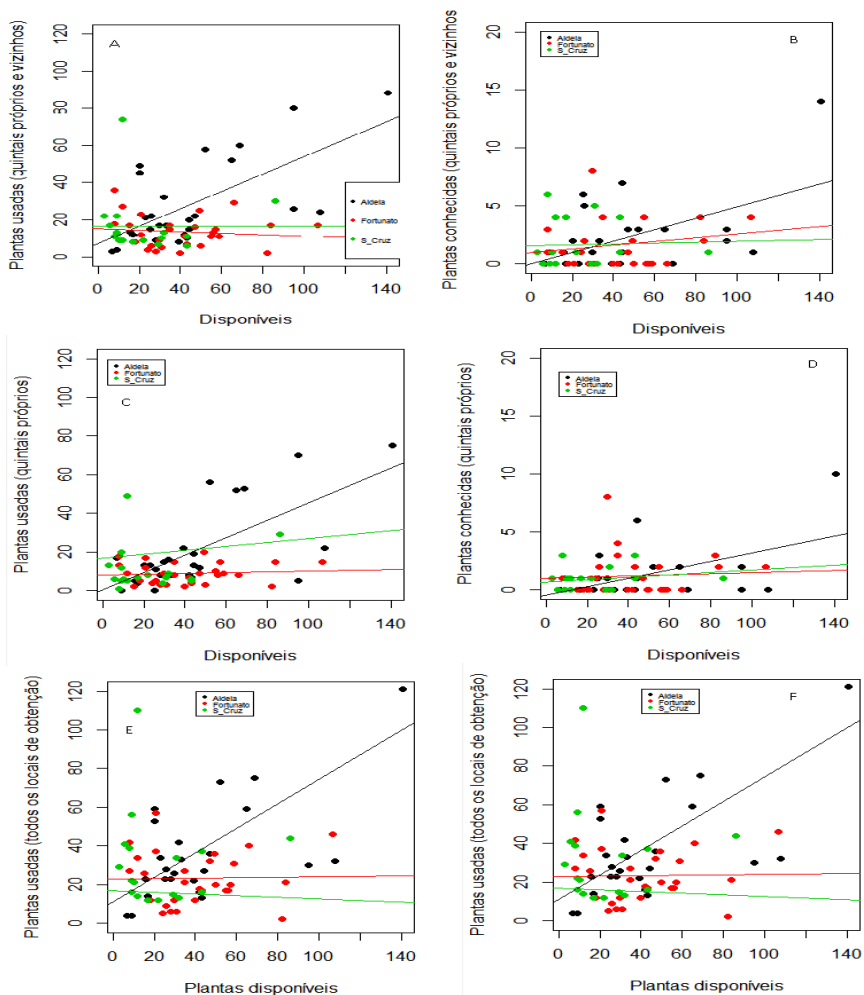


Figura 25. Regressões Lineares entre riqueza vegetal e o uso e/ou o conhecimento de plantas nas Comunidades Quilombolas Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz, para plantas usadas (a, c, e) e plantas conhecidas (b, d, f), onde preto = Aldeia, verde = Santa Cruz e preto = Aldeia.

4.2.4 Quais fatores mais influenciam o conhecimento sobre as plantas?

Para responder a presente pergunta, um modelo misto (Tabela 10) foi usado para testar modelos que podem ser estatisticamente significativos para explicar um maior conhecimento local sobre as plantas independentemente da comunidade estudada, envolvendo fatores socioeconômicos e ecológicos.

Assim, a partir de levantamentos bibliográficos sobre os fatores mais indicados por influenciar o conhecimento e uso de recursos vegetais (LIEN & NGUYEN, 2003; LADIO & LOZADA, 2004 ; GHIRARDINI *et al.* 2007; NASCIMENTO *et al.* 2013; CRUZ *et al.* 2013), o primeiro modelo testou se as variáveis socioeconômicas: sexo, idade e trabalho relacionado ao manejo de recursos vegetais (atual ou no passado) e a variável ecológica riqueza de espécies nos quintais, bem como o tamanho desses, possuem relação com o conhecimento e uso dos recursos vegetais (Tabela 10).

Este modelo não explica de maneira estatisticamente significativa o conhecimento local ($Pr(>Chisq) = 0,73726$) e a variável “trabalho relacionado ao manejo de recursos vegetais” representado na tabela pelo termo “Agricultura”, dentre as variáveis selecionadas, é a que menos influencia no conhecimento e uso local de plantas. Esta variável foi então retirada do modelo, que ainda assim não explica de maneira estatisticamente significativa o conhecimento e uso sobre os recursos vegetais ($Pr(>Chisq) = 0,44921$). Tal procedimento seguiu sucessivamente, retirando as variáveis menos significativas nos modelos seguintes, sendo retiradas as variáveis tamanho dos quintais ($Pr(>Chisq) = 0,09998$) e sexo ($Pr(>Chisq) = 0,02635$).

A partir desse resultado, identificou-se, que dentre as variáveis levantadas no presente trabalho, a idade do entrevistado e a riqueza das plantas nos quintais são as que mais influenciaram o uso e conhecimento das plantas em cada comunidade estudada e que isso se dá de forma positiva. Ou seja, conforme os informantes possuem mais idade e o quintal possui maior riqueza de espécies, há uma maior tendência de ser citado um maior número de plantas conhecidas e usadas.

Ao ser retirada a próxima variável indicada, a riqueza de espécies no quintal, o modelo deixou de ser estatisticamente significativo novamente.

Tabela 10. Modelo Misto aplicado para a identificação das principais variáveis que influenciam positivamente o conhecimento etnobotânico, onde ** indica as variáveis que menos respondem a presente pergunta para cada um dos modelos, Df os Graus de Liberdade, AIC os Critérios de Informação de Akaike, BIC os Critérios de Informação Bayesiano, Chisq o Chi-quadrado, e Chi Df o Graus de Liberdade do Chi-quadrado.

Modelo	Df	AIC	BIC	Chisq	Chi Df	Pr(>Chisq)
Sexo + Idade + Agricultura**+ Tamanho dos quintais + Riqueza de plantas nos quintais	8	1092.4	1116.2	0.1125	1	0.73726
Sexo + Idade + Tamanho dos quintais** + Riqueza de plantas nos quintais	7	1090.5	1111.3	0.5726	1	0.44921
Sexo** + Idade + Riqueza de plantas nos quintais	6	1089.1	1106.9	2.7058	1	0.09998
Idade + Riqueza de plantas nos quintais**	5	1089.8	1104.6	4.9327	1	0.02635*
Idade	4	1092.7	1104.6	-	-	-

Outros trabalhos realizados em diferentes locais também destacam o maior conhecimento de pessoas mais idosas referentes aos recursos vegetais (LIEN & NGUYEN, 2003; LADIO & LOZADA, 2004; GHIRARDINI *et al.* 2007). Além disso, dos três estudos realizados no Brasil que tiveram como foco avaliar a influência dos fatores socioeconômicos no conhecimento tradicional, dois indicaram a idade como um fator de influência significativa (NASCIMENTO *et al.* 2013; CRUZ *et al.* 2013) e outro apontou o tempo de residência no local e a idade (CAMPOS *et al.*, 2015) como fatores de importância, corroborando com o destaque à idade que foi obtido no presente estudo.

Hanazaki (2013) aponta que o caráter cumulativo do conhecimento e experiências de vida, podem conferir às pessoas com

mais idade um maior repertório sobre o conhecimento botânico. O próprio modo de vida de antigamente das comunidades quilombolas estudadas, como menor acesso a mercados, hospitais, farmácias, gás de cozinha, alimentos e remédios industrializados, entre outros, tornava a relação das pessoas, hoje idosas, muito mais próxima e dependente dos recursos vegetais.

Campos *et al.* (2015) apontam também que indivíduos mais jovens têm uma maior chance de garantir uma melhoria da situação financeira e, independentemente da idade, as pessoas com melhores condições financeiras podem depender dos recursos naturais, mas podem também comprar o que eles têm interesse, o que limita o número de espécies que sabem e/ou utilização.

Além disso, a riqueza de plantas nos quintais pode indicar que possuir os recursos vegetais em um local visível no dia-a-dia, manejando-os, trocando-os com os vizinhos e fornecendo-os aos que necessitam também contribui de modo significativo no cenário atual referente ao conhecimento e uso dos recursos vegetais, onde essa visibilidade e fácil acesso podem estar contribuindo também na transmissão do conhecimento aos mais jovens.

Como Vasconcellos (2004) aponta, os quintais podem atuar também como espaços educativos, inclusive no sentido de despertar os moradores para a importância da preservação e da conservação de espécies vegetais nativas da região em que estão inseridos. Em seu trabalho na comunidade quilombola de Praia Grande (SP) o autor levanta a importância de serem desenvolvidos programas de valorização, enriquecimento e manejo dos quintais urbanos e rurais, bem como projetos que valorizem os núcleos familiares no exercício dessas atividades com a finalidade de gerar renda, de enriquecer a dieta familiar, de conservar os recursos genéticos (VASCONCELLOS, 2004), sendo recomendações interessantes também aos locais de estudo da presente pesquisa.

5. Considerações Finais

A questão territorial quilombola mostrou envolver, nas percepções dos membros das comunidades, fatores sociais e/ou legais sobre o território, existindo ainda dúvidas sobre o que essa representa. Além disso, pode-se verificar que para todas as comunidades estudadas, áreas utilizadas para coleta e obtenção de recursos, mesmo que pouco acessadas, extrapolam o que os quilombolas consideram como seu território atual, e que a maioria das plantas citadas é obtida dentro do que os moradores consideram seu território atualmente, nos quintais.

Assim, discussões etnoecológicas referentes a área utilizada pela comunidade para a manutenção de suas práticas culturais tradicionais se mostram uma questão importante de ser realizada junto as comunidades, para reflexão dessas quanto a áreas importantes para cada território a ser demarcado, considerando, a crescente urbanização na região e crescimento populacional interno que as comunidades vem apresentando.

Nesse sentido, a área de vida das comunidades pode estar mais relacionada ao manejo e à dependência dos recursos vegetais do que com uma maior quantidade de plantas conhecidas e usadas, onde o resultado do presente estudo pode estar relacionado principalmente ao fato dos quintais próprios e de vizinhos serem uma importante fonte de obtenção atualmente. Hanazaki *et al.* (2010) destacam que ao se tratar de sociobiodiversidade e biodiversidade no Brasil, é importante considerar-se as questões fundiárias e da sustentabilidade ambiental, devido às diferenças existentes na ocupação do espaço e uso dos recursos naturais pelos diferentes modos de vida.

Foi possível observar ainda que a comunidade que mais se relaciona com os recursos vegetais do ambiente, através de seu cultivo, comercialização e coleta, a comunidade Morro do Fortunato, é a comunidades que possui menor contraste entre o território atual e a área de vida. Além disso, esse fato pode estar relacionado a esse território estar em um ambiente mais rural, com menores pressões de fatores gerados pela urbanização em relação as outras comunidades.

Além disso, percebe-se que o olhar etnoecológico para o território e área de vida podem fornecer um panorama dos locais importantes para que as comunidades mantenham práticas tradicionais

de seu interesse ao longo do tempo. Assim, para todas as comunidades, o cultivo de plantas nos quintais e a troca dessas e de suas informações podem ser um importante fator que influencia o conhecimento e uso local de recursos vegetais.

Podemos apontar também a necessidade das comunidades refletirem sobre áreas de coleta e cultivo na manutenção de práticas tradicionais. Mesmo que algumas áreas não façam parte de seu território atualmente e sejam acessadas por poucas pessoas, podem ser importantes de serem acessadas e manejadas pelos membros das comunidades ao longo do tempo, podendo contribuir para que as comunidades tenham uma maior clareza na organização espacial dessas áreas, o que pode favorecer para que a futura demarcação de seus territórios contribua para continuidade de traços culturais próprios desses grupos. Nesse sentido, áreas consideradas imprescindíveis à coleta e cultivo de recursos vegetais estão sendo levantadas junto às comunidades nas devolutivas finais da pesquisa.

Dentre os fatores socioeconômicos e ecológicos analisados na presente pesquisa, quanto maior a idade e maior a riqueza de espécies vegetais presentes no quintal, maior o conhecimento e uso dos recursos vegetais. Identificamos assim, que a combinação de um fator socioeconômico e um fator ecológico, como maiores influentes nos saberes e usos de recursos vegetais pelas comunidades estudadas, independentemente de características particulares que as compõem.

Desta maneira, para contribuições no uso e conhecimento dos recursos vegetais ao longo do tempo por essas, além da valorização e a transmissão dos conhecimentos e usos dos recursos vegetais dos anciões entre os membros de cada uma das comunidades, a área dos quintais, seus cultivos e manejos, se mostraram também um fator chave sobre a presente questão. Esses fatores (as áreas dos quintais, incluindo seu cultivo e manejo), bem como as relações de reciprocidade envolvendo trocas de plantas e saberes, indicam possuir papel importante, principalmente na obtenção de plantas alimentícias e medicinais. Além disso, os quintais se mostraram um local de relevância na conservação de espécies nativas da flora brasileira, podendo representar uma área da paisagem importante na manutenção da diversidade biológica *in situ*.

além de seu papel de destaque na perpetuação de práticas culturais locais.

Por fim, destaca-se que a crescente urbanização nas regiões do estudo, principalmente no caso de Garopaba, pode apontar que essas comunidades sofrem pressões em seu território que lhes confere uma tendência geral de diminuição, que somada ao aumento populacional interno as comunidades, a redução de cultivos ao longo do tempo e a dificuldade de conciliação com trabalhos urbanos, podem indicar que as áreas dos quintais no cenário atual possuem certa fragilidade.

6. Devolutivas às comunidades estudadas

Durantes as duas oficinas participativas realizadas para aplicação de mapeamento participativo, foram feitas apresentações sobre os resultados parciais da presente pesquisa. Além disso, nas comunidades Santa Cruz e Morro do Fortunato já foram realizadas apresentações dos resultados finais (Figura 26), em linguagem acessível aos seus membros, o que ainda será realizado na comunidade Aldeia. Nas citadas reuniões estão sendo feitas discussões com os grupos sobre as áreas imprescindíveis para obtenção das plantas pelas comunidades do estudo.

Concomitantemente às apresentações de resultados finais foi realizada uma atividade com as crianças, adolescentes e adultos de cada comunidades, através de um material didático no formato de um quebra-cabeça, cujo conteúdo foi elaborado pelo grupo de pesquisa, contendo dados obtidos no “Projeto Etnobotânica em comunidades quilombolas de Santa Catarina”.

Também foram realizadas atividades de extensão (Figura 26), baseadas em demandas levantadas pelas próprias comunidades durante as oficinas participativas. Na comunidade Santa Cruz contou-se com a colaboração do Núcleo de Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (NEAMB), que através do Projeto "Lixo Zero", trabalhou junto a comunidade, conteúdos referentes ao lixo e ao saneamento básico.

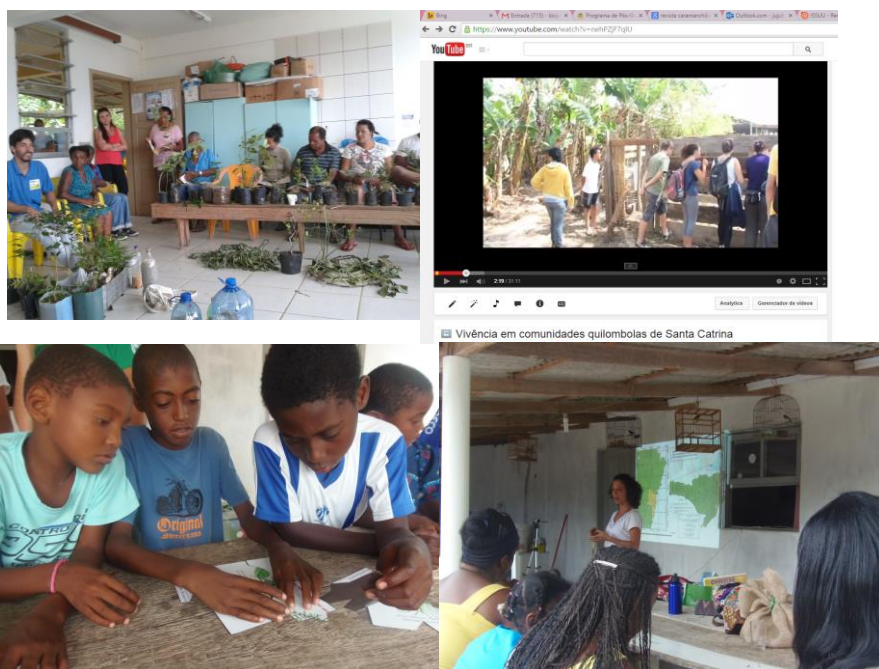


Figura 26. Fotos das atividades de retorno de resultados da presente pesquisa nas comunidades estudadas.

Na comunidade Morro do Fortunato, contou-se com o apoio do CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) que desenvolveu atividades visando valorizar a importância de temas como plantas medicinais e alimentícias, plantio orgânico e variedades crioulas, proporcionando também um momento de troca de saberes, tanto dos moradores da comunidade entre si, como com os parceiros e pesquisadores.

A partir desta pesquisa também foi publicado em 2014 a reportagem “Comunidades quilombolas do litoral de Santa Catarina: percepções sobre saberes e uso do Território.” (Anexo 8), na revista de divulgação pública “Caramanchão”, vinculada ao “Projeto de pesquisa, revista de arte, construção de sentido e redes (Santa Catarina-Brasil)”, ganhadora do prêmio Elisabete Anderle de Estímulo a Cultura da

Fundação Catarinense de Cultura. Quarenta exemplares originais e algumas cópias da revista já foram entregues aos membros das comunidades Santa Cruz e Morro do Fortunato e ainda serão entregues na comunidade Aldeia. (Versão digital da revista disponível em: http://issuu.com/grupofora/docs/caramanchaoesboc__o (p. 18).

No mês de setembro de 2014 foi realizada uma vivência nas comunidades Aldeia e Morro do Fortunato, um evento que fez parte da XV Semana da Biologia, onde alunos de diversas áreas de estudo conheceram as comunidades, seu histórico, modo de vida e algumas práticas tradicionais. A partir dessa vivência foi produzido um vídeo de recordação e registro da atividade, que foi entregue na forma de CD para as lideranças das comunidades. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nehPZjF7qIU>).

Por fim, será produzida uma cartilha para o registro do conteúdo das pesquisas realizadas no “Projeto Etnobotânica em comunidades quilombolas de Santa Catarina” através de uma linguagem didática e acessível, que será entregue aos membros das comunidades quilombolas e estudantes de ensino Fundamental e Médio em escolas próximo as comunidades.

7. Referências bibliográficas

- ADAMS, C., MUNARI, L.C., VAN VLIET, N., MURRIETA, R.S.S., PIPERATA, B.A., FUTEMMA C., PEDROSO JR., N.N., TAQUEDA, C.S., CREVELARO, M.A. & SPRESSOLA-PRADO, V. L. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecology**, v.41, p. 119-137, 2013.
- AGUILAR-STØEN, M., MOE, S. R., & CAMARGO-RICALDE, S. L. Home Gardens Sustain Crop Diversity and Improve Farm Resilience in Candelaria Loxicha, Oaxaca, Mexico. **Human Ecology**, v.37, p. 55–77, 2009.
- AUBE, L. **La province de Sainte-Catherine et la colonisation au Bresil**. Rio de Janeiro : Imprimerie Française de Frédéric Arfvedson, 1861.
- ALBUQUERQUE, M.T. **Negros em Garopaba - SC: experiência quilombola nas comunidades da Aldeia e do Morro do**

- Fortunato.** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- ALBUQUERQUE, U.P. **Introdução a etnobotânica.** Recife: Bagaço, 2002.
- ALBUQUERQUE, U.P., LUCENA, R.F.P. & CUNHA, L.V.F.C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica.** Recife: Comunigraf, 2008.
- ALCOCK, J. **Animal Behavior: An Evolutionary Approach**, 6 ed. Sunderland: Massachusetts Associates, Inc, 1997.
- ALCOCK, J. **Comportamento animal: uma abordagem evolutiva** . 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ALCORN, J.B. Indigenous agroforestry strategies meeting farmers' needs. In: Anderson A. B. (ed) **Alternatives to Deforestation: steps toward sustainable use of Amazon rainforest.** New York: Columbia University Press, 1990.
- ALCORN, J.B. The scope and aims of ethnobotany in a developing world. In: Schultes, R. E. & Reis, S. von (eds). **Ethnobotany: evolution of a discipline.** London, Chapman & Hall., 1995.
- ALVES, A.P.A.F., TOMAZI, T., SAHR, C.L.L. A Perspectiva etnográfica na identificação e caracterização de elementos cotidianos de uma comunidade quilombola. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.3, n.7, p.79-100, 2011.
- AMOROZO, M.C.M. **A abordagem qualitativa na coleta e análise de dados etnobotânicos.** In: 55° Congresso Nacional de Botânica, 2004, Viçosa. Anais do 55° Congresso Nacional de Botânica e 26° Encontro Regional de Botânicos de MG, BA e ES. 2004.
- ANDERSSON, E., BARTHEL, S. & AHME', K. Measuring social-ecological dynamics behind the generation of ecosystem services. **Ecological Applications** , v.17, p. 1267– 1278, 2007.
- ANJOS, R.S.A. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil – Primeira Configuração Espacial.** 2. ed. Brasília, Mapas Editora & Consultorias, 2000.
- ARIAS-TOLEDO, B. COLANTONIO, S.E., GALETTO, L., Knowledge and use of food and medicinal plants in two populations from the Chaco, Cordoba province, Argentine. **Journal of**

- Ethnobiology**, v.27, p.218-232, 2007.
- ARIAS-TOLEDO, GELLETO, L., COLANTONIO, S. Ethnobotanical knowledge in rural communities of Cordoba (Argentina): the importance of cultural and biogeographical factors. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.5, n.40, p.1-8, 2009.
- ARROYO-KALIM, M. The Amazonian formative: crop domestication and anthropogenic soils. **Diversity**, v.2, p.473-504, 2010.
- AYANTUNDE, A., BRIEJER, M., HIERNAUX, P., UDO, H., TABO, R. Botanical knowledge and its Differentiation by age, gender and Ethnicity in Southwestern Niger. **Human Ecology**, v.36, p.881-889, 2008.
- BAIOCCHI, M.N. **Kalunga: Povo da terra. Brasília: Ministério da Justiça**. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- BANDEIRA, M.L. **Território negro em espaço branco**. São Paulo, Ed. Brasiliense/CNPq, 1988.
- BARBOZA DA SILVA, N.C. DELFINO REGIS, A.C., ESQUIBEL, M. A., ESPÍRITO SANTO SANTOS, J. & ALMEIDA, M.Z. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II – Bahia, BRASIL. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v. 11, n.5, p. 435-453, 2012.
- BARTON, R.A., WHITEN, A., STRUM, S.C., BYRNE, R.W. & SIMPSON, A.J. Habitat use and resource availability in baboons. **Animal Behaviour**, v. 43 n.5, p. 831-844, 1992.
- BEGON, M., TOWNSEND, C.R., HARPER, J.L. **Ecology: from individuals to ecosystems** 4th ed. Malden, MA, Blackwell Pub., 2006.
- BEGOSSI, A. & HENS, L. Introduction and acknowledgements. **Environment, Development and Sustainability**, v.2 , n.3-4, p. 173-176, 2001.
- BELTRÁN-RODRÍGUEZ, L., ORTIZ-SÁNCHEZ, A., MARIANO, N. A., MALDONADO-ALMANZA, B. & REYES-GARCIA, V. Factors affecting ethnobotanical knowledge in a mestizo community of the Sierra de Huautla Biosphere Reserve, Mexico. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.10, n.14, 2005.
- BENZ, B.F, JUDITH CEVALLOS, J., FRANCISCO SANTANA, M., JESUS ROSALES, A. & GRAF, S. M. Losing knowledge about

- plant use in the Sierra de Manantlán Biosphere Reserve, Mexico. **Economic Botany**, v.54, p.183-191, 2000.
- BERKES, F, COLDING, J. & FOLKE, C. Rediscovery of Traditional Ecological Knowledge as adaptative management. **Ecological Applications**, v.10, p. 1251-1262, 2000.
- BERKESs, F., COLDING, J., FOLKE, C. **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change**. Cambridge Univ Press, Cambridge, UK, 2003.
- BESEN, J. A. **1830- 1980 São Joaquim de Garopaba (Recordações da Freguesia)**. Gráfica e Editora Pe. BERTHIER, 1996.
- BIESMEIJER, J.C., ROBERTS, S.P.M., REEMER, M., OHLEMU'LLER, R., EDWARDS, M., PEETERS, T., SCHAFFERS, A.P., POTTS, S.G., KLEUKERS, R., THOMAS, C.D., SETTELE, J., KUNIN, W.E. Parallel declines in pollinators and insect-pollinated plants in Britain and the Netherlands. **Science**, v.313, p. 351–354, 2006.
- BINDA, N.H. Processos e produtos territoriais: território indígena é terra indígena? **Revista de estudos em relações interétnicas**, v.3, n.1, 1999.
- BLANCKAERT, I., SWENNEN, R.L., PAREDES FLORES,M., ROSAS LÓPEZ, R. & LIRA SAADE, R. Floristic composition, plant uses and management practices in homegardens of San Rafael Coxcatlán, Valley of Tehuacán, Mexico. **Journal of Arid Environments**. v.57, p.39–62, 2004.
- BOTTEGA, M.P.V. **Jovens quilombolas e ocupações não agrícolas: tensões em um programa de educação do campo**. Dissertação de mestrado em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. (Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-darepublica-federativa-do-brasil-1988>, data de acesso: 20/03/2014).
- BRASIL, **Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares**. Comunidades Quilombolas. (Disponível em: <http://www.fundacaoculturalpalmares.gov.br/>)

www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=sc , data de acesso: 20/03/2014).

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm , data de acesso: 22 /03/2014).

BRASIL. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6040.htm , data de acesso: 22/03/2104).

BRITO, M. A. Uso social da biodiversidade em quintais agroflorestais de Aripuanã – MT. Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 1996.

BROOK, R.K. & MCLACHLAN, S.M. Trends and prospects for local knowledge in ecological and conservation research and monitoring. **Biodiversity and Conservation**. v.17, p.3501-3512, 2008.

BRUSIUS, C. K. A influência do turismo na expansão da Construção Civil no município de Garopaba. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

BUCHMANN, C. Cuban Home Gardens and Their Role in Social-Ecological Resilience. **Human Ecology**, v.37, p.705–721, 2009.

BURKE, P. Cultura Popular na Idade Moderna. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMPOS, L.Z.O., ALBUQUERQUE, U.P., PERONI, N., ARAÚJO, E.L. Do socioeconomic characteristics explain the knowledge and use of native food plants in semiarid environments in Northeastern

- Brazil? **Journal of Arid Environments** v.115, p.53-61, 2015.
- CAMPOS, N. J. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis, Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- CAPELLESSO, A.J. & CAZELLA, A.A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente e Sociedade**. v.14 n.º.2 São Paulo, 2011.
- CARNIELLO, M.A., SILVA, R.D.S., CRUZ, M.A.B.D., GUARIMNETO, G. Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica. **Acta Amazônica**, v. 40, n. 3, p. 451-470, 2010.
- CARVALHO, F.A. & STEINDEL, G.E. Em preto e branco: memórias de escolarização de alunos da comunidade remanescente de quilombo aldeia de Garopaba. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Florianópolis, v. 12, n. 02, p. 175-189, 2011.
- CARVALHO, F.A. **Entre cores e memórias: escolarização de alunos da Comunidade Remanescente de Quilombo Aldeia de Garopaba/SC**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, Brazil. 2011.
- CARVALHO, J. J. A experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. In: **O quilombo do Rio das Rãs**. Org.: J.J. Carvalho, p. 13-73, 1996.
- CASTRO, C.F.A. **Biodiversidade e Quintais**. Cadernos de Proposta, Rio de Janeiro, n. 3, p. 27-33, 1995.
- CDB. **Convenção da Diversidade Biológica**. Rio de Janeiro, 1992.
- COLDING, J., LUNDBERG, J., FOLKE, C. Incorporating green-area user groups in urban ecosystem management. **Ambio**, 35, p.237-244, 2006.
- COWLISHAW, G. Trade-offs between foraging and predation risk determine habitat use in a desert baboon population. **Animal Behaviour**. v. 53, n.4, p. 667-686, 1997.
- CREPALDI, M.O.S. **Etnobotânica na comunidade quilombola Cachoeira do Retiro, Santa Leopoldina, Espírito Santo, Brasil**.

- Dissertação de Mestrado em Botânica. Instituto de Botânica Jardim Botânico. Rio de Janeiro, 2007.
- CRUZ, L. M. & HANAZAKI, N. The Ethnobotany of an Afro-Brazilian Community at Sertão do Valongo, Santa Catarina, Brazil. **Functional Ecosystems and Communities**, v. 2, p. 59-65, 2008.
- CRUZ, M.P., PERONI, N., ALBUQUERQUE, U.P. Knowledge, use and management of native wild edible plants from a seasonal dry forest (Ne, Brazil). **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, 9, 79. 2013.
- DE BOEF, W.S. & THIJSSSEN, M.H. **Participatory tools working with crops, varieties and seeds. A guide for professionals applying participatory approaches in agrobiodiversity management, crop improvement and seed sector development.** Wageningen UR, Wageningen, The Netherlands, 2007.
- DIEGUES, A.C.S. & ARRUDA, R. S. V. (orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2001.
- EICHEMBERG, M.T. **Os quintais antigos na área urbana de Rio Claro – SP: um enfoque etnobotânico.** Dissertação de mestrado em Ciências Biológicas Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.
- FABER, M. & BENADÉ, A.J.S. **Integrated Home-Gardening and Community-Based Growth Monitoring Activities to Alleviate Vitamin A Deficiency in a Rural Village in South Africa.** FNA/ANA, v.32, 2003.
- FARIAS, A.L.S.A.; ALVES, S.C., CARDOSO, T.C.A. **Saberes da terra: escolarização em uma comunidade quilombola.** Itabaiana, GEPIADDE, ano 6, v. 11, 2012.
- FAUSTO, B. **História do Brasil.** São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.
- FERNANDES, E.C.M. & NAIR, P.K.R. An evaluation of the structure and functions of tropical homegardens. **Agricultural Systems**. v.21, p. 279–310, 1986.
- FERNANDES, R. C., BUSTOLIN, C., MOMBELLI, R. Relatório antropológico: a comunidade de São Roque –SC. In. LEITE, Ilka Boaventura. (Org) **Quilombos no Sul do Brasil: Perícias Antropológicas.** Boletim Informativo do NUER - Núcleo de Estudo

- de Identidade e Relações Interétnica – v 3, n. 3. Florianópolis: NUER/UFSC, 2006.
- FERNANDEZ, F.A.S. **O poema imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis.** Curitiba, Ed. Universidade Federal do Paraná, 2 ed., 2004.
- FERREIRA, F. **Aspectos da vegetação e do uso do solo da microrregião costeira sul do estado de Santa Catarina, Brasil.** Dissertação de Mestrado em Biologia Vegetal. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- FIGUEIREDO, G.M., LEITÃO FILHO, H.F. & BEGOSSI, A. Ethnobotany of atlantic forest coastal communities: ii. Diversity of plant uses at seoetiba bay (SE Brazil). **Human Ecology**, v. 21, n.4, p.419-430, 1997.
- FOLKE, C., COLDING, J. & BERKES, F. **Synthesis: building resilience and adaptative capacity in sócio-ecological systems.** In: Berkes, F, Colding, J., Folke, C. (Eds.) 2 Navigating Social-Ecological Systems: Building Resilience for Complexity and change. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2003.
- FRANÇA, N.P. **Conservação e desenvolvimento: o caso dos quilombolas do campinho da independência (APA de Cairuçu, Paraty, RJ).** Tese de doutorado em Engenharia na Universidade de São Paulo. São Carlos, 2001.
- GADGIL, M.; BERKES, F. & FOLKE, C. Indigenous Knowledge for Biodiversity Conservation. **Ambio**, v.22, p.119-123, 1993.
- GANDOLFO, E.S. & HANAZAKI, N. Etnobotânica e urbanização: conhecimento e utilização de plantas de restinga pela comunidade nativa do distrito do Campeche (Florianópolis, SC). **Acta Botanica Brasilica**, vol.25, no.1, Feira de Santana, 2011.
- GARROTE, V. **Os quintais Agroflorestais e suas implicações Sócio-Ambientais para a Comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty/RJ.** Relatório de Qualificação de Mestrado em Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.
- GHIRARDINI, M.P., CARLI, M, DEL VECCHIO,N., ROVATI, A., COVA,O., VALIGI,F., AGNETTI,G., MACCONI,M., ADAMO,D., TRAINA,M., LAUDINI,F., MARCHESELLI,I., CARUSO,N.,

- GEDDA,T., DONATI, F., MARZADRO,A., RUSSI,P., SPAGGIARI,C., BIANCO,M., BINDA,R., BARATTIERI,E., TOGNACCLIA., GIRARDO,M. VASCHETTIL. CAPRINO,P., SESTI,E., ANDREOZZI,G., COLETTTO,E., BELZER,G & PIERONI, A. The importance of a taste. A comparative study on wild food plant consumption in twenty-one local communities in Italy. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 3, n.22, 2007.
- GHORBANI, A. LANGENBERGER, G. XIN LIU,J. WEHNER, S., SAUERBORN, J. Diversity of medicinal and food plants as non-timber Forest products in Naban river Watershed national nature reserve (China): implicationd for livelihood improvement and biodiversity conservation. **Economic Botany**, v.66,n.2, p.178-192, 2012.
- GIRALDI, M. **Uso e Conhecimento Tradicional de Plantas Medicinais no Sertão do Ribeirão, Florianópolis/SC, Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- GIUMBELLI, E. Presença na recusa: A África dos Pioneiros umbandistas. **Revista Esboços**, v. 17, n.23, p. 107-117, 2010.
- GODELIER, M. **L'idéal et le matériel.** Paris, Fayard, 1984.
- GODOY, R., V. REYES-GARCÍA, E. BYRON, W.R. LEONARD & V. VADEZ. The effect of market economies on the Well-Being of indigenous peoples and on their use of renewable natural resources. **Annual Review of Anthropololy**, v.34, p.121-138, 2005.
- GOTTLIEB, O.R., KAPLAN, M.A.C. & BORIN, M.R.M.B. **Biodiversidade. Um enfoque químico-biológico.** Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.
- GUÉZE, M., LUZ, A.C. PANÉQUE-GALVEZ, J., MARCÍA,M.J., ORTA-MATINÉZ, M., PINO, J. REYES-GARCIA, V. Are ecologically important tree species the most useful? A case from indigenous people in the Bolivian Amazon. **Economic Botany**, 68 (1), p. 1-15, 2014.
- GUIDORIZZI, C. E. **Ecologia e comportamento do mico-leão-da-caradourada, *Leontopithecus chrysomelas* (kuhl, 1820) (primates, callitrichidae), em um fragmento de floresta semidecidual em**

- Itororó, Bahia, Brasil.** Dissertação de mestrado em Zoologia na Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2008.
- HAMILTON, W.J. Baboon sleeping site preferences and relationships to primate grouping patterns. **American Journal of Primatology**, v. 3, n.1-4, p. 41-53, 1982.
- HANAZAKI, N, LEITÃO-FILHO, H. F. & BEGOSSI, A. Uso de recursos na Mata Atlântica: o caso da Ponta do Almada (Ubatuba, Brasil). **Interciencia**, v.21, p. 268-276, 1996.
- HANAZAKI, N. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. **Biotemas**. Florianópolis, v. 16, n.1, p. 23-47, 2003.
- HANAZAKI, N. **Ecologia Humana de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** In: Etnobotânica. Begossi, A. (ed.). São Paulo: FAPESP/HUCITEC, p.37-57, 2004.
- HANAZAKI, N., TAMASHIRO, J.Y., LEITÃO-FILHO, H.F., BEGOSSI, A. Diversity of plants uses in two Caçara communities from the Atlantic Forest coast, Brazil. **Biodiversity and Conservation**. v.9, p. 597- 615, 2000.
- HANAZAKI, N., HERBST, G. MARQUES, M. VANDERBROEJ, I. Evidence of the shifting baseline syndrome in ethnobotanical research. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**. 9, 75, 2013.
- HANAZAKI, N.; GOMES, M.B.; GIRALDI, M.; MOURA, E.A.; GANDOLFO, E.S. **Conservação biológica e valorização sócio-cultural: explorando algumas conexões entre a biodiversidade e a sociodiversidade.** In: Noda, S.R. *et al.* Anais do II Encontro de Etnobiologia e etnoecologia da região Norte e II Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia. [No prelo], 2008.
- HANAZAKI, N., GANDOLFO, E.S., BENDER, M.G., GIRALDI, M., MOURA, E.A., SOUZA, C.S., PRINTES, R., DENARDI, M., KUBO, R.R. **Conservação biológica e valorização sócio-cultural: explorando conexões entre a biodiversidade e a sociodiversidade. Etnoecologia em perspectiva: natureza, cultura e conservação,** 2010.

- HARTUNG, M.F. **Nascidos na fortuna - o grupo do Fortunato: identidade e relações interétnicas entre descendentes de africanos e europeus no litoral Catarinense.** Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1992.
- HENDERSON, C.R. **Applications of linear models in animal breeding.** Ontario: University of Guelph, 462p, 1984.
- HOWARD, P. L., PURI, R. & SMITH, L. **A Scientific Conceptual Framework and Strategic Principles for the Globally Important Agricultural Heritage Systems Programme from a Social-Ecological Systems Perspective.** The Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Rome, 2006.
- IANNI, O. **Raças e Classes sociais no Brasil.** 2ª Ed, Rio de Janeiro, Editora civilização brasileira, 1972.
- IBGE. **Censo Populacional 2010.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. >. Acesso em: 27. jan. 2015.
- INCRÁ. **Instrução Normativa n. 57, de 20 de outubro de 2009.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília: O Instituto, 2009.
- INCRÁ. **Processo de Regularização de terras da comunidade remanescente de quilombo Aldeia – SR-10/SC 54210.000866/200830.** Florianópolis: [s.n.], 2011.
- JOHNS, T. J. & STHAPIT, B.R. Biocultural Diversity in the Sustainability of Developing-country Food Systems. **Food and Nutrition Bulletin**, v.25, 2, p.143–155, 2004.
- KEARNS, C.A., INOYE, D.W., WASER, N.M. Endangered Mutualisms: The Conservation of Plant-Pollinator Interactions. **Annual Review of Ecology and Systematics**, 29, 83–112, 1998.
- KUMAR, B. M. & NAIR, P. K. R. The Enigma of Tropical Homegardens. **Agroforestry Systems**, v. 61, p.135–152, 2004.

- KUMAR, B. M. & NAIR, P. K. R. **Tropical Homegardens: A Time-Tested Example of Sustainable Agroforestry**, v. 3, Springer, The Netherland, 2006.
- LACERDA, V.D. **Quintais do Sertão do Ribeirão: agrobiodiversidade sob um enfoque etnobotânico**. Trabalho de conclusão do Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- LADIO, A.H. & LOZANA, M. Patterns of use and knowledge of wild edible plants in distinct ecological environments: a case study of a Mapuche community from Northwestern Patagonia. **Biodiversity and Conservation**, v.13, n.6, p. 1153-1173, 2004.
- LADIO, A.H., LOZADA, M., WEIGANDT, M. Comparison of traditional wild plant knowledge between aboriginal communities inhabiting and forest environments in Patagonia, Argentina. **Journal of Arid Environments**, v., 69, n.7, p.695-715, 2007.
- LEITE, I. B. **As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil**. In: O'DWYER, E.C. (Org). Terra de Quilombo. Rio de Janeiro, ABA. Caderno da Associação Brasileira de Antropologia. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER), 1995.
- LEITE, I.B. **Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação**. In: LEITE, I.B. (org.) Negros do Sul do Brasil, - invisibilidade e territorialidade. Companhia das letras, Santa Catarina, 1996.
- LEITE, I.B. **Território e identidade: as classificações étnicas do Sul do Brasil**. In: XVIII ENCONTRO ANUAL, 1 GT POLÍTICA INDIGENISTA, 1 Território e Invenção Social da Etnicidade em Populações Tradicionais, ed. Ilka Boaventura Leite. NUER-UFSC, Florianópolis, 1994.
- LEITE., I.B. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Florianópolis: NUER/UFSC. Caderno de textos e debates do NUER nº 7, Etnográfica, v. 4 (2), 2000.
- LIEN, M. & NGUYEN, T. Comparing of food plant knowledge between urban Vietnamese living in Vietnam and in Hawaii. **Economic Botany**, v.57, n.4, p. 472-480, 2003.

- LIMA & SILVA, R.B. **A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade quilombola de Curiaú, Macapá-AP.** Dissertação de Mestrado em Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém, 2002.
- LIMA, R.X. *et al.* Etnobiologia de comunidades continentais da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. **Etnoecológica**, v.4, n. 6, 2000.
- LITTLE, P.E. **Territórios sócias e povos tradicionais do Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.
- LOPES, C.V.G. **O conhecimento etnobotânico da comunidade quilombola do Varzeão, Dr. Ulysses (PR): no contexto do desenvolvimento rural sustentável.** Tese de doutorado em Agronomia, Universidade Federal do Paraná, 2010.
- MARQUES, J. G. **Pescando Pescadores: Ciência e etnociência em um Perspectiva Ecológica.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2ª Ed. pp. 258, 2001.
- MARTÍNEZ-BALLESTÉ, A., MARTORELL, C. & CABALLERO, J. Cultural or ecological sustainability? The effect of cultural change on Sabal palm management among the lowland Maya of Mexico. **Ecology and Society**, v.11, n.2,p.27, 2006.
- McKEY, D., CARAVAGNARO, T.R., CLIFF, J. & GLEADOW, R. Chemical ecology in couple human and natural systems: people manioc, multitrophic interations and global change. **Chemoecology**, v.20,p. 109-133, 2010.
- MELO, S., LACERDA, V.D. & HANAZAKI, N. Espécies de restinga conhecidas pela comunidade do Pântano do Sul, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Rodriguésia**. Rio de Janeiro, 2008.
- MIRANDA, T.M. & HANAZAKI, N. Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC), Brasil. **Acta Botanica Brasilica**. v.22, n.1, p.203-205, 2008.
- MOREIRA, A.C.C. **Biodescentralização: manejando a biodiversidade em Mandira.** In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (ORG). Comunidades Tradicionais e Manejo

- dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. São Paulo, HUCITEC NUPAUB/CEC, 2004.
- MOSINA, G.K.E., MAROYI, A & Potgieter, M.J. Comparative analysis of plant use in peri-urban domestic gardens of the Limpopo Province, South Africa. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.10, n.35, 2014.
- NASCIMENTO V., R.F.P. LUCENA, M.I.S MACIEL & U.P. ALBUQUERQUE. Knowledge and use of wild food plants in areas of dry seasonal forests in Brazil. **Ecology of Food and Nutrition**, v.52, p.317-343, 2013.
- NASCIMENTO, V.T., VASCONCELOS, M.A.S., MACIEL, M.S., ALBUQUERQUE, U.P. Famine food of Brazil's seasonal dry forests: ethnobotanical and nutritional aspects. **Economic Botany**, n.66, v.1, p.22-34, 2012.
- NEGRELLE, R.R.B & FORNAZZARI, K.R.C. Estudo etnobotânico em duas comunidades rurais (Limeira e Ribeirão Grande) de Guaratuba (Paraná, Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**. São Paulo, v.9, n.2, p.36-54, 2007.
- NEWMARK, W.D.A. Land-bridge perspective on mammalian extinctions Western North American Parks. **Nature**, v. 325, p. 430-432, 1987.
- NIÑEZ, V. Household Gardens: Theoretical and Policy Considerations. **Agricultural Systems**, v.23, p.167-186, 1987.
- NOLIN, C. Kolonitraditioner i Stockholm: dess förutsättningar och uppkomst vid 1900-talets början. In: Nordiska Museets och Skansens årsbok (Ed.). Stadens odlare, Nordiska museets förslag, Västerås, Sweden. 2003.
- NOVAIS, A. M., GUARIM-NETO, G., GUARIM, V. L. M., PASA, M. C. Os Quintais e a Flora Local: um Estudo na Comunidade Jardim Paraíso, Cáceres-MT, Brasil. **Biodiversidade**, v. 10, n. 1, p. 3-12, 2011.
- NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS. **Dossiê contra a violência racial em Santa Catarina**. [on line], 2011. Disponível em: <http://www.nen.org.br/dossie.htm> data de acesso: 19/01/2015)

- O'DWYER, E.C. (org.) **Terra de Quilombos**. Edição ABA: Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, 1995.
- OATES, J.F. **Food distribution and primate behaviour**. In: Primates Societies. B.B. Smuts D.L. Cheney R.M. Seyfarth R.W. Wrangham T.T. Struhsaker, (Ed). University of Chicago Press., Chicago, p. 197-209, 1987.
- PASA, M. C. Abordagem Etnobotânica na Comunidade de ConceiçãoAçu. Mato Grosso, Brasil. **Polibotânica**, n. 31, p. 169-197, 2011.
- PASA, M.C. & ÁVILA, G. Ribeirinhos e recursos vegetais: a etnobotânica em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 195-204, 2010.
- PASA, M.C.; NEVES, W.M.S.; ALCÂNTARA, K.C. Enfoque etnobotânico das categorias de uso das plantas na unidade de paisagem quintal, Comunidade Fazenda Verde em Rondonópolis, MT. **Biodiversidade**, v. 7, n. 1, p. 3-13, 2008.
- PEDRO, J.M., CZESNAT, L.O., FALCÃO, L.P., SILVA, O.L., CARDOSO, P.F.J. & CHEREM, R.M. **Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia**. In: LEITE, I.B. (org.) Negros do Sul do Brasil, - invisibilidade e territorialidade. Companhia das letras, Santa Catarina, 1996.
- PEREIRA, B.M. & ALMEIDA, M.G. O quintal Kalunga como lugar e espaço de saberes. **Geonordeste**, ano 22, n.2, 2010.
- PEREIRA, R.M.F.A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **Geosul**, v.18, n.35, p. 99-129, 2003.
- PERUCCHI, L.C. **Etnobotânica da comunidade quilombola São Roque Pedra Branca e os conflitos de uso de seus territórios sobrepostos aos Parques Nacionais Aparatos da Serra e Serra Geral**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2009.
- PINTO, E.P.P, AMOROZO, M.C.M., FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de Mata Atlântica - Itacaré, BA, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**, v.20, n.4, p. 751-762, 2006.
- POHLMANN, G.G. A medicina popular na Ilha de Santa Catarina. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.1, n.2, 2007.

- POSEY, D. A. **Indigenous ecological knowledge and development of the Amazon**. In: Moran, E.F. (ed). The dilemma of Amazonian development. Westview, Boulder, p. 225-257, 1983.
- QGIS Development Team (2014) QGIS. **Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project**. (Disponível em: <http://qgis.osgeo.org>. Data de acesso:30/06/2014).
- QUADROS, C. **Avaliação ambiental simplificada de diferentes atividades agrícolas, estudo de caso no Município de Paulo Lopes, SC**. Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia, Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- R Development Core Team. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0, URL <http://www.R-project.org/> 2011.
- REIS, A. *et al*. **Anais Botânicos do herbário “Barbosa Rodrigues”**. Sellowia, v.56, n.63,p.11 - 256, 2011.
- REYES-GARCIA, V., VADEZ, V., TANNERMcDADE, S., HUANCA, T. LEONARD, E.W, WILDIE, D. Knowledge And Consumption of Wild Plants: a Comparative Study in Two Tsimane Villages In The Bolivian Amazon. **Ethnobotany Research and Applications**,v.3, p.201-207, 2005.
- SANTOS, D.L. **Nas encruzilhadas da cura: Crenças, saberes e diferentes práticas curativas**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2005.
- SANTOS, J. F.L. , AMOROZO, M.C.M & MING, L.C. Uso popular de plantas medicinais na comunidade rural de Vargem Grande, Município de Natividade da Serra, SP. **Revista Brasileira de plantas Medicinai**s, v.10, n.3, p.67-81, 2008.
- SARAGOUSSI, M. A.; MARTEL, J. H. I.; RIBEIRO, G. de A. Comparação na composição de quintais de três localidades de terra firme do Estado do Amazonas. **Ethnobiology: Implications and Applications**, v. 1, p. 295-3003, 1988.
- SAYNES-VÁSQUEZ, A., J. CABALLERO, J.A. MEAVE & F. CHIANG. Cultural change and loss of ethnoecological knowledge among the Isthmus Zapotecs of Mexico. **Journal of Ethnobiology**

- and Ethnomedicine**, v.9, p.40, 2013.
- SCHÄFFER, W.B. & PROCHNOW, M. **A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. APREMAVI, Brasília, 2002.
- SILVA, A. J.R. & ANDRADE, L. H.C . Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral – Mata do Estado de Pernambuco, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v.19, n.1, p.45-60, 2005.
- TERBORGH, J. **Five New World Monkeys: a study in comparative ecology**. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1983.
- TOLEDO, V. & BARRERA-BASSOLS, N.A. **Etnoecologia: uma ciência pósnormal que estuda as sabedorias tradicionais**. In: Etnobiologia e Etnoecologia: Pessoas e Natureza na América Latina. NUPEEA, p. 11-36, 2010.
- TOLEDO, V. M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**, v.1, n.1, p. 5-21, 1992.
- TOMPKINS, E. L. & ADGER, W. N. Does adaptive management of natural resources enhance resilience to climate change? **Ecology and Society**, v.9,n.2, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VASCONCELLOS, M.C. **Um olhar etnobotânico para os usos dos recursos vegetais dos terreiros de uma comunidade remanescente de quilombos do Vale do Ribeira, SP**. Dissertação de Mestrado em Agronomia. Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciências agrônômicas. Botucatu, 2004.
- VICTOR, P. & ANDRADE, L.H.C. Flora medicinal: estudo comparativo entre dois municípios de Pernambuco. **Biologia Brasilica**, v.3, n.2, p.179-200, 1991.
- VOEKS, R.A. Tropical forest healers and habitat preference. **Economic Botany**, v. 50, n.4, p.381-400, 1996.
- VOGL, C. R., VOGL-LUKASSER, B. N. & PURI, R. K. Tools and methods for data collection in ethnobotanical studies of homegardens. **Field Methods**, v. 16, p.3285–306, 2004.
- WENGER, E. **Community of Practice: learning, meaning and identity**. Combridge University Press, Cambridge, UK, 1998.

- WILLIAMS, J.T. **Identificação e proteção das origens de nossas plantas.** In: Wilson, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p.303-12, 1997.
- WITTER, N. C. **Curar com arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura.** Rio de Janeiro: UFF, n. 19, p. 13-25, 2005.
- ZANK, S. **O conhecimento sobre plantas medicinais em unidades de conservação de uso sustentável no litoral de SC: da etnobotânica ao empoderamento de comunidades rurais.** Dissertação de mestrado em Ecologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- ZENT, S. **Acculturation and ethnobotanical knowledge loss among the Piaroa of Venezuela: demonstration of a quantitative method for the empirical study of traditional ecological knowledge change.** In On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment. Ed. Maffi L. Washington DC, Smithsonian Institution, 2001.
- ZILLER, S. R. **A estepe gramíneo-lenhosa no segundo planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque à contaminação biológica.** Tese de Doutorado em Ciências Florestais. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

Anexo 2. Termo de consentimento livre esclarecido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - DEPARTAMENTO DE
ECOLOGIA E ZOOLOGIA

Termo de consentimento (autorização) para a realização de pesquisa. (O termo técnico é chamado de “Termo de anuência prévia”)

Este documento tem como objetivo explicar o que pretendemos fazer aqui e, se você concordar, pediremos para assinar no final. A participação nesta pesquisa, respondendo às perguntas que faremos, é voluntária. A qualquer momento você pode desistir de participar, sem nenhum prejuízo.

Nós somos a **Júlia Ávila**, **Kênia Valadares** e **Sofia Zank**, estudantes de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis-SC. Estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre o conhecimento de plantas em comunidades quilombolas. O nome da pesquisa é “**O conhecimento e o uso das plantas por Comunidades Quilombolas do Cento-Sul de Santa Catarina**”.

A etnobotânica é uma área de pesquisa em que se estuda o conhecimento popular sobre o uso de plantas. Além de nós, participa também desta pesquisa a professora **Natalia Hanazaki**, da UFSC. Às vezes outros alunos da UFSC podem vir nos ajudar nas pesquisas.

O que queremos com esta pesquisa é entender como os moradores usam e manejam as plantas e os ecossistemas naturais; como ocorre a transmissão desse conhecimento entre gerações; como os moradores reconhecem os ambientes ao redor da comunidade; como percebem a influência no ambiente na saúde e utilizam as plantas para a manutenção da saúde, entre outros assuntos relacionados às plantas e ao ambiente.

Algumas amostras de plantas poderão ser coletadas (folhas, frutos e raízes) e levadas para o laboratório, para serem identificadas. Mas para que este trabalho possa ser realizado, gostaríamos de pedir autorização para visitá-lo(a), conversar sobre os usos e para coletar algumas plantas em seu quintal ou roça, assim como tirar algumas fotos das plantas e de você.

A qualquer hora o senhor ou a senhora pode parar nossa conversa ou desistir de participar do trabalho, sem trazer nenhum prejuízo. Nós vamos escrever o que

nós aprendemos aqui com vocês em revistas para divulgar a pesquisa e vamos também dar aulas e palestras sobre isso para os nossos alunos na Universidade e para a toda a sociedade. Gostaríamos de, no futuro, retornar os resultados do nosso trabalho em reuniões com a comunidade que você mora, ou outras formas que você achar conveniente. Se houver alguma informação que você deseje manter em segredo, nós não iremos divulgar.

Caso tenha alguma dúvida basta me perguntar, ou nos telefonar. Nosso telefone e endereço são: Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica, Centro de Ciências Biológicas/ Departamento de Ecologia e Zoologia, Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Trindade, Bloco C, Térreo, Sala 009, Florianópolis, SC 880010-970 - Fone: (48) 3721-9460.

Pelo presente termo, atesto que estou ciente e que concordo com a realização do estudo.

Local: _____ **Data:** ____/____/____

Nome: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura do entrevistador: _____

Anexo 3. Roteiro de entrevista da pesquisa.

PROTOCOLO DE ENTREVISTA



Projeto: O conhecimento e o uso das plantas por Comunidades Quilombolas de Santa Catarina

Pesquisadoras: Julia Ávila, Kênia Valadares, Sofia Zank

Nome do entrevistador: _____	Data: _____
Comunidade: _____	Número da entrevista: _____

1. _____

Nome: _____

2. Sexo: _____

3. Idade: _____

4. Estado civil: _____ 5. _____

Escolaridade _____

6. Local de nascimento e onde já morou: _____

7. Tempo de residência na comunidade: _____

8. Religião*: _____

9. Nº de filhos: _____

10. Número de residentes: _____

Nome dos adultos	Idade

11. Principal fonte de renda*: _____ Já foi outra? Qual e quando? _____

12. Qual a renda mensal em reais ou em salários mínimos*? _____

13. Quais são as plantas que você conhece? (Listagem livre)

14. Para você, o que é o território da comunidade? Qual é o território da comunidade?

15. O território da comunidade mudou ao longo do tempo?

Não Sim, aumentou Sim, diminuiu outras respostas:

Porquê?

Quando? _____

Nº	Nome	Finalidade ¹ Med, Mad, Ali, Orn, Rit, Fer	Para que e como usa?	Parte Usada ² Fol, Flo, Fru, Cau, Cas, Gal, Sem	Forma obtenção? Cul, Esp, Com	Onde acha? ³ Mat, Qui, Cam, Mer,Res	Uso atual?	Coleta

¹ **Med-** medicinal; **Mad-** madeireiro; **Ali-** alimentício; **Orn-** ornamental; **Rit-** ritualístico; **Fer** – ferramenta, **For** - forrageira

² **Fol-** folha; **Flo-** flor; **Fru-** fruto; **Cau-** caule; **Cas-** casca; **Gal-** galho, **Sem-** semente; **Int** – planta inteira

³ **Mat-** mata; **Qui-** quintal; **Cam-** campo; **Mer-** mercado; **Res-** restinga.

Anexo 4. Lista de plantas citadas como usadas e conhecidas pelas comunidades quilombolas Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz, onde F= mata, M = mercado, Q = quintal, V= quintal de vizinhos, C = casa das ervas, Fe= feira, H = horta, R=roça, Re= restinga, Ca = campo, Fa = farmácia, O = outros, B = banhado = B, E= exótica, N = nativa e T = naturalizada.

Família	Nome Científico	Nome Popular	Nº citações	Local de obtenção	Origem
Actidiniaceae	<i>Actinidia deliciosa</i> (A. Chev.) C.F. Liang & A.R. Ferguson	kiwi	2	M	E
Adoxaceae	<i>Sambucus australis</i> Cham. & Schltdl.	sabugueiro	5	F, Q, V, C	N
Agavaceae	<i>Agave</i> sp.	piteira	1	Q	
Aizoaceae	<i>Tetragonia tetragonoides</i> (Pall.) Kuntze	espinafre	8	F, Q, Fe, M	T
Alismataceae	<i>Echinodorus</i> sp.	chapéu-de-couro	2	Q, R/H	
Amaranthaceae	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze	meracilina, meracilina-caseira, novalgina, pinicilina	8	Q, V, Ca	N
	<i>Beta vulgaris</i> L.	acelga	1	M	E
	<i>Beta vulgaris</i> L.	beterraba	48	F, Q, V, R/H, Fe, M, O	E
	<i>Celosia argentea</i> L.	crista-de-galo	2	Q	T

Amaryllidaceae	<i>Allium cepa</i> L.	cebola, cebola- cabeçada, cebola –de- cabeça	36	F, Q, V, R/H, Fe, M	E
	<i>Allium fistulosum</i> L.	cebola-de- ramo, cebola- verde, cebolinha, cebolinha- caseira (de folha), cebolinha- verde	41	Q, V, R/H, C, Fe, M, O	E
	<i>Allium sativum</i> L.	alho	19	F, Q, V, R/H, Fe, M	E
Anacardiaceae	<i>Lithraea brasiliensis</i> Marchand	estraladeira	1	V	N
	<i>Mangifera indica</i> L.	manga	2	F, Q, V, R/H, Fe, M	E
	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira, aroeira- vermelha, arueira	15	F, Q, V, R/H, O	N
Annonaceae	<i>Annona</i> cf. <i>muricata</i> L.	fruta-pão	1	V	E
	<i>Annona</i> sp.	fruta-do- conde	1	Q	
	<i>Annona squamosa</i> L.	fruta-do- onde	11	Q, V, Fe, M	E
Apiaceae	<i>Centella asiatica</i> (L.) Urb.	pata-de- mula, patinha-de- mula	3	V, Ca	T

	<i>Coriandrum sativum</i> L.	coentro	1	M	T
	<i>Cuminum cyminum</i> L.	cominho	2	Q, C, M	E
	<i>Daucus carota</i> L.	cenoura	52	F, Q, V, R/H, Fe, M, O	E
	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	funcho, erva-doce	17	Q, V, Ca, M, Fa, O	T
	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Fuss	salsa, salsinha	36	Q, V, R/H, Fe, M, O	E
	<i>Pimpinella anisum</i> L.	erva-doce	22	Q, V, C, M, Fa	E
Apocynaceae	<i>Allamanda catartica</i> L.	alamanda	1	Q	N
	<i>Asclepias curassavica</i> L.	erva-borboleta	2	Q	N
	<i>Aspidosperma olivaceum</i> Müll.Arg.	ipê	2	Q	N
	<i>Tabernaemontana catharinensis</i> A.DC.	mata-olho	1	F	N
Aquifoliaceae	<i>Ilex paraguariensis</i> A.St.-Hil.	erva-mate	1	M	N
Araceae	<i>Anthurium</i> sp.	antúrio	2	Q	
	<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott	inhame, inhame-branco, taiá, inhame-roxo	4	V, B, M	E

	<i>Dieffenbachia amoena</i> Bull.	comigo-ninguém-pode	14	F, Q, V, O	E
	<i>Epipremnum pinnatum</i> (L.) Engl.	cafezeiro-do-ato	1	Q	E
	<i>Monstera deliciosa</i> Liebm.	jibóia	1	Q	E
	<i>Philodendron corcovadense</i> Kunth	sete-facadas	1	Q	N
	<i>Spathiphyllum wallisii</i> Regel	imbé, lírio-da-paz	1	Q	E
	<i>Syngonium angustatum</i> Schott	sigônio, parasita	2	Q	N
	<i>Xanthosoma robustum</i> (L.) Schott ou <i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	taiá	8	F, Q, V, R/H, B, F, M	ver
Araliaceae	<i>Hedera helix</i> L.	hera	1	Q	E
	<i>Schefflera arboricola</i> (Hayata) Merr.	cheflória	1	Q	E
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	araucária, pinhão	2	F, V, M	N
Arecaceae	<i>Archontophoenix cunninghamiana</i> H. Wendl. & Drude	palmeira-real	2	Q	E
	Arecaceae spp.	palmeira	6	Q, M	
	<i>Butia catarinensis</i> (Noblick & Lorenzi)	butiá	9	F, Q, Re	N

	<i>Cocos nucifera</i> L.	côco	4	Q, M	N
	<i>Dypsis</i> <i>lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	areca, palmeira	1	Q	E
	<i>Euterpe edulis</i> Mart.	palmeira- juçara, palmiteiro- juçara, palmito	3	F, Q	N
	<i>Phoenix</i> <i>roebelenii</i> O'Brien	palmeira- fênix	1	Q	E
	<i>Syagrus</i> <i>romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	coqueiro	5	F, Q, V, B	N
Aristolochiaceae	<i>Aristolochia</i> <i>triangularis</i> Cham. & Schltdl.	cipó-milô, cipó- milome, cipó- milongi, cipó- milongo, cipó-mil- homens	8	F, V, B, Ca, O	N
Asparagaceae	<i>Asparagus</i> <i>setaceus</i> (Kunth) Jessop	bambu-de- salão, bambu- japonês	2	Q	E
	<i>Dracaena</i> <i>marginata</i> Lam.	dracena, marginata	2	Q	E
	<i>Sansevieria</i> <i>trifasciata</i> Prain	espada-de- são-jorge, espada- iansã, espada-são- jorge	14	Q, V	E

Asteraceae

<i>Acanthospermum australe</i> (Loefl.) Kuntze	cavalinho-da terra	1	Ca	N
<i>Achillea millefolium</i> L.	camomila	1	Q	E
<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam) DC.	macela, macela-amarela, macela-do-campo, macela-galega, marcela, marcela-da-quaresma	12	F, B, Ca, C, M	N
<i>Artemisia absinthium</i> L.	losna	5	Q, O	E
<i>Artemisia vulgaris</i> C.B. Clarke	bem-senhor	1	Q	T
<i>Baccharis cf. sagittalis</i> (Less.) DC.	vassoura-carqueja	1	F	N
<i>Baccharis</i> sp.	carqueja, vassoura-carqueja	5	Q, B, Ca, Re	
<i>Bidens pilosa</i> L.	picão, picão-preto	14	F, Q, V, Ca	T
<i>Calea uniflora</i> Less.	arnica	5	F, V, B, Ca	N
<i>Cichorium intybus</i> L.	almeirão	1	M	E
<i>Cichorium</i> sp.	chicória	1	M	
<i>Cnicus benedictus</i> L.	cardo-santo	11	Q, V, C, Fa	E
<i>Cotula australis</i> (Sieber ex Spreng.) Hook. f.	macela-galega, marcela-galega, marcela-rasteira	26	F, Q, V, R/H, B, Ca, M	E

<i>Cynara</i> sp.	alcachofra	7	Q, V, C	
<i>Dahlia pinnata</i> Cav.	dália	2	Q	E
<i>Dendranthema grandiflorum</i> (Ramat.) Kitam.	crisantimo	1	O	E
<i>Helianthus annuus</i> L.	girassol	3	Q, O	E
<i>Lactuca sativa</i> L.	alface	74	F, Q, V, R/H, Fe, M, O	E
<i>Leucanthemum vulgare</i> Lam.	margarida	5	Q, O	E
<i>Matricaria recutita</i> L.	camomila, maçanilha	21	Q, V, R/H, C, M	E
<i>Mikania</i> cf. <i>glomerata</i> Spreng.	guaco	1	Q	N
<i>Mikania laevigata</i> Sch.Bip. ex Baker Wild.	guaco	2	Q	N
<i>Mikania</i> spp.	guaco	1	F, Q, V	
<i>Tanacetum parthenium</i> (L.) Sch. Bip.	rainha-das- ervas	12	F, Q, V	E
<i>Tanacetum vulgare</i> L.	erva-mulata	2	Q	T
<i>Tithonia diversifolia</i> (Hemsl.) A.Gray	boldo	1	V	T
<i>Vernonia condensata</i> Baker	figatil	6	F, Q, V	E

	<i>Vernonia</i>	assa-peixe	2	Ca, O	E
	<i>polyanthes</i> (Spreng.) Less.				
Begoniaceae	<i>Begonia</i> sp.	begônia	1	Q	
Bignoniaceae	<i>Handroanthus</i>	aipé, ipê,	7	F, Q,	N
	<i>chrysotrichus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	ipê-amarelo		B	
	<i>Handroanthus</i>	aipé, ipê	2	F, Q	N
	<i>heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos				
	<i>Handroanthus</i>	aipê, ipê,	2	F, Q	
	spp. Mattos	ipê-roxo			
	<i>Pyrostegia</i>	cipó-de-	2	F	N
	<i>venusta</i> (Ker Gawl.) Miers	são-joão			
Bixaceae	<i>Bixa orellana</i> L.	coloral, coloral- ancum, urucum	3	Q, V, M	N
		confrei	2	Q	E
Boraginaceae	<i>Symphytum</i> <i>officinale</i> L.				
	<i>Varronia</i>	erva-	5	F, Q,	N
	<i>curassavica</i> Jacq.	baleeira, mijo-de- grilo		R/H, Ca	
	<i>Varronia</i>	baleeira	1	Q	E
	<i>verbenacea</i> (DC.) Borhidi				
Brassicaceae	<i>Brassica</i>	brócolis,	8	Q, V,	E
	<i>oleracea</i> L.	couve- flor		R/H, Fe, M, O	
	<i>Brassica napus</i> L.	nabo	6	R/H, Fe, M	E
	<i>Brassica rapa</i> L.	couve, couve- manteiga, repolho	6	Q, Fe, M	T

	<i>Coronopus didymus</i> (L.) Sm.	mastruncho , menstruncho, mestruz	6	F, Q, V, Ca, C	N
	<i>Eruca vesicaria</i> (L.) Cav.	rúcula	17	Q, V, R/H, Fe, M, O	E
	<i>Raphanus sativus</i> L.	rabanate	7	Q, V, Fe, M	T
Bromeliaceae	<i>Aloe</i> sp.	babosa	1	V	
	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.	abacaxi	1	Q, Fe, M	N
	Bromeliaceae spp.	bromélia	6	F, Q	
	<i>Tillandsia aeranthos</i> (Loisel.) L.B.Sm.	gravatá, gravatá-laranjeira	3	F, Q	N
	<i>Tillandsia usneoides</i> (L.) L.	barba-de-velho	2	Q	N
Cactaceae	<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	ora-pro-nobis	1	Q	N
	<i>Schlumbergera truncata</i> (Haw.) Moran	flor-de-maio	1	Q	N
Cannabaceae	<i>Trema micranta</i> (L.) Blume	gramoinha	1	F	N
Caricaceae	<i>Carica papaya</i> L.	mamão, mamão-fêmea	29	Q, V, Fe, M	T
Caryophyllaceae	<i>Dianthus caryophyllus</i> L.	cravo	1	Fe, O	N
Celastraceae	<i>Maytenus aquifolia</i> Mart.	espinheira santa	6	F, V, B, Ca	N
Clusiaceae	<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi	baquipari	1	F	N

Combretaceae	<i>Terminalia catappa</i> L.	amendoeira	3	Q, Ca, O	T
Convolvulaceae	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	batata-doce, batata	37	F, Q, V, R/H, Fe, M	T
Costaceae	<i>Costus spicatus</i> (Jacq.) Sw.	cana-do-brejo	5	Q	E
Crassulaceae	<i>Bryophyllum</i> cf. <i>pinnatum</i> (Lam.) Oken	fortuna	1	V	E
	Crassulaceae spp.	fortuna	1	Q	
Cucurbitaceae	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum & Nakai	melância	16	Q, V, Fe, M, O	T
	<i>Cucumis anguria</i> L.	maxixi	1	Fe	N
	<i>Cucurbita máxima</i> Duchesne	abóbora	2	Q, M	E
	<i>Cucumis sativus</i> L.	pepino	6	Q, Fe, M	E
	<i>Cucurbita</i> sp. 1	abóbora-menina, pescoçuda, abóbora-pescoço-comprido	2	R/H, M	
	<i>Cucurbita</i> spp.	abóbora	2	F, Q, V, R/H, Fe, M	
	<i>Luffa operculata</i> (L.) Cogn.	buchinha-do-norte	1	C	N
	<i>Luffa</i> sp.	infergão, esfregão, bucha	1	Q	

	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw.	machuchu, chuchu, maschucho	28	Q, V, R/H, Fe, M	E
Cupressaceae	<i>Cupressus sempervirens</i> L.	pinheiro	1	Q	E
Dilleniaceae	<i>Dillenia indica</i> L.	coco- do- adão	1	O	E
Ebenaceae	<i>Diospyros kaki</i> Thunb.	caqui	5	Q, V, Fe, M	E
Equisetaceae	<i>Equisetum giganteum</i> L.	erva/capim- cavalinha	1	Q	E
Ericaceae	<i>Rhododendron simsii</i> Planch.	azaléia	2	Q	E
Euphorbiaceae	<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp.	tamanqueir o	1	F	N
	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll.Arg.	carrião	1	F	N
	<i>Aleurites fordii</i> Hemsl.	anogueira, anogueiro, anoz, anozeira, anogueiro, nogueira, nogueira, anoz	12	F, V, R/H	E
	<i>Croton cf. celtidifolius</i> Baill.	sangue-de- dalva, sangue-de- dava	2	Q	N
	<i>Euphorbia pulcherrima</i> Willd. ex Klotzsch	espírito- santo, bico- de- papagaio, poinseter, flor-do- divino	2	Q	E
	<i>Euphorbia tirucalli</i> L.	pau -pelado	1	Q	N

Fabaceae

<i>Jatropha multifida</i> L.	mercúrio	2	V, C	E
<i>Manihot esculenta</i> Crantz	aipim, mandioca	116	F, Q, V, R/H, Fe, M, O	N
<i>Ricinus communis</i> L.	mamoneira	1	Ca	N
<i>Tragia volubilis</i> L.	insulina	1	Q	N
<i>Andira anthelmia</i> (Vell.) J.F. Macbr.	angelim	4	F	N
<i>Arachis hypogaea</i> L.	amendoim	25	Q, V, R/H, Fe, M, O	T
<i>Bauhinia forficata</i> Link	pata-de- vaca	12	F, Q, V	N
<i>Cajanus cajan</i> (L.) Huth	feijão, andu	2	Q	E
<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.) Raf.	framboiam	1	Q	N
<i>Glycine max</i> (L.) Merr.	soja	1	Fe, M	E
<i>Inga marginata</i> Willd.	angazeiro, feijão-do- mato	2	F	N
<i>Mimosa bimucronata</i> (DC.) Kuntze	pinheiro- vermelho	1	F	N
<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	garuva	1	F	N
<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	feijão, vagem	41	Q, V, R/H, Fe, M, O	N

	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F.Macbr.	jacaré	2	F, Q	N
	<i>Schizolobium parahyba</i> (Vell.) Blake	garapuvu, guarapuvu	6	F, Q	N
	<i>Zollernia ilicifolia</i> (Brongn.) Vogel	espinheira, espinheira-santa, espinheiro-santo	7	F, Q, V, R/H	N
Gesneriaceae	<i>Saintpaulia</i> sp.	violeta	6	Q, V, M, O	
Hydrangeaceae	<i>Hydrangea macrophylla</i> (Thunb.) Ser.	hortênsia	1	Q	E
Lamiaceae	<i>Lavandula angustifolia</i> Mill.	alfazema	9	Q, V	E
	<i>Lavandula officinalis</i> Chaix	alfazema	1	V	E
	<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) R. Br.	cordão-de-são-francisco	1	Q	T
	<i>Melissa officinalis</i> L.	erva-doce, cidreira, erva-cidreira	54	F, Q, V, R/H, B, C, Fe, M, Fa	E
	<i>Mentha pulegium</i> L.	poejo	7	Q, Q, V, O	T
	<i>Mentha</i> spp.	hortelã	57	F, Q, V, R/H, C, Fe, M, Fa	
	<i>Ocimum basilicum</i> L.	manjeriçã	9	Q, V, M	E

Lauraceae

<i>Ocimum selloi</i> Benth.	erva-doce	5	Q, V	N
<i>Ocimum</i> spp.	alfavaca	4	Q, V	
<i>Origanum vulgare</i> L.	orégano	1	V	E
<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	boldo	27	Q, V, Ca	E
<i>Plectranthus ornatus</i> Codd	boldo, boldo- miúdo, boldo- pequeno	3	Q, V	E
<i>Plectranthus</i> spp.	boldo	12	Q, V, M	
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	alecrim	42	Q, V	E
<i>Salvia splendens</i> Sellow ex Wied-Neuw.	sálvia	1	V	N
<i>Cinnamomum verum</i> J.Presl	canela	1	F	E
<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Blume	canela	3	C, M	E
<i>Laurus nobilis</i> L.	loro, louro	28	F, Q, V, C, M, Fa, O	E
<i>Nectandra megapotamica</i> (Spreng.) Mez	canela, canela- amarela	4	F, R/H	N
<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees & Mart.	canela- branca	1	F	N
<i>Ocotea pulchella</i> (Nees & Mart.) Mez	canela- pimenta	1	F	N
<i>Persea americana</i> Mill.	abacate	32	Q, V, Fe, M	T

Liliaceae	<i>Lilium speciosum</i> Thunb.	lírios	1	B	E
Lippia alba	<i>Matricaria recutita</i> L.	camomila	1	V	E
Lythraceae	<i>Cuphea carthagenensis</i> (Jacq.) J. F. Macbr.	7-sangrias, erva-de-7-sangrias	2	Q, B, V, C	N
	<i>Punica granatum</i> L.	baga-romana, romã, romana	4	Q, V	E
Malpighiaceae	<i>Malpighia emarginata</i> DC.	acerola	16	Q, V, M	E
Malvaceae	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench	quiabo	3	Fe, M, O	E
	<i>Hibiscus</i> sp.	hibisco	2	Q	
	<i>Malva parviflora</i> L.	malva, malva-de-dente	26	Q, V, Ca, C, M, Fa	E
Melastomaceae	<i>Miconia ligustroides</i> (DC.) Naudin	vassourão, espiqueiá	4	F, M	N
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	canjerana	1	F	N
	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	cedro	3	F, O	N
	<i>Melia azedarach</i> L.	biguaçu, cinamomo	4	Q	E
	<i>Trichilia casaretti</i> C. DC.	baga-de-sabiá	2	F	N
	<i>Trichilia claussonii</i> C. DC.	guacá	1	F	N
Monimiaceae	<i>Mollinedia elegans</i> Tul.	cafezeiro-do-mato	1	F	N

Moraceae	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	jaca	1	V	T
	<i>Ficus carica</i> L.	figo	2	V, M	E
	<i>Ficus</i> spp.	figueira	1	F, Q, V	
	<i>Morus nigra</i> L.	amora	7	F, Q, V, Fe	E
Musaceae	<i>Musa</i> sp.	banana	89	F, Q, V, R/H, Fe, M, O	
Myristicaceae	<i>Myristica fragrans</i> Houtt.	noz-moscada	3	Q, M	E
Myrtaceae	<i>Campomanesia reitziana</i> D. Legrand	cerejeira	1	F	N
	<i>Eucalyptus</i> cf. <i>citriodora</i> Hook	eucaliptolima, eucaliptolimão	4	Q, V	E
	<i>Eucalyptus</i> spl.	eucaliptolima, eucaliptolimão	3	Q, V	
	<i>Eucalyptus</i> spp.	Acaliptomiúdo, eucalipto, eucaliptolimão, eucaliptus	16	F, Q, V, O	
	<i>Eugenia uniflora</i> L.	pitanga, pitangueira-preta, pitangueiravermelha	23	F, Q, V, O	N
	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.	guamirimgarrada	1	F	N

	<i>Myrciaria floribunda</i> (H.West ex Willd.) O. Berg	cambuim	2	F, M	N
	<i>Plinia trunciflora</i> (O.Berg) Kausel	jaboticaba	28	F, Q, V, R/H, Fe, M	E
	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	jaboticaba	9	F, Q, V, Fe, M	E
	<i>Psidium guajava</i> L.	aracá	67	F, Q, V, R/H, Ca, Fe, M	T
	<i>Syzygium cumini</i> (L.) Skeels	baguaçu, biguaçu, jambolão, cereja, iyambre, joão-bolão, jambre	27	F, Q, V	T
	<i>Syzygium jambolanum</i> (Lam.) DC.	biguaçu	1	Q	E
	<i>Syzygium jambos</i> (L.) Alston	jambo	2	F, Q	T
Nyctaginaceae	<i>Mirabilis jalapa</i> L.	boa- noite	1	Q	T
Oleaceae	<i>Jasminum officinale</i> L.	jasmim	1	O	E
	<i>Ligustrum lucidum</i> W.T. Aiton	leguster	1	Q	E
Orchidaceae	<i>Cattleya intermedia</i> Graham	parasita	1	Q	N
	Orchidaceae sp. 1	orquídea, orquídea-jasmim	1	F, Q, V, B, Ca, O	

Oxalidaceae	<i>Averrhoa</i>	carambola	5	Q, V,	E
	<i>carambola</i> L.			M	
Passifloraceae	<i>Oxalis</i> sp.	trevo	1	Q	
	<i>Passiflora</i>	maracujá	1	Q	N
	<i>alata</i> Curtis				
	<i>Passiflora</i>	maracujá	5	Q, V,	N
	<i>edulis</i> Sims			M	
	<i>Passiflora</i> spp.	maracujá	19	Q, V,	
				R/H,	
				Fe,	
				M, O	
Peraceae	<i>Pera glabrata</i>	saca-	1	F	N
	(Schott) Poepp.	ligueiro			
	Ex Baill.				
Phyllanthaceae	<i>Phyllanthus</i> cf.	quebra-	1	Q	N
	<i>tenellus</i> Roxb.	pedra			
	<i>Phyllanthus</i>	quebra-	14	F, Q,	
	spp.	pedra		V,	
				R/H,	
				Ca, O	
Phytolaccaceae	<i>Petiveria</i>	guiné	14	Q, V,	T
	<i>alliacea</i> L.			B	
Pinaceae	Pinaceae spp.	pinheiro	2	V, Re	
	<i>Pinus</i> spp.	pinus,	6	F, Q,	
		cedrinho,		Ca,	
		cedro		M, O	
Piperaceae	<i>Piper</i>	pariparoba	1	B	N
	<i>umbellatum</i> L.				
Plantaginaceae	<i>Plantago</i> spp.	tacha,	21	F, Q,	
		tancha,		V, B,	
		tanchagem,		Ca	
		tansagem,			
		transagem,			
		transás,			
		trechá,			
		trichá,			
		trinchá			

Poaceae

<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	cana-cidreira, cana-limão, cana-cidreira, capim-cidrão, capim-cidreira, capim-limão, capim-santo, capim-cidreira, capim-limão	56	F, Q, V, Ca, C, M, O	T
<i>Avena strigosa</i> Schreb.	aveia	1	Q	E
Bambusoideae spp.	bambo, bambu, bambu miúdo, bambuçu, taquara	6	F, Q, V, O	
<i>Oryza sativa</i> L.	arroz	8	R/H, M	E
<i>Cenchrus purpureus</i> (Schumach.) Morrone	cameron, capim - cameron	3	Q, Ca	T
Poaceae spp.	capim, capim -do-reino, capim-melão, língua-de-vaca	4	Q, R/H	
<i>Saccharum</i> sp.	cana, cana-de-açúcar, cana-de-cheiro	39	Q, V, R/H, M	

	<i>Urochloa</i> sp.	braquiara	1	B	
	<i>Zea mays</i> L.	milho, milho-doce, milho-roxo, milho- verde	68	Q, V, R/H, Fe, M, O	E
Polygalaceae	<i>Polygala cyparissias</i> A.St.-Hil. & Moq.	gelol-da- praia	1	Re	N
Polypodiaceae	<i>Platynerium bifurcatum</i> (Cav.) C. Chr.	chifre-de- veado	1	Q	E
Primulaceae	<i>Myrsine coriacea</i> (Sw.) R.Br. ex Roem. & Schult.	capiroca, capiroca	2	F, Q	N
Pteridophyta	Pteridophyta spp.	samambaia	5	Q, Fe	
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl.	ameixa, ameixa- amarela, ameixa amarelinha	24	Q, V, Fe	T
	<i>Fragaria</i> spp.	morango	13	Q, V, R/H, Fe, M, O	
	<i>Malus communis</i> Desf.	maçã	29	Q, Fe, M, O	E
	<i>Prunus persica</i> (L.) Batsch	pêssego	19	Q, V, Fe, M	E
	<i>Prunus</i> spp.	ameixa, ameixa- branca, ameixa-do- mercado, ameixa- roxa	5	Q, Fe, M	
	<i>Pyrus</i> spp.	pêra	5	Fe, M	

	<i>Rosa chinensis</i> Jacq.	rosa-verde	1	Q	E
	<i>Rosa</i> spp.	rosa, rosa-branca, rosa-vermelha, rosa-branca	25	Q, V, R/H, C, Fe, O	
	<i>Spiraea pumila</i> hort.	grinalda-de-noiva	1	Q	E
Rubiaceae	<i>Coffea arabica</i> L.	café	16	Q, V, R/H, M	E
	<i>Posoqueria latifolia</i> (Rudge) Schult.	baga-de-macaco	1	F	N
Rutaceae	<i>Citrus</i> <i>deliciosa</i> Ten.	vergamota, limão	2	Fe, M	E
	<i>Citrus limonia</i> (L.) Osbeck	limão-verde,	1	Q, M	E
	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	laranja, limão	44	Q, V, Fe, M, O	E
	<i>Citrus</i> spp. 1	laranja, laranja-cravo, laranja-lima, laranjeira	73	F, Q, V, Fe, M, Fa, O	
	<i>Citrus</i> spp. 2	cidra	1	V	
	<i>Citrus</i> spp. 3	cidra, limão, limão-galego	56	F, Q, V, Fe, M, O	
	<i>Citrus</i> spp. 4	bergamota, tangerina, vergamorte, vergamota, vergamote, vergamoti	41	F, Q, V, Fe, M, Fa, O	

	<i>Esenbeckia grandiflora</i> Mart.	cutia	1	F	N
	<i>Ruta graveolens</i> L.	arruda	33	Q, V, C, M, O	E
	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.	mamica-de-porca	3	F	N
Santalaceae	<i>Phoradendron piperoides</i> (Kunth) Trel.	erva-passarinho	1	V	N
Sapindaceae	<i>Dodonaea viscosa</i> Jacq.	bassurão	1	Q	N
	<i>Fyba intermedia</i> Radlk.	camboatá, canguatá, cobatá, combatá	3	F, M	N
Solanaceae	<i>Capsicum annuum</i> L.	pimentão	3	Q, V, Fe, M, O	N
	<i>Capsicum</i> spp.	pimenta, pimentinha	3	Q	
	<i>Solanum aethiopicum</i> L.	jiló	1	O	E
	<i>Solanum lycopersicum</i> Lam.	tomate	48	Q, V, R/H, Fe, M, O	E
	<i>Solanum melongena</i> L.	berinjela	7	Q, V, Fe, M	E
	<i>Solanum pseudoquina</i> A. St.-Hil.	canema-miúda, canemeira	4	F, Q	
	<i>Solanum tuberosum</i> L.	batata, batata-ingles, batata-inglesa	22	Q, V, Fe, M	E
Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	embaúva	1	F	N

Verbenaceae	<i>Urtica</i> sp.	urtiga	1		
	<i>Aloysia</i> <i>gratissima</i> (Gillies & Hook.) Tronc.	erva-santa	4	Q, V	N
	<i>Aloysia</i> <i>triphylla</i> Royle	cidrão	2	Q, V	E
	<i>Duranta repens</i> L.	pingo-d`- ouro	4	Q	E
	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E. Br. Ex Britton & P. Wilson	melissa, melissia, salvia	17	Q, V, Ca, C	N
	<i>Stachytarpheta</i> <i>cayennensis</i> (Rich.) Vahl	gervão- preto, gervão- roxo	3	F, Ca, O	N
Vitaceae	<i>Cissus</i> <i>sicyoides</i> L.	insulina	1	V	E
	<i>Vitis</i> spp.	uva	22	Q, V, Fe, M	
Xanthorrhoeaceae	<i>Vitis vinifera</i> L.	uva	3	Q	E
	<i>Aloe</i> <i>arborescens</i> Mi ll.	babosa	4	Q, V	E
	<i>Aloe</i> sp.	babosa	13	Q, V, O	

Anexo 5. Espécies presentes nos quintais das comunidades quilombolas Aldeia, Morro do Fortunato e Santa Cruz, onde E= exótica, N = nativa, T= naturalizada, A = observada na comunidade Aldeia, MF= observada na comunidade Morro do Fortunato e S = observada na comunidade Santa Cruz.

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
Acanthaceae	Acanthaceae spp.		MF
	<i>Hypoestes phyllostachya</i> Baker	E	MF, S
	<i>Sanchezia</i> sp.		MF
	<i>Sanchezia speciosa</i> Leonard	E	MF
	<i>Thunbergia alata</i> Bojer ex Sims	T	A
Agavaceae	Agavaceae spp.		S
Aizoaceae	<i>Carpobrotus edulis</i> (L.) N.E. Br.	T	A, MF, S
	<i>Lampranthus productus</i> N.E. Br.	E	A
	Amaranthaceae	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze	N
Amaranthaceae spp.			S
<i>Amaranthus</i> sp.			A, MF
<i>Beta vulgaris</i> L.		E	A
<i>Blutaparon portulacoides</i> (A. St.-Hil.) Mears		N	A, MF, S
<i>Celosia argentea</i> L.		T	A
<i>Dysphania ambrosioides</i> (L.) Mosyakin & Clemants		T	A
<i>Chenopodium</i> sp.			A
<i>Iresine herbstii</i>		E	MF
<i>Spinacia oleracea</i> L.		E	A
Amaryllidaceae	<i>Allium fistulosum</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Allium sativum</i> L.	E	A
	<i>Crinum americanum</i> L.	N	MF
Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	N	A, MF, S
	<i>Spondias purpurea</i> L.	E	A
Annonaceae	<i>Annona</i> cf. <i>muricata</i> L.	E	A
	<i>Annona squamosa</i> L.	E	S
Apiaceae	<i>Centella asiatica</i> (L.) Urb.	T	A, MF
	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	T	A, MF, S

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
Apocynaceae	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Fuss	E	A, MF
	<i>Allamanda cathartica</i> L.	N	A, MF, S
	<i>Allamanda</i> sp.		MF, S
	<i>Asclepias curassavica</i> L.	N	A, S
	<i>Catharanthus roseus</i> (L.) G. Don	E	A, MF, S
	<i>Gomphocarpus physocarpus</i> E. Mey.	T	MF, S
Araceae	<i>Nerium oleander</i> L.	E	A
	<i>Anthurium apiculatum</i> K. Krause	E	A
	<i>Anthurium cf. andraeanum</i> Linden	E	A
	<i>Anthurium</i> sp. 1		A
	<i>Anthurium</i> sp. 2		A
	<i>Anthurium</i> sp. 3		A
	<i>Anthurium</i> sp. 4		A
	<i>Anthurium</i> sp. 5		A
	<i>Anthurium</i> sp. 6		A
	<i>Anthurium</i> spp.		A, MF
	<i>Anthurium standleyi</i> Croat & R.A. Baker	E	A
	<i>Colocasia esculenta</i> (L.) Schott	E	A, MF, S
	<i>Dieffenbachia amoena</i> Bull.	E	A, MF, S
	<i>Monstera deliciosa</i> Liebm.	E	A
	<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott	N	A, MF, S
	<i>Philodendron hederaceum</i> (Jacq.) Schott	N	A, MF, S
	<i>Philodendron</i> sp.		A
	<i>Spathiphyllum</i> sp.		A
	<i>Syngonium</i> sp.		A, MF
	<i>Xanthosoma robustum</i> Schott	E	A, MF, S
<i>Syngonium angustatum</i> Schott	N	A, MF, S	
Araliaceae	<i>Hedera helix</i> L.	E	A
	<i>Hydrocotyle boniriensis</i> Lam.	N	A, S

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Polyscias guilfoylei</i> (W. Bull) L.H. Bailey	E	A, S
	<i>Schefflera actinophylla</i> (Endl.) Harms	T	A
	<i>Schefflera arboricola</i> (Hayata) Merr.	E	A, MF, S
	<i>Schefflera calva</i> (Cham.) Frodin & Fiaschi	N	MF
	<i>Schefflera</i> sp.		S
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	N	A, MF
	<i>Archontophoenix cunninghamiana</i> H. Wendl. & Drude	E	A, S
Areceaceae	Areceaceae spp.		A, MF, S
	<i>Butia catarinenses</i> Noblick & Lorenzi	N	A, MF
	<i>Chamaedorea fragrans</i> (Ruiz & Pav.) Mart.	E	A
	<i>Dypsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	E	A
	<i>Euterpe edulis</i> Mart.	N	MF, S
	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	N	A, MF, S
Asparagaceae	<i>Agave</i> sp.		A
	<i>Agave americana</i> L.	E	S
	<i>Agave angustifolia</i> Haw.	E	MF, S
	<i>Agave attenuata</i> Salm-Dyck	E	A, MF, S
	<i>Asparagus cf. densiflorus</i> (Kunth) Jessop	E	A, S
	<i>Asparagus setaceus</i> (Kunth) Jessop	E	MF
	<i>Chlorophytum comosum</i> (Thunb.) Jacques	E	A, MF, S
	<i>Cordyline fruticosa</i> (L.) A. Chev.	E	A
	<i>Cordyline</i> sp.		A, MF
	<i>Cordyline terminalis</i> (L.) Kunth	E	A, MF
	<i>Dracaena marginata</i> Lam.	E	A, MF
	<i>Dracaena</i> sp.		A

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Furcraea foetida</i> (L.) Haw.	T	A, MF, S
	<i>Furcraea</i> sp.		A
	<i>Sansevieria cylindrica</i> Bojer	E	A
	<i>Sansevieria trifasciata</i> Prain	E	A, MF, S
	<i>Yucca guatemalensis</i> Baker	E	A, S
Asteraceae	<i>Achillea millefolium</i> L.	E	A, S
	<i>Argyranthemum frutescens</i> (L.) Sch. Bip.	E	MF
	<i>Artemisia sect. absinthium</i> (Mill.) DC.	E	A, S
	<i>Artemisia vulgaris</i> L.	T	A
	<i>Baccharis calvescens</i> DC.	N	MF
	<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.	N	S
	<i>Baccharis</i> sp.		S
	<i>Baccharis</i> sp. 1		MF
	<i>Baccharis crispa</i> Spreng.	N	A
	<i>Bidens</i> spp.		A, MF, S
	<i>Chaptalia nutans</i> (L.) Pol.	N	MF
	<i>Chrysanthemum parthenium</i> (L.) Bernh.	E	A, MF, S
	<i>Cichorium intybus</i> L.	E	A
	<i>Conyza chilensis</i> Spreng.	E	A, MF
	<i>Cynara scolymus</i> L.	E	MF, S
	<i>Dahlia pinnata</i> Cav.	E	A, MF, S
	<i>Dendranthema grandiflorum</i> (Ramat.) Kitam.	E	A, MF
	<i>Elephantopus mollis</i> Kunth	N	A, MF, S
	<i>Emilia fosbergii</i> Nicolson	N	A, MF
	<i>Eupatorium</i> sp.		A, S
	<i>Gamochoaeta americana</i> (Mill.) Wedd.	N	A, MF, S
	<i>Heliantheae</i> sp.		A, MF, S
	<i>Heliantheae</i> sp. 2		MF
	<i>Helianthus annuus</i> L.	E	MF
	<i>Hypochaeris</i> sp.		MF
	<i>Hypochaeris chillensis</i> (Kunth) Britton	N	A
	<i>Lactuca sativa</i> L.	E	A, MF
	<i>Leucanthemum vulgare</i> Lam.	E	A, S
	<i>Mikania glomerata</i> Spreng.	N	S

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Mikania involocrata</i> Hook. & Arn.	N	A
	<i>Mikania laevigata</i> Sch. Bip. ex Baker	N	A
	<i>Mikania</i> sp.		S
	<i>Pterocaulon</i> sp.		S
	<i>Tanacetum vulgare</i> L.	T	A, S
	<i>Taraxacum officinale</i> F.H. Wigg.	E	A, MF, S
	<i>Taraxacum</i> sp.		A, MF, S
	<i>Tithonia diversifolia</i> (Hemsl.) A. Gray	T	A, S
	<i>Vernonia</i> cf. <i>polyanthes</i> (Spreng.) Less.	E	A, MF
	<i>Gymnanthemum amygdalinum</i> (Delile) Sch.Bip. ex Walp.	E	A
	<i>Vernonia polyanthes</i> (Spreng.) Less.	E	A, S
	<i>Vernonia tweediana</i> Baker	E	MF, S
	<i>Sphagneticola trilobata</i> (L.) Pruski	N	MF, S
Balsaminaceae	<i>Impatiens walleriana</i> Hook. f.	T	A
Begoniaceae	<i>Begonia aconitifolia</i> DC.	N	A, MF
	<i>Begonia bowerae</i> Ziesenh.	E	MF
	<i>Begonia rex</i> Putz.	E	S
	<i>Begonia</i> sp.		A
	<i>Begonia</i> sp. 1		A
	<i>Begonia</i> sp. 3		A
	<i>Begonia</i> sp.2		A, MF
	<i>Begonia</i> spp.		A
Bignoniaceae	<i>Amphilophium crucigerum</i> (L.) L.G. Lohmann	N	MF
	Bignoniaceae spp.		A
	<i>Handroanthus chrysotrichus</i> (Mart. ex A. DC.) Mattos	N	A, MF
	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> (Vell.) Mattos	N	MF
	<i>Jacaranda mimosifolia</i> D. Don	E	A

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Tecoma capensis</i> (Thunb.) Lindl.	E	A, MF
Bixaceae	<i>Bixa orellana</i> L.	N	A, MF
Blechnaceae	<i>Blechnum brasiliense</i> Desv.	N	A, MF
Boraginaceae	<i>Cordia</i> sp.		S
	<i>Symphytum officinale</i> L.	E	A
	<i>Varronia curassavica</i> Jacq.	N	A, S
Brassicaceae	<i>Brassica napus</i> L.	E	A
	<i>Brassica oleracea</i> L.	E	A
	<i>Brassica sylvestris</i> Mill.	E	A, S
	<i>Coronopus didymus</i> (L.) Sm.	N	A, MF, S
	<i>Nasturtium officinale</i> W.T. Aiton	E	A
Bromeliaceae	<i>Aechmea nudicaulis</i> (L.) Griseb.	N	A, MF
	<i>Aechmea</i> spp.		A, MF
	<i>Ananas bracteatus</i> (Lindl.) Schult. & Schult. f.	N	A
	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.	N	MF
	<i>Billbergia zebrina</i> (Herb.) Lindl.	N	MF
	Bromeliaceae spp.		A, MF, S
	<i>Edmundoa lindenii</i> (Regel) Leme	N	MF
	<i>Canistropsis billbergioides</i> (Schult. & Schult.f.) Leme	E	A
	<i>Nidularium innocentii</i> Lem.	N	A, MF
	<i>Tillandsia aeranthos</i> (Loisel.) L.B. Sm.	N	A, MF
	<i>Vriesea friburgensis</i> Mez	N	A, MF
	<i>Vriesea gigantea</i> Mart. ex Schult. f.	N	A, MF
	<i>Wittrockia</i> sp.		A
	<i>Wittrockia superba</i> Lindm.	N	A, MF, S
Cactaceae	<i>Cereus undatus</i> Haw.	T	MF
	<i>Nopalea cochenillifera</i> (L.) Salm-Dyck	T	A
	<i>Opuntia monacantha</i> Haw.	N	MF
	<i>Pereskia aculeata</i> Mill.	N	MF, S
	<i>Pereskia grandifolia</i> Haw.	N	S

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Pilosocereus gounellei</i> (F.A.C. Weber) Byles & G.D. Rowley	E	A
	<i>Rhipsalis teres</i> (Vell.) Steud.	N	A, MF, S
	<i>Schlumbergera truncata</i> (Haw.) Moran	N	A, MF, S
	<i>Selenicereus anthonyanus</i> (Alexander) D.R. Hunt	T	A, MF, S
Campanulaceae	<i>Lobelia hederacea</i> Cham.	N	A
Cannabaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	N	MF
Cannaceae	<i>Canna paniculata</i> Ruiz & Pav.	E	MF
	<i>Canna glauca</i> L.	N	MF, S.
	<i>Canna</i> sp.		MF, S
Caricaceae	<i>Carica papaya</i> L.	T	A, MF, S
Caryophyllaceae	<i>Drymaria cordata</i> (L.) Willd. ex Schult.	T	A, MF
Casuarinaceae	<i>Casuarina equisetifolia</i> L.	E	A
Celastraceae	<i>Maytenus aquifolia</i> Mart.	N	S
	<i>Maytenus</i> sp.		A
Clusiaceae	<i>Clusia criuva</i> Cambess.	N	A, MF
Commelinaceae	<i>Commelina erecta</i> L.	N	A, MF, S
	<i>Dichorisandra thyrsiflora</i> J.C. Mikán	N	MF
	<i>Tradescantia sillamontana</i> Matuda	E	A
Convolvulaceae	<i>Dichondra sericea</i> Sw.	N	A
	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	T	A, MF, S
	<i>Ipomoea carnea</i> Jacq.	N	A, MF
	<i>Ipomoea</i> sp.		MF
Costaceae	<i>Costus</i> sp.		A
	<i>Costus spicatus</i> (Jacq.) Sw.	E	A, MF
Crassulaceae	<i>Bryophyllum pinnatum</i> (Lam.) Oken	E	A
	<i>Graptopetalum</i> <i>paraguayense</i> (N.E. Br.) E. Walther	E	A, MF
	<i>Kalanchoe blossfeldiana</i> Poelln.	E	A, MF, S
	<i>Kalanchoe fedtschenkoi</i> Raym.-Hamet & H. Perrier	E	A

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Kalanchoe</i> sp.		A, MF
Cucurbitaceae	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum. & Nakai	E	A, MF
	<i>Cucumis melo</i> L.	E	MF
	<i>Cucumis sativus</i> L.	E	A
	<i>Cucurbita maxima</i> Duchesne	E	A, MF
	<i>Cucurbita moschata</i> Duchesne	E	A, MF, S
	<i>Cucurbita</i> sp.		A, MF, S
	<i>Lagenaria siceraria</i> (Molina) Standl.	E	A
	<i>Luffa cylindrica</i> (L.) M. Roem.	E	S
	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw.	E	A, MF, S
Cupressaceae	<i>Sechium edule</i> L.	E	A
	<i>Juniperus chinensis</i> L.	E	A, S
	<i>Juniperus</i> sp.		A
Cycadaceae	<i>Cycas revoluta</i> Thunb.	E	A, MF
Davalliaceae	<i>Nephrolepis pectinata</i> (Willd.) Schott	N	A, MF
	<i>Nephrolepis</i> sp.		A, MF, S
Dicksoniaceae	<i>Dicksonia sellowiana</i> Hook.	N	A, S
Dryopteridaceae	<i>Rumohra adiantiformis</i> (G. Forst.) Ching	N	MF
Ebenaceae	<i>Diospyros kaki</i> Thunb.	E	A, MF
Ericaceae	<i>Rhododendron simsii</i> Planch.	E	A, MF
Euphorbiaceae	<i>Acalypha wilkesiana</i> Müll. Arg.	E	A, MF
	<i>Codiaeum variegatum</i> (L.) Rumph. ex A. Juss.	E	A, MF, S
	<i>Croton cf. celtidifolius</i> Baill.	N	A
	<i>Croton</i> sp.		A
	<i>Euphorbia cotinifolia</i> L.	E	A, MF
	<i>Euphorbia milii</i> Des Moul.	E	MF
	<i>Euphorbia pulcherrima</i> Willd. ex Klotzsch	E	A, MF, S
	<i>Euphorbia</i> sp.	E	A, S
	<i>Euphorbia tirucalli</i> L.	E	A
	<i>Euphorbia trigona</i> Mill.	E	MF
	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	N	S
	<i>Jatropha multifida</i> L.	E	A

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Jatropha</i> sp.		A
	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	N	A, MF, S
	<i>Ricinus communis</i> L.	E	MF
	<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong	N	A
Fabaceae	<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	N	A, S
	<i>Arachis hypogaea</i> L.	T	A
	<i>Bauhinia forficata</i> Link	N	MF
	<i>Bauhinia cf. forficata</i> Link	N	MF
	<i>Caesalpinia</i> sp.		A
	<i>Cajanus cajan</i> (L.) Huth	E	A, MF, S
	<i>Senna corymbosa</i> (Lam.) H.S. Irwin & Barneby	E	A
	<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.) Raf	E	A
	<i>Desmodium adscendens</i> (Sw.) DC.	T	A
	<i>Desmodium incanum</i> (Sw.) DC.	T	A, MF, S
	Fabaceae spp.		MF, S
	<i>Mimosa bimucronata</i> (DC.) Kuntze	N	A, MF, S
	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	N	MF
	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F. Macbr.	N	MF
	<i>Schizolobium parahyba</i> (Vell.) S.F. Blake	N	A, MF
	<i>Senna alata</i> (L.) Roxb.	N	S
	<i>Senna macranthera</i> (DC. ex Collad.) H.S. Irwin & Barneby	N	A
	<i>Senna pendula</i> (Humb. & Bonpl. ex Willd.) H.S. Irwin & Barneby	N	MF
	<i>Sesbania virgata</i> (Cav.) Pers.	N	MF
	<i>Tipuana tipu</i> (Benth.) Kuntze	N	A, MF, S
	<i>Trifolium repens</i> L.	E	A
Geraniaceae	<i>Pelargonium intermedium</i> Kunth	E	A, MF

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
Hydrangeaceae	<i>Hydrangea macrophylla</i> (Thunb.) Ser.	E	A, MF
Iridaceae	<i>Belamcanda chinensis</i> (L.) Redouté	E	A, MF, S
	<i>Crocasmia</i> × <i>crocosmiiflora</i> (Lemoine ex Anonymous) N.E. Br.	T	A
Lamiaceae	<i>Cunila</i> sp.		A, MF
	<i>Hyptis</i> sp.		S
	Lamiaceae spp.		A
	<i>Lavandula officinalis</i> Chaix	E	MF
	<i>Lavandula</i> sp.		MF
	<i>Leonotis nepetifolia</i> (L.) R. Br.	T	A, MF, S
	<i>Melissa officinalis</i> L.	E	A, MF
	<i>Mentha rotundifolia</i> Huds.	E	A
	<i>Mentha</i> spp.		A, MF, S
	<i>Ocimum basilicum</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Ocimum gratissimum</i> L.	T	MF
	<i>Ocimum lamiifolium</i> Hochst. ex Benth.	E	A, S
	<i>Ocimum selloi</i> Benth.	N	
	<i>Ocimum</i> sp.		A, MF
	<i>Plectranthus</i> sp.	E	A
	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	E	A, MF, S
	<i>Plectranthus nummularius</i> Briq.	E	MF
	<i>Plectranthus ornatos</i> Codd	E	A, MF
	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Salvia splendens</i> Sellow ex Wied-Neuw.	N	A, MF
Lauraceae	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Blume	E	A
	<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees & Mart.	N	A
	<i>Ocotea pulchella</i> (Nees & Mart.) Mez	N	S
	<i>Persea americana</i> Mill.	T	A, MF, S
Liliaceae	<i>Lilium speciosum</i> Thunb.	E	A, MF

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade	
Lythraceae	<i>Cuphea carthagenensis</i> (Jacq.) J.F. Macbr.	N	A	
	<i>Cuphea</i> sp.		A, MF	
	<i>Lagerstroemia indica</i> L.	E	A	
Malpighiaceae	<i>Punica granatum</i> L.	E	A, MF	
	<i>Malpighia emarginata</i> DC.	E	A, MF, S	
Malvaceae	<i>Pachira glabra</i> Pasq.	E	A, MF	
	<i>Ctenanthe muelleri</i> Petersen	N	MF	
	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	E	A, MF	
	<i>Hibiscus</i> spp.		S	
	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	N	MF	
	<i>Malvaviscus arboreus</i> Cav.	E	MF, S	
	<i>Sida planicaulis</i> Cav.	N	A, MF, S	
	<i>Sida rhombifolia</i> L.	N	A	
	<i>Goepertia zebrina</i> (Sims) Nees	N	A	
Marantaceae	<i>Ctenanthe setosa</i> (Roscoe) Eichler	N	A, MF	
	Marantaceae spp.		S	
	Melastomataceae	<i>Leandra australis</i> (Cham.) Cogn.	N	MF
		<i>Miconia ligustroides</i> (DC.) Naudin	N	A
<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.		N	A, MF, S	
Meliaceae	<i>Tibouchina urvilleana</i> (DC.) Cogn.	N	A	
	<i>Tibouchina versicolor</i> (Lindl.) Cogn.	N	A	
	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	N	MF	
	<i>Melia azedarach</i> L.	E	A, S	
Moraceae	<i>Trichilia casaretti</i> C. DC.	N	A	
	<i>Ficus benjamina</i> L.	E	A	
	<i>Ficus carica</i> L.	E	MF	
	<i>Ficus cestrifolia</i> Schott ex Spreng.	N	A, MF	
	<i>Ficus elastica</i> Roxb. ex Hornem.	E	S	
	<i>Ficus eximia</i> Schott	N	MF	
	<i>Ficus luschnathiana</i> (Miq.) Miq.	N	MF, S	

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Ficus</i> spp.		MF, S
Musaceae	<i>Morus nigra</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Musa</i> sp.		A, MF, S
Myrtaceae	<i>Campomanesia</i> sp.		MF
	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> Mart. ex O. Berg	N	MF
	<i>Eugenia brasiliensis</i> Lam.	N	A
	<i>Eugenia uniflora</i> L.	N	A, MF, S
	<i>Plinia cauliflora</i> (Mart.) O. Berg	N	A
	<i>Plinia</i> sp.		A, S, MF
	<i>Plinia trunciflora</i> (O. Berg) Kausel	N	
	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	E	A, MF
	<i>Psidium guajava</i> L.	T	A, MF, S
	<i>Syzygium cumini</i> (L.) Skeels	T	A, MF, S
Nyctaginaceae	<i>Bougainvillea</i> sp.		A
	<i>Bougainvillea glabra</i> Choisy	E	A, MF
Oleaceae	<i>Jasminum officinale</i> L.	E	A, MF
Onagraceae	<i>Fuchsia</i> sp.		S
Ophioglossaceae	Ophioglossaceae sp.		A
Orchidaceae	Orchidaceae spp.		A, MF, S
Oxalidaceae	<i>Averrhoa carambola</i> L.	E	A, MF
	<i>Oxalis</i> spp.		A, MF
Passifloraceae	<i>Passiflora edulis</i> Sims	N	A, MF
	<i>Passiflora</i> spp.		A, MF, S
Phyllanthaceae	<i>Breynia disticha</i> J.R. Forst. & G. Forst.	E	A, MF
	<i>Phyllanthus</i> spp.		A, MF, S
Phytolaccaceae	<i>Petiveria alliacea</i> L.	T	A, MF, S
Pinaceae	<i>Pinus</i> spp.		A, MF, S
Piperaceae	<i>Peperomia argyreia</i> (Miq.) E. Morren	N	A
	<i>Peperomia</i> spp.		A, MF
	<i>Piper gaudichaudianum</i> Kunth	N	MF
	<i>Piper</i> sp.		A, MF
Plantaginaceae	<i>Plantago australis</i> Lam.	N	A
	<i>Plantago major</i> L.	T	A
	<i>Plantago</i> spp.		A, MF
Poaceae	<i>Bambusa tuldoides</i> Munro	T	MF

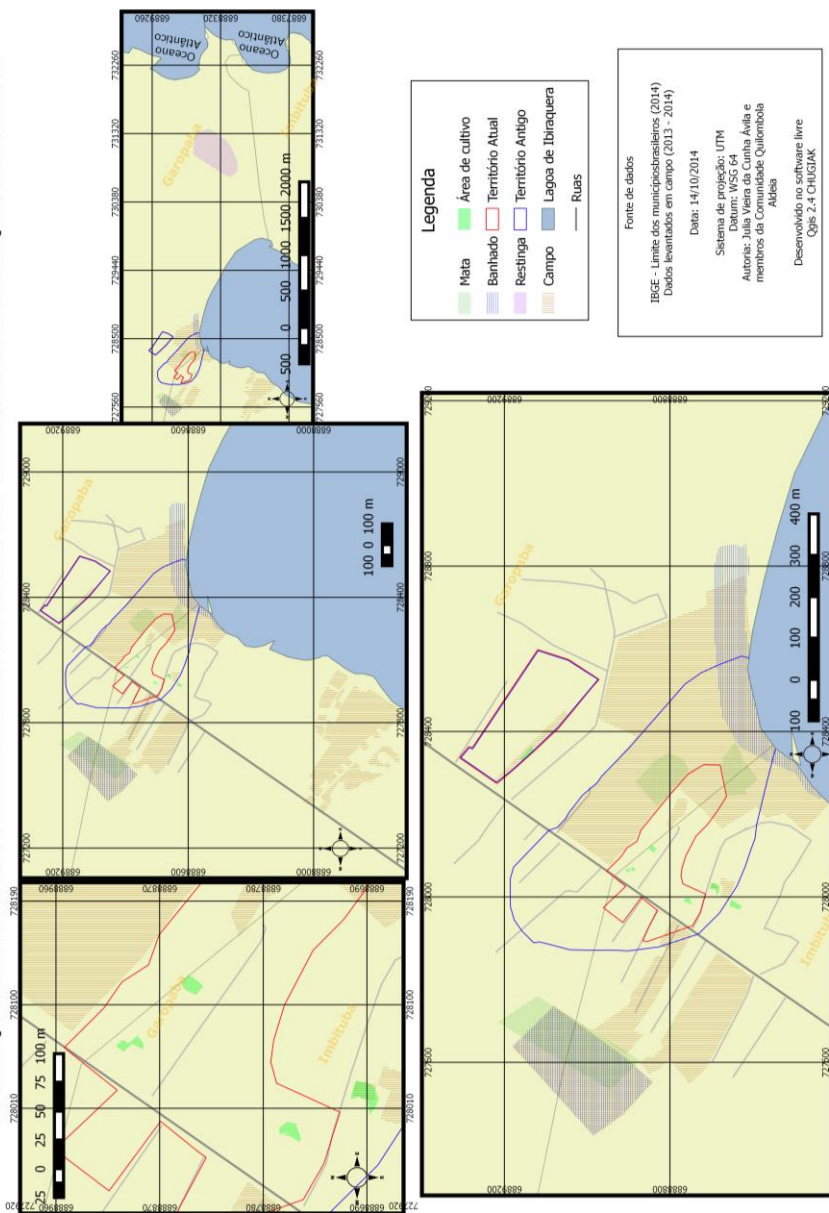
Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Bambusoideae</i>		A, S
	<i>Coix lacryma-jobi</i> L.	T	MF
	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	T	A, MF, S
	<i>Cenchrus purpureus</i> (Schumach.) Morrone	T	A
	Poaceae spp.		A, MF, S
	<i>Saccharum officinarum</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Zea mays</i> L.	E	A, MF
Polygalaceae	Polygalaceae sp.		A, MF, S
Polypodiaceae	<i>Platyterium bifurcatum</i> (Cav.) C. Chr.	E	A
	<i>Polypodium</i> sp.		MF
Portulacaceae	<i>Portulaca oleracea</i> L.	N	A, MF, S
Primulaceae	<i>Myrsine coriacea</i> (Sw.) R. Br. ex Roem. & Schult.	N	A, S
Proteaceae	<i>Roupala montana</i> Aubl.	N	MF
Pteriadaceae	<i>Adiantum raddianum</i> C. Presl	N	MF
Rhamnaceae	<i>Hovenia dulcis</i> Thunb.	T	S
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl.	T	A, MF, S
	<i>Fragaria vesca</i> L.	E	A, MF
	<i>Prunus persica</i> (L.) Batsch	E	A, MF
	<i>Prunus</i> sp.		A
	<i>Pyracantha coccinea</i> M. Roem.	E	MF
	<i>Rosa chinensis</i> Jacq.	E	A
	<i>Rosa</i> spp.		A, MF, S
	<i>Rubus niveus</i> Thunb.	E	A, MF, S
	<i>Spiraea pumila</i> Hort.	E	MF
Rubiaceae	<i>Alseis floribunda</i> Schott	N	MF
	<i>Coffea arabica</i> L.	E	A, MF
	<i>Borreria dasycephala</i> (Cham. & Schltdl.) Bacigalupo & E.L.Cabral	N	A, MF
	<i>Gardenia jasminoides</i> J. Ellis	E	MF
	<i>Richardia</i>		A, MF, S
Rutaceae	<i>Citrus</i> spp. 2	E	A, MF, S
	<i>Citrus</i> spp. 3	E	A, MF, S
	<i>Citrus x aurantium</i> L.	T	A, MF, S

Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
	<i>Citrus</i> spp.		A, MF, S
	<i>Citrus</i> spp. 4		A, MF
	<i>Ruta graveolens</i> L.	E	A, MF, S
Salicaceae	<i>Banara parviflora</i> (A. Gray) Benth.	N	A
	<i>Casearia obliqua</i> Spreng.	N	S
Santalaceae	<i>Phoradendron piperoides</i> (Kunth) Trel.	N	A, MF, S
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i> Cambess.	N	MF, S
Sapotaceae	<i>Pouteria venosa</i> (Mart.) Baehni	N	A
Solanaceae	<i>Brunfelsia pauciflora</i> (Cham. & Schlttdl.) Benth	N	A, MF
	<i>Capsicum annuum</i> L.	N	A, MF
	<i>Capsicum baccatum</i> L.	N	A
	<i>Capsicum frutescens</i> L.	T	A
	<i>Capsicum</i> sp.		A, MF, S
	<i>Cestrum nocturnum</i> L.	E	A, MF
	<i>Nicotiana</i> spp.		MF
	Solanaceae sp.		A
	<i>Solanum americanum</i> Mill.	N	A, MF
	<i>Solanum concinnum</i> Schott ex Sendtn.	N	A
	<i>Solanum lycopersicum</i> L.	E	A, MF, S
	<i>Solanum melongena</i> L.	E	A, S
	<i>Solanum pseudocapsicum</i> L.	N	A,S
	<i>Solanum pseudoquina</i> A. St.- Hil.	N	A
	<i>Solanum</i> sp.		A
	<i>Solanum tuberosum</i> L.	E	A
Strelitziaceae	<i>Strelitzia</i> sp.		A, MF
Theaceae	<i>Camellia japonica</i> L.	E	A
	<i>Camellia</i> sp.		A
Thelypteridaceae	<i>Thelypteris</i> spp.		A, MF
Urticaceae	<i>Coussapoa microcarpa</i> (Schott) Rizzini	N	A
	<i>Parietaria debilis</i> G. Forst.	T	MF
	<i>Parietaria</i> sp.		MF
	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	N	MF, S

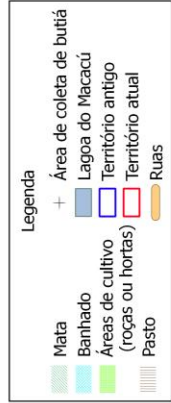
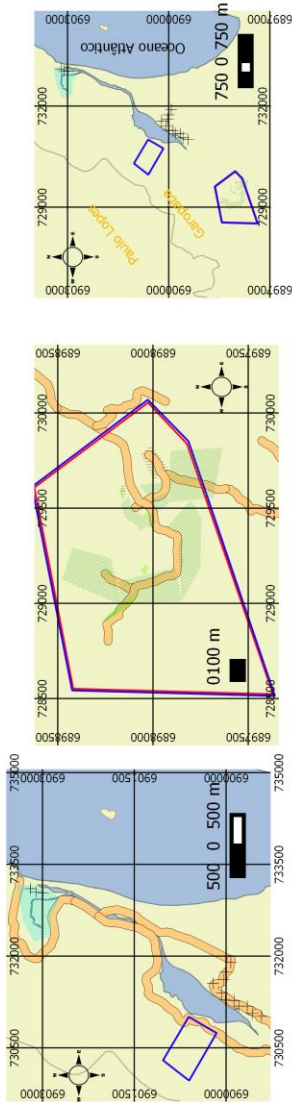
Família	Nome Científico	Origem	Comunidade
Verbenaceae	<i>Aloysia gratissima</i> (Gillies & Hook.) Tronc.	N	A, MF
	<i>Aloysia triphylla</i> Royle	E	A
	<i>Cytharexylum myrianthum</i> Chamiaó.	E	MF
	<i>Lantana camara</i> L.	N	A, S
	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N.E. Br. ex Britton & P. Wilson	N	A, MF, S
	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	N	S
	Vitaceae	<i>Cissus sicyoides</i> L.	E
	<i>Vitis vinifera</i> L.	E	A, MF, S
Xanthorrhoeaceae	<i>Aloe arborescens</i> Mill.	E	A, MF, S
	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	E	A
Zingiberaceae	<i>Curcuma</i> sp.		A
	<i>Hedychium</i> sp.		MF
	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe	N	A, MF, S

Anexo 6. Mapas georreferenciados das comunidades estudadas

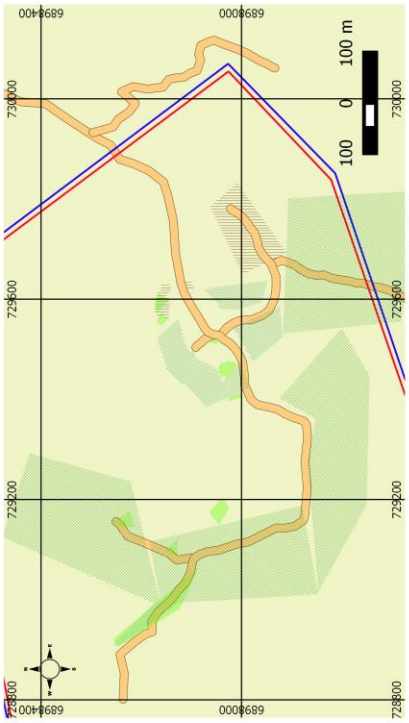
MAPA ESQUEMÁTICO DOS LOCAIS DE CULTIVO E COLETA DOS RECURSOS VEGETAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ALDEIA



MAPA ESQUEMÁTICO DOS LOCAIS DE OBTENÇÃO DOS RECURSOS VEGETAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO DO FORTUNATO



Fonte de dados
 IBCE - Limite do municípios brasileiros (2014)
 Dados levantados em campo (2013 -2014)
 Data: 16/10/2014
 Sistema de projeção: UTM
 Datum: WSG 64
 Autoria: Julia Vieira da Cunha Ávila e membros da Comunidade Quilombola Morro do Fortunato
 Desenvolvido no software livre Qgis 2.4 CHUGIAK



MAPA ESQUEMÁTICOS LOCAIS DE CULTIVO E COLETA DOS RECURSOS VEGETAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA CRUZ (TOCA)

